Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – NPPCS
Curso de Mestrado em Sociologia

Sociabilidades e Enobrecimento

http://farm3.static.flickr.com/2272/2289103661_b235b97cb3.jpg

O Bairro Treze de Julho em Aracaju.

São Cristóvão, dezembro de 2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Josevânia Nunes Rabelo

Sociabilidades e Enobrecimento: O Bairro Treze de Julho em Aracaju.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Profº Drº. Rogério Proença Leite.

São Cristóvão, dezembro de 2009

Universidade Federal de Sergipe

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – NPPCS
Curso de Mestrado em Sociologia

JOSEVÂNIA NUNES RABELO

Sociabilidades e Enobrecimento: O Bairro Treze de Julho em Aracaju.

Comissão Julgadora:

Orientador: Profº Dr. Rogério Proença Leite

Profª Drª. Irlys Alencar Firmo Barreira

Prof.º Dr. Marcelo Alario Ennes

São Cristóvão, dezembro de 2009

Para o belo Adônis e o anjo Miguel, que o mito e o mistério da vida sejam seus companheiros entre as andanças pelas cidades, afinal, são de carne e osso a espera somente de algum encanto.

Agradecimentos

A DEUS, pelo término dessa fase e a força de cada dia.

Ao meu orientador, Profº Dr. Rogério Proença Leite, que pacientemente esperava por mim, para amadurecer os seus direcionamentos. Por isso, o percurso foi tranqüilo, facilitando a compreensão de cada trilha sugerida.

Aos meus professores, Rogério Proença, Paulo Neves, Tâmara Oliveira, Ernesto Seidl, Franz Brüseke, Ulisses Neves e Tânia Magno que colaboraram no meu crescimento como estudante na área da sociologia. E, ao NPPCS - Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais pelo apoio financeiro. E, a Angeline Nardelli e a Eraldo Ribeiro que sempre atenderam com muita solicitude nos problemas burocráticos.

Aos entrevistados, pela possibilidade de fazer entender o que era e o que é a Treze de Julho. Murillo Melins, que em três encontros, um formal e dois informais, me fez sentir "paixão" pelo tema. Wellington Mangueira por despertar a curiosidade sobre os carnavais dos clubes do Bairro. E, a Profª Drª Ana Farias por proporcionar uma aula particular sobre arquitetura. E, a todos os moradores com quem conversei, apresentados por Eduardo Santos e o Sr. Ferreira Lima, que fizeram questão de pedir o trabalho para ler, pois como moradores emblemáticos da Treze, gostam de saber o que dizem sobre ela – a inusitada praia Formosa. E, aos usuários que paravam e sentavam para me atender, meu muito obrigado.

Ao LABEURC - Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais, agradeço cada incentivo e apoio financeiro. E, aos meus colegas do LABEURC, porque jamais esquecerei os nossos encontros das "Sextas Urbanas" e, posteriormente, "Quintas Urbanas". Eles acrescentaram questionamentos frutíferos, comprovando que a escrita não é tão solitária como, às vezes, ousamos pensar.

E, minha especial gratidão aos seguintes órgãos: Biblioteca Pública Epihâneo Dórea, Biblioteca Central da UFS, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Publico da Cidade de Aracaju – Patrícia obrigada pela preocupação em separar o material, Acervo do Arquivo Publico Estadual de Sergipe, Memorial de Sergipe da Universidade Tiradentes – Carlos obrigada pela gentileza de disponibilizar todo o acervo, Instituto Tobias Barreto e ao Museu do Homem Sergipano - UFS.

Aos meus colegas, especialmente, a Andréa Ribeiro, pela força nos momentos de angústia teórica, comum a qualquer ser mortal, a Diego Calazans e a Daniela Maia pelos bate-papos, apesar de rápidos, enriquecedores.

Aos amigos, especialmente, Clenir Viana, Mirena Rabelo, Graça Abreu, Cida Abreu, Sanches Donato, Clóvis Abreu, Patrícia Andrade, Andrezza Costa, Patrícia Rosalba, Neila Côelho, Iris Silva, Nádia Batista, Ednil Farias, Silvana Costa, pelas idas e vindas de tantos diálogos e a Walter Nascimento que consertava o meu PC nos momentos mais nervosos. A Flávia Mendes pela abertura de conversas frutíferas. Ao casal, Luciene Oliveira da Costa Santos e Ismael Silva Santos, amigos sinceros.

Sei que tem um momento que revemos nossos agradecimentos e como tudo na vida temos a sensação de que nos esquecemos de alguém, talvez, aqui, deva ser também o lugar de colocar as frases de “lugares comuns”: obrigada a cada ser que de certa forma cruzou comigo, com o intuito de dar mais leveza a essa etapa.

Nossa Senhora da Paz
Cordel do Fogo Encantado

Nossa Senhora da Paz
A bailarina do circo
Vem beijar a pele da cidade
As feridas
Os jardins
A pressão
E o motor

Nossa Senhora dos Sonhos
A trapezista do circo
Venha descansar na minha cama
Traga toda luz que há no céu
Traga toda luz que há no chão
Leva meu atalho e minha sorte
No movimento da rua

Resumo

O trabalho teve por objetivo o mapeamento do Bairro Treze de Julho mediante o estudo dos usos do espaço urbano e a sua configuração física, para entendermos se temos, em Aracaju, um Bairro configurado por uma política de enobrecimento – *gentrification* de tipo residencial. No passado, o Bairro Treze de Julho foi uma praia balneária popular. Nesse espaço, os aracajuanos vivenciavam experiências de encontro com pescadores, num ritmo de tempo marcado pela natureza. Na romântica Praia residiam pescadores, metalúrgicos e, alternadamente, os veranistas para descansarem da incipiente agitação do Centro urbano. Era, portanto, um lugar de divertimento e sociabilidades comunitárias, e foi rompido com a passagem das camadas privilegiadas do Centro e imediações para a zona sul litorânea. O crescimento urbano com os seus ícones de modernidade, representados por um progresso a "qualquer custo", não conseguiu sustentar a Praia de banho e, além disso, expulsou a maioria dos antigos moradores. E, hoje, em seu lugar vemos o mangue, servindo de filtro dos dejetos urbanos. Paralelamente, foi construído um Calçadão para esconder a degradação ambiental, e defronte do mesmo temos os luxuosos prédios da Av. Beira Mar. Para conseguirmos compreender as conseqüências dessas transformações para os moradores e a construção dos novos tipos de sociabilidades do Bairro, fizemos observações diretas, delimitando três áreas, as quais se conformam distintamente. A primeira zona é, ainda, constituída pelos reminiscentes dos antigos moradores. A segunda foi configurada pelos moradores dos luxuosos prédios e as elegantes galerias. E, a terceira são os usos proporcionados pelo Calçadão Viana de Assis, que distorce a linearidade daquele espaço urbano projetado para ser um reduto da elite do Bairro. Sendo assim, no Bairro, foi constituído um entrelaçamento de segregação socioespacial mais uma dinâmica de usos diversificados permitidos pelo Calçadão Viana de Assis. Observamos que a imagem de um Bairro delimitado por fronteiras rígidas, pode ser dissolvida na zona fluida de entorno do mangue. Ali, os agentes podem deambular e fornecer um ruído distinto ao nobre Bairro.

Palavras-chave: Sociabilidades; Espaço Urbano; *Gentrification*.

Abstract

This work aimed to survey the Treze de Julho quarter, by the study of the urban usage and its setup, so to understand if we have, in Aracaju a Neighborhood configured by a gentrification policy of residential kind. In the past the Treze de Julho Neighborhood was a popular seaside beach. In that space, the aracajuanos lived experiences of encounters with fishermen, in a pace set by the nature. In the romantic beach, where fishermen, metallurgists lived and, alternately, the summerer vacationists seeking some rest of the urban centre incipient unrest. It was, therefore, a place for entertainment and communitarian sociabilities, which was broken by the passage of the privileged social stratum from downtown and surroundings areas to the coastal south zone. The urban growth and its modernity icons, represented by an "at any cost" progress, that couldn't keep the bath beach and, besides, banished most of the old residents. Today, instead of the beach we see the mangrove, serving as a filter to the urban wastes. In parallel, in order to hide the environment degradation a Sidewalk was built, and in front of it we have the luxurious buildings of the Beira Mar Avenue. To fully understand the consequences of the transformations to the residents and the construction of new types of sociabilities in the Neighborhood, direct observations was made, delimiting three distinct areas, each one presenting distinct characteristics. The first zone is still formed by the remaining old residents. The second one was configured by the residents of the luxurious buildings and the elegant stores. And in the third one there are the ways of usage provided by the Viana de Assis Sidewalk, which distorts the linearity of that urban space, that was projected to be a redoubt for the elite of the Neighborhood. Being so, in the Neighborhood, was established a social-spatial segregation interlacing as one more dynamics in the diversified uses of the Viana de Assis Sidewalk. It was observed that the image of a Neighborhood delimited by rigid borders, it can be dissolved into the flowed zone of the mangrove spill. There, the agents can stroll and offer a distinct noise for the noble Neighborhood.

Keywords: Sociabilities; Urban Space; Gentrification.

Sumário

Introdução.....11

Capítulo 1

1 - Aracaju: um breve itinerário por sua urbanidade.....22

2- Praia Formosa: narrativa de pescador.....32

2.1 - Formação de outra paisagem.....41

Capítulo 2

2 - Enobrecimento Urbano do Bairro Treze de Julho.....56

2.1 - O Bairro como Centralidade.....74

2.2 - Quando o Bairro é alegoria das diferenças.....83

Capítulo 3

3 - O Bairro Treze de Julho e suas Espacialidades.....90

3.1 - O Bairro-Observante: Trajetos com ramificações duráveis e transitórias.....100

3.2 - Zoneamento do Bairro?.....114

4 - Considerações Finais.....128

5 - Referências Bibliográficas.....131

6 - Anexo

Introdução

A cidade é uma paisagem, em que as ações dos indivíduos adquirem sentido. E, em determinados espaços urbanos os atores sociais conjugam a idéia de pertencimento e visibilidade pública, as quais produzem uma centralidade para diferentes identidades. É nesse *lugar*[1] (AUGÉ, 1994; LEITE, 2004) que as relações sociais públicas são formatadas, por isso, a cidade é uma passagem onde podemos adquirir respostas sobre a segregação dos espaços, os quais não facilitam, às vezes, o reconhecimento de uma convivência coletiva. Uma vez que, o espaço urbano não pode ser definido como um simples amontoado de objetos concretos, com um intuito apenas de definição da renda de seus moradores, mas um *lugar* no qual as pessoas elaboram variados discursos. Nesse sentido, um espaço urbano, significativo para os agentes sociais, pode ser reconhecido pelos usos de diferentes sociabilidades, as quais possuem motivos diversos para estarem numa mesma espacialização, porque sentem a necessidade de expressarem seus estilos em lugares de referências. Por exemplo, em Aracaju, há o Bairro Treze de Julho como um espaço de itinerários diversificados, no qual encontramos diferentes usuários, de um mesmo espaço urbano, em suas práticas cotidianas no Calçadão. Podemos observar, no calçadão, indivíduos de bairros diferentes que ocupam aquele espaço para a prática de esportes e lazer. E, mediante essa observação questionamentos se o Bairro Treze de Julho passou a ter a partir do Calçadão Viana de Assis, uma demarcação de sociabilidades que confrontam com a imagem de isolamento exposta pela verticalização.

Mas, para delinearmos essa pergunta, tivemos que tipificar os diferentes mapeamentos construídos pelas práticas cotidianas dos agentes como também as estratégias do planejamento urbano oficial da Treze. Dessa forma, problematizamos a seguinte questão: temos, no Bairro, um exemplo de *gentrification* [2] residencial? Uma vez que, o Bairro passou por reformas urbanísticas, as quais sustentam a idéia de uma qualidade de vida dos moradores. Além disso, as imobiliárias se utilizam da imagem da memória da Praia, com intuito de valorização de uma paisagem inexistente – pois, temos, ao contrário, de uma natureza em harmonia com o progresso, um rio poluído com uma extensa vegetação resultante dos esgotos, a qual é plasticamente paralela a um Calçadão. Mesmo com esses problemas, a

---

[1] "(...) um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, (...)" (Augé, 1994, p. 73); "(...) lugar, (...) uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente." (Leite, 2004, p. 284).

[2] [2] Utilizaremos aqui a palavra em inglês *gentrification* e seu correlato aproximado enobrecimento. Segundo Leite (2007), seria aconselhável a manutenção do termo em inglês, contudo o próprio autor já utiliza o termo enobrecimento em artigos (LEITE, 2006).

construção dos prédios do Bairro Treze de Julho é um texto composto de grifos elitizados para a cidade de Aracaju. Nesse espaço, encontram-se as luxuosas mansões verticais, rodeadas por um mercado de bens de consumo para uma elite sem receio do deslumbre, pelo excesso de demarcação simbólica de poder. Assim, as fachadas propositalmente ostentativas nos informam do *status* de quem mora.

Foto da autora 2008. Destaque para as fachadas dos prédios

Essas particularidades nos fez pensar sobre as dinâmicas de usos do Bairro. A Treze, apesar de ser um espaço urbano enobrecido, aparentemente abre-se para a cidade mediante os usos do Calçadão, e essa percepção também fica mais visível, quando há uma suspensão de interdições simbólicas para a prévia carnavalesca de Aracaju. Entretanto, a pesquisa aqui desenvolvida enfatiza as práticas cotidianas do espaço urbano, as quais o citadino se envolve de significados em seu percurso diário e não apenas em determinados dias de festas, eventos, etc. Nesse sentido, temos exposto uma necessidade da condição humana que, está interligada ao seu processo de atribuir imagens comuns na conformação espacial. Portanto, as diferenças não são destituídas de uma unidade espacial, nesse sentido, dentro delas podem existir as porosidades advindas dos usos de um território comum.

Além disso, temos, no Bairro Treze de Julho, um estudo de caso exploratório para verificarmos se podemos afirmar que, na cidade somos cidadãos com espaços urbanos de convivência comum, ou estamos "à deriva" de um processo corrosivo de qualquer identificação que perpasse a interação com o outro. Para perceber a relação macro com a micro, sem entrarmos em distinções sobre as particularidades de cada corrente epistemológica, utilizamos o conceito de "perto e de dentro" de Magnani (2002), o qual contrapõe uma concepção de cidade pelo viés da economia, das instituições financeiras, etc., distante das práticas cotidianas daqueles que vivem no "chão" do espaço urbano. A essa interpretação Magnani (2002) descreve como uma etnografia "de fora e de longe", porque

analisa todas as conseqüências desastrosas do ordenamento urbano, contudo despreza o agente social nas suas táticas de convivência urbana. Esquecer de que a realidade social só pode ser constituída a partir de variados indivíduos, sinaliza uma idéia de homogeneização de toda e qualquer realidade. Os detalhes formatam novas sociabilidades, e esquecê-los incapacita de perceber o outro lado da vivência urbana, – não estamos afirmando que não é importante refletir sobre os condicionamentos econômicos, políticos, etc., mas, apenas, lembrando de que a observação nas entrelinhas tem sua importância no conjunto das sociabilidades contemporâneas. Se convivermos meio cegos para as negociações com as diferenças, elas, não deixariam de construir espaços de visibilidade para os posicionamentos de visão de mundo. Afirmam um "estou aqui", e configuram para os muros visíveis da exclusão, mediante as disposições da cidade como mercadoria, a existência de um contraponto arquitetado pela interação dos agentes sociais, permitindo a conformação de uma sociabilidade urbana. Afinal, o espaço urbano está longe da idéia de um *shopping center*, ele, felizmente contém resistências próprias a um embelezamento e a uso tão plástico. Logo, não estamos divagando sobre o vago ou o etéreo quando afirmamos a efervescência de determinadas centralidades (FRUGÓLI, 2000). Claro, que o poder de transformar o espaço urbano, significa a tentativa de um estabelecimento padronizado das relações sociais, contudo, é a participação efetiva dos indivíduos que constroem vínculos, às vezes, distintos dos oficiais. Vale ressaltar que não estamos pensando numa praça do discurso, pois seria utopia e esdrúxulo pensar o presente a partir de uma imagem lisa. Acreditamos na potencialidade humana, porque pode criar recursos que anulam a idéia simples de uma universalidade construída fora dos indivíduos, e, sem nenhuma resistência. Aqui, também lembramos de que, procurar no capitalismo todos os males da humanidade tornou-se lugar comum, e como Baudrillard (1991) enfatiza, seria utopia negar a virulência destruidora do capital, com sua *"obsolescência programada*", a qual cria necessidades de consumo e exclui outras pessoas da sua riqueza predatória.

Além disso, temos a concepção de que adentrar os espaços urbanos requer uma percepção daquilo que não é transparente. Logo, somos instigados a realizar uma observação direta, para tentar compreender, sociologicamente, a dinâmica dos agentes nos espaços urbanos. Aqui, podemos afirmar que não iremos observar os usos dos espaços urbanos como se estivéssemos num lugar onde iremos descobrir as interações dos nativos, pois o espaço selecionado, para um possível olhar sociológico, significa apenas um tipo de sociabilidade dentre as muitas vividas pelo indivíduo urbano. Assim, a singularidade está na

interdependência entre a ação do agente naquele espaço específico e no momento daquela "piscadela" que não pode ser reduzida a um movimento físico (GEERTZ, 1989). Temos, portanto, uma temporalidade socioespacial, no qual supomos uma identificação de conduta sustentada por uma territorialização de lugares escolhidos como palco de ações, para uma vivência onde se tem a noção das convenções e dos aparatos de vigilância. Não temos a pretensão de um apanhado de todos os significados do Bairro, uma vez que o "campo" urbano tem limitações para a observação, ou seja, seria quase impossível registrar um sistema completo de uma área extensa. Assim, as regularidades serão relativas a uma espacialização temporal específica, e, além disso, possuem uma gama de rupturas marcadas pelo cruzamento de acontecimentos não previstos da rua.

Nesse sentido, os itinerários dos agentes "ordinários" (CERTEAU, 1996) na Treze de Julho nos dirão como são formatados os percursos. Trajetórias que deslizam pela experiência do morar ou do passear, e são marcados por sentimentos múltiplos, os quais foram construídos a partir da experiência particular de cada indivíduo, entrelaçado pela dinâmica externa das mudanças espaciais. Por isso, ao adentrarmos as linhas de um "lugar praticado" (*idem*), somos levados para os fragmentos tramados por entre os espaços de poder. A subversão de uma linearidade só pode ser construída pelos agentes que se dão ao direito de inventar um espaço como intercâmbio de seu estilo. Dessa forma, o espaço urbano se evade de uma dimensão plástica articulada apenas com os programadores racionais. Seria uma "hibridação[3]" (CANCLINI, 2008), fornecendo novos ruídos de ser notado no espaço urbano. A indiferença aos processos marginais, não retiram deles a sua eficácia, uma vez que são a tônica desesperada de direções contrárias aos rótulos fixos, para incomodar uma pretensa realidade que se quer subtraída do cotidiano de indivíduos excluídos. Sem temer o ridículo, diríamos que espaços de centralidade teimam em não ser coerente com os suplementos disciplinadores:

> Numa mesma cidade ou **local**[4], coexistem várias temporalidades, progressivas ou regressivas, desde os traçados urbanos até às inclinações psicossociais de seus habitantes. Várias épocas, seus produtos culturais, homens de múltiplas tendências orientados para o passado, presente ou futuro, logo com expectativas diferenciadas, se justapõem. (ABDALA JÚNIOR, 2002, p. 17).

E, para a tentativa de apagamento da diversidade, a vida urbana tem cada vez mais seus mecanismos de assimetria, especificando os locais de uso de acordo com o *status*,

---

[3] "(...) *processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas*." (p. XIX). Grifado pelo autor.
[4] Grifo meu.

reconhecidamente, dos indivíduos, contudo, a cada instante o imponderável comparece para desmistificar a idéia de programação quase perfeita dos espaços coletivos. Por exemplo, a observação de espaços que passaram por processo de *gentrification*, indica, na maioria das vezes, a retomada do mesmo por pessoas que desmontam a estabilidade forçada do lugar. Principalmente, no Brasil, quando as diferenças econômicas se estendem de forma mais inumana, no sentido indubitável de uma cidade que tenta naturalizar os espaços dos sem cidadania[5], a partir da concepção de afastamento dos inconvenientes. Dessa forma, o modelo atual de cidade lucrativa perpassa pelos espaços de *gentrification*, os quais constroem uma valorização imobiliária a partir de uma sacralização do passado, com um planejamento urbanístico convidativo para dar vazão à cultura de consumo, e coerente para expulsar os antigos moradores de rendimento baixo. E, relacionam as estratégias das mudanças do espaço urbano com um tipo de embelezamento inaugural para novas sociabilidades, produzidas por categorias específicas de indivíduos. Geralmente, as políticas de enobrecimento justificam a ação mediante uma percepção falsa da inexistência de vida no local. Nesse sentido, as "revitalizações" – nome sugestivo das operações de desmonte das estruturas "vernaculares" (ZUKIN, 2000) – têm como proposta fundamental a troca dos moradores, os quais estariam embaçando o poder de re-investimento do espaço urbano. E, para somar, as ações do poder público associam a visibilidade de suas operações, em decorrência da posterior demanda de propaganda espetacular dos bairros ícones que garantam retorno privado e satisfação da elite, logo, alinham seus melhores projetos para os espaços que prometem ser turisticamente rentável, direcionados a um consumo cultural, visual, paisagístico, etc.

Nesse caso, sabemos da superioridade do ordenamento dos planejadores do espaço, os quais nos levam a escolher percursos pré-fabricados. Contudo, o sentido principal da observação será verificar as ações dos atores não-escolhidos "para estar onde estão". Dessa forma, a cidade torna-se um mosaico de interessantes surpresas, as quais, geralmente, constroem vínculos espaço-temporais com zonas altamente marcadas por "paisagens de poder" (ZUKIN, 2000). O consumo do lugar pode se tornar uma consumação para os indivíduos que constroem laços distintos de uma troca meramente econômica de estilos. Por isso, são geradas configurações liminares, as quais transmitem um significado não mensurado

[5] Não entendemos cidadania como a idealizada pelo progresso e justiça, numa igualdade sem a luta constante pela liberdade, e, representada aqui por qualquer tipo objetivo de fazer enxergar a existência do diferente. Mas, somente numa perspectiva de lembrar que a cidade comum é uma cidade real, na qual o conflito por visibilidade acontece nas espacializações circunscritas por uma perspectiva de poder. De certa forma, a segregação socioespacial por si só produz incômodos. Muros simbólicos e concretos indicam a tentativa de escapar do "resto", o qual encontra, às vezes, infiltrações para territorializar sua presença, em espaço destinado aos privilegiados.

para a vivência naquele espaço urbano. Os espaços de centralidade, geralmente, têm essa característica, eles ultrapassam uma dimensão mercantil. Por exemplo, na Treze de Julho temos uma verticalização elitista que sedimentou sua valorização imobiliária mediante um aparato de lazer de usos mistos. São marcas de que a cidade tem uma vida própria e as barreiras são permeáveis, quando agregam algum lugar dinamizador de sociabilidades públicas.

Logo, podemos afirmar que o Bairro Treze de Julho possui, privilegiadamente, os sinais de um lugar híbrido[6]. Se aquele espaço tem a imponência do luxo para a maioria de seus moradores, isso não significa que seja um lugar sem ramificações conflituosas com alguns usuários do Bairro, os quais transformam a Treze em espaço de centralidade para Aracaju.

Em um Bairro, notamos também que as investidas de decodificação das ações dos agentes são permeadas de limitações, porque a riqueza e a dinâmica do espaço aberto tornam-se palco de acontecimentos imprevisíveis. Além disso, o olhar científico era pouco direcionado para as regularidades "ordinárias" (CERTEAU, 1996), ou seja, resistia à importância dos atos diários dos indivíduos a margem de um poder visível. Sua significação era restringida, e quando descritas possuíam a característica de um apêndice das práticas ancoradas em outras instituições. Nesse sentido, somos, ainda, pouco sensíveis as nuances minúsculas de insinuações grandes, produzidas por uma espécie de contraponto aos estímulos dominantes:

> Nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos "obscuros heróis" do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isto é admirável. (CERTEAU & GIRARD, 1996, p. 342)

São essas interações cotidianamente construídas que demarcam as fronteiras nos espaços urbanos de uso coletivo. A rua para o transeunte é entremeada de hibridez, desde a própria fronteira difusa entre a rua e a casa. Portanto, um recurso diário da vivência no Bairro é a utilização da "conveniência" (MAYOL, 2001), a qual usamos como reflexo de conduta adequada ao ambiente comum. Por ela somos guiados com o intuito de não quebrar os signos

[6] "Hibridismo, ao contrário do que pensaria um liberal, não significa ausência de tensões entre constituintes heterogêneos – um campo conveniente para a imposição da lei do mais forte, mascarado de competência tecnológica. Pressupõe, ao contrário, a possibilidade de desenvolver práxis mais ativas, criativas e livres, sem preconceitos, já que todos não deixamos de ser híbridos ou mestiços, tendo como estatuto um Estado que promova o bem-estar social." (ABDALA JÚNIOR, 2002, P. 174)

de reconhecimento mútuo: “A prática do bairro implica aderir a um sistema de valores e comportamentos que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel.” (MAYOL, 2001, p. 47-48). Isso não significa uma fixidez de todas as ações, porque a vida de um Bairro também é arejada pelos comentários elogiosos ou não, das rupturas advindas de ações inesperadas de alguns moradores ou usuários. Essa riqueza faz da observação direta uma necessidade para encontrar níveis menos transparentes. Nesse percurso de mapeamento para formar um tabuleiro reconhecível do lugar, somos jogados a experimentar a rua, a procura de uma nova espécie de “*flâneur*”: “que precisa de espaço para agir e que não quer privar-se de sua privatização. (...). Assim ele também protestava contra a operosidade e eficiência.” (BENJAMIN, 1991, p. 81). E, mais do que nunca sabemos da existência dos vestígios de “socialidade[7]” (MAFFESOLI, 1998), transformando o modelo de uma definição unidimensional dos espaços urbanos para uma concepção de aderência múltipla.

Num roteiro cartográfico de descrever nuances dos indivíduos em sua relação com os espaços urbanos, devemos considerar os graus de normatização de um “universo de circulação na cidade” (GUATTARI, 2005, p. 43). Mas, também fazer uma leitura dos registros quase invisíveis de “singularização” que passeiam entre as zonas de poder, com o “desejo” de inserção criativa de uma autonomia conquistada nas porosidades de um meio circundante que inflige uma expulsão. Logo, andar pela cidade é um entrecruzamento de “subjetividades”, construídas em torno de um conjunto referencial de linguagens dominantes ou aberturas de conflito com o imposto. Principalmente, em lugares que consolidaram uma referência para a cidade, e propiciam um estar quase a vontade de qualquer indivíduo, mesmo quando visivelmente temos as guaritas com seus olhos disciplinadores, para os indivíduos que destoam da imagem de embelezamento: sem-teto, mendigos, meninos de rua, estilos de vestir, caminhar, enfeites corporais, etc.

Os estudos das experiências dos indivíduos na rua desde Simmel (1997) demonstram uma conduta de reserva dos mesmos para preservarem a liberdade. O *blasé* não queria ser apenas um número e, às vezes, são essas diferenças que provocam um reconhecimento marcado de hostilidades: “Para muitas pessoas, a captação da atenção de outrem continua ser a única forma de preservar alguma auto-estima e de salvaguardar o seu sentido de lugar.” (p. 40). Por isso, temos a certeza de que a cidade, como palco das transformações da

[7] O autor prefere utilizar o termo “socialidade” ao invés de sociabilidade, uma vez que para ele a “socialidade” está mais livre das características de utilidade da sociedade capitalista. Logo, seria uma qualidade de estar fora de ritmos calculados racionalmente, e nas palavras do próprio autor seria “um estar-junto à toa”.

modernidade, soube delinear os contrastes dentro de uma perspectiva de hierarquização. Contudo, sobram os embates travados cotidianamente para o aparecimento das diferenças, os quais estão relacionados desde a condição humana de sobrevivência até os variados estilos que são vistos como fora do padrão, nos espaços urbanos de visibilidade. São essas polifonias que proporcionam uma leitura múltipla da cidade mediante a diversidade de conformação dos indivíduos em suas trajetórias na rua. Afinal, "uma sociologia *dos bairros* supõe uma sociologia *nos bairros*, sinalizando para a multiplicidade de usos e apresentações de identidade não redutíveis a uma expressão unitária. (BARREIRA, 2007, p. 167)

E, para os indivíduos menos propensos as excentricidades, o ideal para a invisibilidade dos mesmos – usuários e moradores de um Bairro – seria a discrição: "A atitude do transeunte deve transmitir o mínimo de informação possível, manifestar o mínimo possível de desvio em relação aos estereótipos admitidos pelo bairro." (MAYOL, 1996, p. 50). Mas, vemos, às vezes, a deliberação de causar choque com as normas. São essas manifestações dissonantes que procuraremos entender como construção de um "espaço vivido", especificamente na Treze. Pois, é um lugar que se comunica com a cidade mediante uma imagem do enobrecimento. A antiga Praia de pescadores, hoje, local de uma elite ávida por uma visibilidade de poder, também se destaca mediante os usos de indivíduos de qualquer bairro, a procura de vivenciar interações ou não no espaço do Calçadão: "Para que diferentes lugares se estruturem, é necessário, sobretudo, que haja uma diversificação de usos e atribuições de sentido a outros espaços." (LEITE, 2007, p. 259). São percursos organizados de forma distinta, por exemplo, o morador que preenche os requisitos de familiaridade com a imagem nobilitada, tem uma percepção de horizontalidade do Bairro com ele, e o visitante ou morador que se distancia da mesma sente um estranhamento com as divisões, simbólicas e concretas, de segregação do Bairro. Convém ressaltar que os fatores de uma espacialização demarcada, não afastam as composições de sociabilidades no Bairro, ao contrário, conseguem ser um fator de desafio para a permanência de outras formas de territorialização, num espaço composto por referências díspares.

Em todas essas conformações socioespacias, pudemos a partir de itinerários compostos para uma aproximação com o conceito "de perto e de dentro" (MAGNANI, 2002), enxergarmos a complexidade da vivência em um Bairro. Ficou exposto em cada tentativa de observação um diagrama sem rígidos traços, remetendo-nos a definição de "territorialidades flexíveis" de Arantes (2000). E, além disso, construímos uma linguagem de interdependência a partir da percepção do outro, e, nesse caso, são formatadas as "*flâneries*", quase sempre

“interrompidas, flagradas e questionadas por seus contemporâneos: outros espaços e fronteiras, outras prioridades, põem em xeque o seu isolamento. Colocam-no em relação.” (ARANTES, 2000, p. 128). Portanto, o outro urbano tem percursos variados, mas enquanto estão ali, no espaço escolhido de observação, também possuem ícones flutuantes, os quais deslizam por entre qualquer enquadramento teórico. Dessa forma, nossas andanças vão e vem em busca de uma compreensão híbrida com a atenção de não darmos razão a concepções seguras, mas sem respaldo real. Assim, podemos obter uma leitura do lugar por uma perspectiva ampliada.

Percebemos, ainda, que na rua as atitudes comportamentais de seus usuários e principalmente dos moradores tentam mensurar uma relação segura entre a exposição e a introspecção: ““é preciso conviver”, encontrar um equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares, e a distância necessária para salvaguardar a sua vida privada.” (MAYOL, 1996, p.47). Andar pelas ruas de um Bairro é uma aventura de ser apanhado em uma situação constrangedora, por exemplo, um ato desmedido pode perturbar o movimento aparentemente normal do Bairro.

Outro ponto fundamental são as imagens captadas pela lente da câmera, elas congelam um presente para o olho. Ao sairmos com a fotografia de um momento somos levados a perscrutar as impressões de uma primeira situação. Dessa forma, utilizaremos a imagem[8] como parte da metodologia. Ela não será um acessório, mas uma possibilidade do leitor ao vê-la comparar ao texto. Duas formas de apreensão que se encontram para tentarem deixar menos obscura à vida urbana, numa temporalidade-espacial selecionada, logo,

> O uso da imagem nos estudos urbanos contemporâneos não é apenas um recurso metodológico complementar. Em decorrência do caráter estético-visual das cidades e da cultura urbana, a imagem é recurso central da própria *episteme* dos estudos urbanos, na medida em que ela capta um enquadramento que o pesquisador pretende imprimir à investigação. (LEITE, 2008, p. 195).

E, para delinearmos o primeiro capítulo, fizemos um percurso pelo passado do Bairro, para compreendermos o motivo do Bairro Treze de Julho ter iniciado o processo de transformação urbana na década de 50, quando a Praia Formosa foi gradativamente sendo ocupada por indivíduos de outra camada social. Como o centro já estava popular para a elite aracajuana (RIBEIRO, 1989), a aristocracia rural e a incipiente classe média adentraram a parte sul da cidade, em direção a Praia Formosa. Começa também uma conjugação de

[8] As fotos que não tiverem referência foram tiradas por mim, no ano de 2008. Exceção para as do pré-caju, que foram feitas no ano de 2009.

iniciativa privada e pública de deslocamento dos pescadores, pois existiram facilidades de loteamento dos terrenos da Praia para os "invasores[9]", legalizadas pela Delegacia do Serviço do Patrimônio da União. E, ainda, podemos acrescentar a reprovável medida de a Prefeitura oferecer um terreno para a construção do Iate Clube de Aracaju (LOUREIRO, 1983). Posteriormente, temos a construção do prédio do Constâncio Vieira, forçando a transferência da favela japãozinho (LOUREIRO, 1983) – moradia dos remanescentes das famílias de pescadores – para a periferia da cidade. Assim, podemos considerar o período de 1950 a 1990 o delineamento de construção de uma área valorizada por uma incipiente especulação imobiliária. Separamos esse período pela predominância da espacialização horizontal[10] do Bairro, o qual se destacava como zona de poder as residências enormes, aparentemente ligadas a uma idéia dos casarões da aristocracia rural. Esse período também demonstrou como a Praia Formosa foi um lugar referencial para o lazer, em Aracaju.

No segundo capítulo, evidenciamos o processo de construção vertical da Av. Beira Mar, e, portanto, pudemos adentrar nas categorias conceituais das políticas urbanas de *gentrification* mediante os estudos de Harvey (2007), Featherstone (1995), Leite (2007), Smith (1996), Zukin (2000). É a partir dessa etapa, da década de 90 até a atual, que começamos a sedimentar a hipótese de um possível processo das práticas de enobrecimento urbano. O setor imobiliário percebeu que a nova classe média estava ávida por moradias consideradas modernas. As torres altas transmitem poder e distanciamento da rua: "Essa tendência deve-se um pouco à falta de terreno – tanto mais que a construção chega a imitá-lo –, mas antes de tudo, ao prestígio, à simbologia." (LE GOFF, 1998, p. 129). Em Aracaju, podemos afirmar como hipótese, que existe a preponderância da verticalidade como ascendência de poder, principalmente nos prédios da Av. Beira Mar, os quais em suas fachadas apresentam traços arquitetônicos estilizados. Isto fica transparente quando passeamos por dentro do Bairro, pois os prédios mais antigos possuem uma imagem menos ostentatória, contudo, os cafés, as galerias, clínicas, etc., dão o toque de refinação do espaço urbano adjacente, o qual é comparado por jornais locais como o exemplar Bairro

[9] Ao observamos a trajetória urbana da Treze, descobrimos o quanto o espaço urbano esconde "bota-abaixos" oficializados. A região de pescadores foi invadida por grupos privilegiados que procuravam se distanciar do Centro. E, afastados de suas casas, alguns adentraram a parte baixa do mesmo, onde hoje estão estrategicamente a biblioteca e os estádios. Ao contrário, da favela ser resultado da expansão urbana, temos um processo de favelização como resultado da expulsão dos pescadores de suas casas para o espaço mais alagado do Bairro.

[10] Existiam pouquíssimos prédios, ainda, não era uma tendência superior às construções unifamiliares.

representativo do luxo: "Em Nova Iorque, o Soho; em São Paulo, o Jardins, no Rio, Ipanema; e, em Aracaju, a Treze.[11]"

No terceiro capítulo, fizemos os registros das observações diretas para percebermos como se dá a prática urbana na Treze, no sentido de reconhecermos os itinerários cotidianos dos indivíduos. Observamos suas ruas e principalmente o Calçadão Viana de Assis. Dividimos o Bairro em três zonas, uma vez que percebemos variados tipos de sociabilidades, os quais ficariam estranhamente colocados num mesmo plano como também perderíamos a compreensão da particularidade de cada área, caso não separássemos. Na primeira, identificamos a preponderância de remanescentes dos antigos moradores; na segunda, os novos moradores; e, na terceira, o Calçadão que está paralelamente situado na área anterior. Dessa forma, tivemos uma dimensão da complexidade da Treze, e nos esforçamos para mapear a dinâmica da mesma. Afinal, a Praia que já não é mais Praia, e, sim, um quase esgoto, precisou de uma estratégia de enobrecimento. E, nesse caso, tiveram a idéia de construir um simulacro de higienização – o Calçadão –, dando abertura para a formação de uma centralidade. Esse espaço significativo para a cidade recompõe outro parâmetro para a estratificação socioespacial. Ou seja, apesar de termos um espaço com enobrecimento residencial propriamente dito, o qual dá vazão ao consumo de luxo de suas galerias, cafés, etc, contudo, não fomentou um uso seletivo do Calçadão, – principal ícone de prestígio do Bairro – pois ali, encontramos uma gama de diversificados agentes como usuários cotidianos do mesmo.

E, são essas imponderáveis conseqüências do planejamento urbano oficial que nos faz voltarmos para a compreensão de uma cidade ou de um Bairro. E, se a cidade foi o palco da modernidade, ela continua a ser o *lócus* de uma *flânerie-blasé*, a qual pode ser apreendida somente de forma flexível, uma vez que os conceitos se esvaziam quando tentamos condensá-los em qualquer pós. O antes e o depois são indiferentes, por enquanto, a marca da cidade que não quer deixar de ser complexa e instigante. Nesse sentido, nos empenhamos para não sermos taxativos e deixarmos curvas abertas para as diversas territorialidades interpretativas.

[11] Treze um lugar completo. *Treze Revista do Bairro.* Verão 2005/2006. Ano 0, nº 1.

1 - Aracaju: um breve itinerário por sua urbanidade

A pesquisa teve o intuito de observar as transformações urbanísticas e as experiências espaciais dos atores no Bairro Treze de Julho. Mas, se faz necessário considerar que o mesmo faz parte de uma cidade e, por isso, condensou também as influências da dinâmica da cidade de Aracaju. Logo, precisamos fazer um rápido percurso sobre algumas mudanças da capital de Sergipe para tentarmos compreender, posteriormente, algumas particularidades do próprio Bairro. Além disso, a Fundição – antiga denominação da Praia Formosa e, hoje, Treze de Julho – já fazia parte dos antigos "arraias" da insipiente capital no final do século XIX (CABRAL, 1955). Ressaltamos que faremos apenas um pequeno recorte, o qual está longe de ser um panorama geral do desenvolvimento da urbanização de Aracaju. Assim, optamos por evidenciar como a anterior configuração do espaço influencia até hoje as dinâmicas de poder intrínsecas ao espaço urbano, as quais são representadas pelos posicionamentos oficiais dos privilégios de uns e, conseqüentemente, danos a outros.

Aracaju foi uma cidade projetada, mas sem planejamento como podemos perceber a partir das dificuldades encontradas nos terrenos da nova capital de Sergipe que era: "excessivamente epidêmico pela grande quantidade de pântanos existentes" (FREIRE, 1977, p. 104)**.** A decisão da transferência da Capital, às pressas, significava para as autoridades da época uma reformulação dos espaços de poder, pois se a zona do Vaza-barris (São Cristóvão) estava em decadência e a zona do Cotinguiba (Maruim, Laranjeiras, etc.) estava próspera, logo, também deveria comandar o centro administrativo da província. Nesse sentido, conjeturava que uma dessas cidades seria a Capital de Sergipe, contudo, optaram por escolher um local diferente. A maioria dos intérpretes da intencionalidade da ação de transferência não admite o posicionamento pessoal, para eles, São Cristóvão representava o antigo e era necessário uma nova Capital para Sergipe, independente dos bastidores da discussão, (CALAZANS, 1992; FORTES, 1955; PORTO, 1981). O motivo da tão emblemática mudança, concretizada pelo presidente da província Inácio Joaquim Barbosa, em 17 de março de 1855, ficou oficializada pelo imperativo de um porto para a exportação do açúcar. Mas, devemos considerar como fator decisivo o interesse de João Gomes de Melo (Barão de Maruim), proprietário de terras em Aracaju (FREIRE, 1977), e influente conselheiro do Presidente, o qual teve lucros excessivos com a própria demarcação da planta de Aracaju.

Aracaju não inicia o seu desenvolvimento a partir da área construída, ou seja, na colina do Santo Antônio do Aracaju, mas em terreno vazio, onde hoje é o centro da cidade.

Infelizmente, permanece na visão dos aracajuanos um mito de que a cidade se originou no Povoado, como está no documento de transferência da Capital. Aquele espaço de negros, pescadores e descendentes de índios, foi apenas um pretexto para a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. Aracaju para a mentalidade de seus idealizadores era o "quadrado de Pirro[12]" moderno – isso não quer dizer que houve muros restringindo os espaços da cidade, mas havia, nitidamente, no projeto uma segregação socioespacial rígida. Nesse sentido, o "quadrado de Pirro", foi o ícone da nova Cidade-Capital, a qual não era nem Povoado, mas apenas um pântano a ser transformado em um lugar para a vivência dita moderna. E, para as dimensões de distância da época – não havia automóvel – o terreno, escolhido como o melhor local de desenvolvimento da cidade, era bastante afastado do Povoado Santo Antônio do Aracaju. A vanguarda, no sentido da idéia de efetivar uma mudança da Capital, era aristocrática e não iria morar no mesmo lugar de pessoas pobres. Por isso, a cidade foi projetada em um terreno que pudesse está afastado das inconvenientes proximidades com indivíduos de outras camadas sociais. Se não puderam formatar uma estrutura de casa-grande e senzala, pelo menos conseguiriam impor uma divisão transparente de quem eram mediante o local de moradia dos habitantes. Enfatizamos que as condições de moradia da Colina eram melhores que as do Centro, até meados do século XX, pois os alagamentos e a proximidade de inúmeros riachos pioravam a situação do Centro, sendo um minúsculo aglomerado urbano de contágio de inúmeras doenças.

Portanto, como capital jovem, o centro de Aracaju foi organizado para receber as elites da aristocracia rural, ou melhor, "o sistema patriarcal brasileiro: patriarcal, monocultor, latifundiário, escravocrático e, sociologicamente, feudal, embora já misto, semifeudal, semicapitalista, em sua economia." (FREYRE, 2004, p. 44). Para permanecer a estratificação, a cidade origina-se no manguezal, pois, ali, temos o mangue (para os ricos) e o povoado (para os pobres). Essa escolha impensada produziu uma contradição, nos primeiros anos, uma vez que as condições insalubres do mangue impedem a permanência de algumas autoridades na capital de Sergipe, e para aqueles que ficaram inicia um contato de sobrevivência entre o povoado Santo Antônio do Aracaju e a cidade-capital. E, o grande encontro era a festa do Bom Jesus dos Navegantes, iniciada em 1857: "tinha o objetivo de unir numa celebração única os habitantes do plano "Pirro" e os moradores do povoado de Santo Antônio do Aracaju." (RABELO, 2002, p. 51)

[12] Recebeu essa denominação a partir do nome do autor do projeto, engenheiro José Sebastião Basílio Pirro.

A Capital deveria ser o símbolo de uma modernidade sergipana, independente dos transtornos iniciais: "Em Aracaju, as idéias de progresso vêm desde a sua fundação como Capital de Sergipe. No entanto, essas concepções modernas existiam mais na mente dos seus idealizadores e menos na realidade da cidade." (RABELO, 2002, p. 57). E, podemos considerar que até 1900, quase meio século após a sua fundação, tínhamos poucas perspectivas para a Capital, mas, os indivíduos não desanimaram e persistiram na concretização de uma cidade melhor do que a antiga São Cristóvão. E, Aracaju, como cidade nova, foi um atrativo para os escravos recém-libertados, produzindo uma expansão forçada do "tabuleiro de xadrez" (LOUREIRO, 1983). Em Aracaju, eles estavam distantes das fazendas e engenhos como também viam respirar os ares da Capital de Sergipe. Mas, a esperada modernização de Aracaju, para as autoridades da época, se restringia a pensar o plano "Pirro", e os Bairros adjacentes ficaram por muitos anos a margem de um mínimo processo de urbanização.

Assim, a idéia de uma *Belle Époque* aracajuana deve ser repensada a partir de inúmeras particularidades, ou seja, ela era uma cópia imperfeita das idéias e hábitos das metrópoles européias e de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. E, mesmo quando vemos sinais de sua chegada, devemos considerar que os costumes patriarcais continuavam arraigados por detrás de um projeto de modernidade. A aparência exterior era um motivo de alinhamento aos ditames de metrópoles maiores, as quais já estavam inseridas em um setor de comércio mais sofisticado. Por exemplo, era comum imitar a moda de outras cidades, mesmo que o clima não favorecesse determinados acessórios, a utilização tinha o sentido simbólico de adentrar numa perspectiva de progresso. E, a rua tornava-se, nesse contexto, um palco dos ritos considerados elegantes e esdrúxulos, quando avaliamos a temperatura alta da cidade, contudo, era necessária a aparência dos trajes, uma vez que faltavam às transformações das instituições (GIDDENS, 1991). Era fundamental ter um estilo de roupa moderno para disfarçar a conduta provinciana:

> É lamentavel ver-se e ouvir-se n' outras cidades a grande critica que fazem das nossas patrícias, por não usarem chapéu, sendo a única falta que se note no seu traje.
>
> (...). Avante o progresso, avante o Chapéu e nada de nos sujeitarmos a criticas estranhas.
>
> (...). Usai, usai os chapéos, sergipanas, pois precisaes salientar-se.[13]

Tínhamos um principiante comércio e uma industrialização têxtil de proprietários da aristocracia rural. Logo, as relações sociais continuavam centradas na divisão de poder

[13] Correio de Aracaju, 01 de janeiro de 1911, anno V, nº 497.

tradicional, advinda dos relutantes costumes de familiarização de qualquer tipo de experiência que deveria ser formal e impessoal. Assim, Aracaju foi alcançando o *status* de Capital no primeiro século de existência mediante uma urbanização atrelada aos ditames de uma ordem autoritária. Segundo Loureiro, "dos 10876 prédios existentes no perímetro urbano de Aracaju em 1934, 4553 prédios foram classificados como mocambos, ou seja, cerca de 40% do total." (1983, p. 60). Isso significa o descaso do governo aos arruamentos que circundavam o centro e a contramão de um crescimento populacional sem o setor secundário.

Na visão dos governantes só existia a preocupação com o centro. E, Aracaju em usa ambigüidade típica de tentar amenizar os efeitos da vida moderna, era elogiada por suas ruas "inexoravelmente retas" (MELO, 1949) e por resguardar os valores patriarcais[14]. Interessante ressaltar que Aracaju possui uma singularidade de ambicionar ser moderna e ao mesmo tempo rejeitar os inconvenientes do desenvolvimento[15], como fica claro no apelo aos velhos costumes patriarcais:

> [16]O urbanismo e a arquitetura de Aracaju, na sua desintenção inicial, determinaram maneiras de comportamento aos namorados e deram ao namoro aspectos próprios. Foram fatores de preservação do velho estilo do namoro patriarcal e burguês. Nossas heranças de tradição patriarcal encontraram na arquitetura e no urbanismo de nossa Capital elementos de defesa dessa tradição. (MELO, 1949, p. 55)

Segundo Loureiro (1983), temos na década de 60 registros de duas favelas[17] em Aracaju: Brasília ao norte e Japãozinho[18] ao sul. Não poderíamos afirmar que essas condições subumanas de moradias foi uma conseqüência da urbanização atrelada a um desenvolvimento industrial que provocou um inchaço da cidade mediante as migrações, ao contrário, Aracaju não oferecia, ainda, um mercado atrativo. Portanto, o motivo da vinda de pessoas para a Capital, até a metade do século XX, era buscar uma sobrevivência qualquer. Tínhamos uma condição de monocultura e de pecuária no interior de Sergipe, a qual favorecia a procura de

---

[14] Mesmo depois do desmoronamento do sistema escravocrata, o mesmo era lembrado como indício de organização exemplar: "Nossa estrutura economica foi sem duvida o esteio solido da sociedade patriarcal e escravagista do seculo passado. (...) foram as casa grandes e as senzalas com todos seus acessorios religiosos, morais, culturais, que se estenderam nas nossas terras aráveis, que criaram a melhor ambiencia de florescimento da vida patriarcal." (MELO, 1949, p.48).

[15] Tentamos conciliar uma vida tranqüila com as comodidades modernas, contudo, esses valores também escondem discriminações, uma vez que a sisuda cidade tem dificuldade de vivenciar condutas que diminuam o sentido da normalidade de uma, ainda, aristocracia provinciana. Podemos admitir que essas incongruências estão presentes em qualquer cidade, mas temos extensões maiores em algumas delas. E, Aracaju tem visivelmente uma relação truncada entre o permitido e o proibido, dependendo, na maioria dos casos, do para quem.

[16] Utilizaremos a grafia do texto original em todas as citações.

[17] Segundo Loureiro (1981), a primeira favela da cidade, "Ilha das Cobras", foi transferida para o primeiro conjunto habitacional, o Agamenon Magalhães.

[18] Essa favela foi o resultado dos loteamentos abusivos da Treze de Julho, os quais expulsaram para o interior do Bairro os antigos pescadores da Praia Formosa.

outros lugares de moradia. E, se, esses indivíduos, viam para Aracaju era porque tinha o chamativo de ser Capital, pois pelas dimensões de Sergipe, eles sabiam da ínfima mão-de-obra empregada pelas pouquíssimas fábricas[19] – moradores antigos afirmam que em Aracaju até a década de 50, constava com apenas 5 a 8 fábricas. Nesse sentido, consideramos a favelização precoce de Aracaju como prova de seu crescimento sem sustentação de mercado de trabalho, uma vez que, como cidade projetada, – e passados os anos iniciais de dificuldade – ela poderia ter sido direcionada na construção de um espaço urbano menos caótico. Temos indícios, por exemplo, de que o Japãozinho foi conseqüência de um simples aumento da elite de Sergipe e a crescente desvalorização do Centro (RIBEIRO, 1989), ou seja, invadiram os terrenos ao sul, os quais eram ocupados por pescadores e pessoas pobres. E, para os antigos moradores só restou à parte alagada, favorecendo um contraste entre as casas estruturadas e os casebres[20].

Na década de 60, temos o impulso econômico com a descoberta de poços petrolíferos em Aracaju. E, como conseqüência um crescimento expressivo das camadas de rendimentos médios. Logo, foi o inicio de uma reformulação de alguns espaços da cidade. E, concomitante a esse dinamismo empresarial temos um período de políticas públicas de habitação mediadas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e seus investimentos locais pela COHAB-SE (Companhia de Habitação de Sergipe). Segundo Ribeiro (1989), esses investimentos foram fundamentais para a configuração urbana de Aracaju. Eles dinamizaram o setor imobiliário e possibilitaram a implantação de infra-estrutura (rede de esgotos, energia elétrica, etc.) em diversos locais da cidade.

Em seguida, temos a instalação do Distrito Industrial de Aracaju (1971) e a notável influência da Universidade Federal de Aracaju, implantada em 1968 (RIBEIRO, 1989). Esses investimentos arejavam a rotina dos aracajuanos, os quais esperavam um desenvolvimento da pequena cidade. Mas, será só na década de 80 que a horizontalidade de Aracaju de forma gradativa se contrasta com os prédios, influenciada pelas indústrias de mineração (FRANÇA, 1998). Entretanto, o Estado não consegue suprir as deficiências de investimentos privados e, como enfatizou França (1998) o não cumprimento do que seria esperado enfraquecia os projetos de desenvolvimento como, por exemplo, o Distrito Industrial de Nossa Senhora do

[19] Memória Histórica da Indústria Sergipana. Edição *SENAI*, 1986.

[20] Na década de 70 a favela Japãozinho começou a desaparecer com os diversos prédios públicos construídos estrategicamente no seu espaço (Biblioteca, Estádio e Ginásio). Posteriormente, explicaremos com detalhes, pois faz parte da transformação do Bairro Treze de Julho.

Socorro, o Terminal Portuário Marítimo, o Pólo Cloroquímico e a Zona de Processamento de Exportação.

Por isso, Aracaju tem uma enorme fragilidade no setor industrial, favorecendo uma dependência das políticas públicas. A cidade tem apresentado um expressivo aumento no setor comercial. Desde os especializados em artigos de luxo, em bairros de classe alta e média, e as modestas lojinhas de bairros populares ou periféricos. São essas mudanças que produzem os subcentros comerciais, por exemplo, ao sul temos um típico comércio de bens e serviços cômodos para os seus moradores:

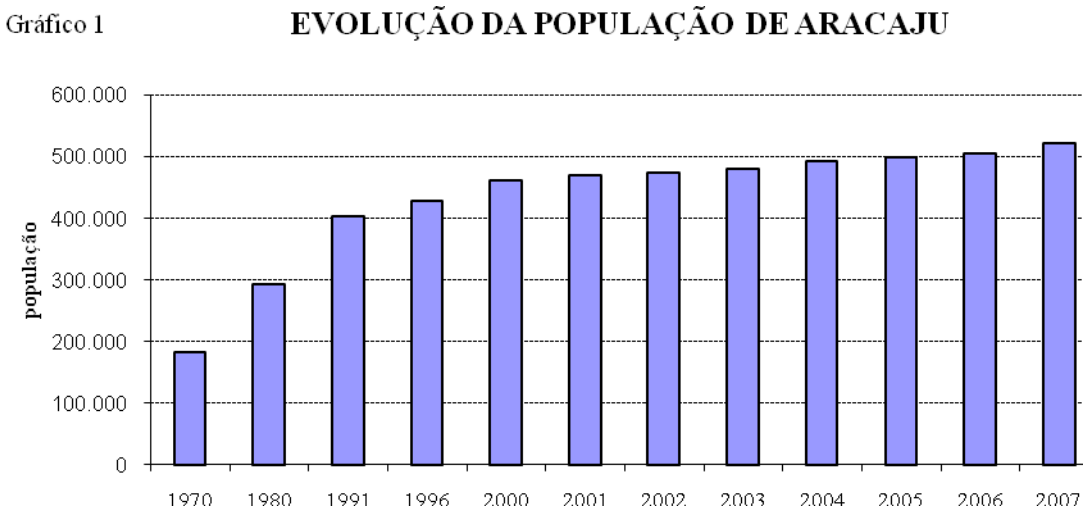
> São agências bancárias, hipermercado, papelarias e livrarias, boutiques, lojas de calçados, material de construção, lanchonetes, restaurantes, locadoras, lojas de produtos veterinários, loja de decoração, postos de gasolina, lojas de conveniência, escritórios, entre outros que dinamizam aquela área reduzindo, dia a dia, suas relações de dependência com o centro. (FRANÇA, 1998, p. 214)

Convém lembrar que os setores de serviços sedimentam também as diferenciações sociais e alargam os empregos dos salários inferiores (limpeza, vigilância, etc., tradicionalmente considerados trabalhos que não demandam qualificações). Logo, se a "zona sul se define sobretudo por seu alto valor do solo urbano e pela forte tendência a homogeneidade social entre as classes médias e altas, apresentando os maiores índices de renda média do "chefe de família"." (VILAR, 2000, p. 94), o seu comércio também será um reflexo do poder de compra dos moradores. Podemos dizer que o problema do setor terciário advém principalmente de uma construção simbólica que naturaliza a segregação socioespacial mediante os ícones demarcadores de poder. Apesar de um consumismo de massa, que democratiza certos tipos de bens, as mercadorias ditas de luxo se atrelam a um estilo de vida aparentemente "completo", ou seja, morar bem e consumir em um mesmo espaço, valores quase absolutos para o vislumbre de uma comunidade perfeita. E, numa experiência contemporânea afinada com o consumismo nos sentimos afastados de determinados espaços, quando os mesmos disponibilizam um mundo quase hermeticamente fechado. Assim, a zona sul de Aracaju transborda os elementos principais da contemporaneidade, os quais também podem formatar uma centralidade.

As divisões de poder são perceptíveis em qualquer cidade, contudo, elas não podem ser naturalizadas *ad infinitum*. O problema está relacionado à continuidade de mecanismos injustificados de tratamento diferenciado, dependendo do eixo de moradia do habitante. Por exemplo, as políticas públicas tendem a disponibilizar as melhores condições aos bairros que possuam algum atrativo propagandístico – raro são as exceções que não estejam vinculadas a

essas atitudes de retorno para a esfera eleitoral do governante. Além disso, Aracaju tem demonstrado um aumento populacional desde a década de 80, significando que o descuido de uma conformação socioespacial pode ter conseqüências posteriores. E, como afirmou França (1998) Aracaju já é uma metrópole e como tal possui inúmeros problemas desde a legislação para um plano diretor até a sua expansão sem infra-estrutura pela Grande Aracaju (Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros). Portanto, é inegável a necessidade de avaliarmos as ações, pois são inúmeros os indivíduos afetados por um apressado "jeitinho" de cidade grande. E, para melhor visualizarmos o desenvolvimento de Aracaju, colocamos abaixo um gráfico, com o intuito de associarmos as transformações urbanas de Aracaju com o crescimento populacional:

Gráfico 1



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1970, 1980, 1991 e 2000
IBGE - Contagem da População 2007
IBGE - Estimativa da População 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Ano	1970	1980	1991	1996
População	183.670	293.119	402.341	428.194

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População	461.534	468.297	473.991	479.767	491.898	498.619	505.286	520.303

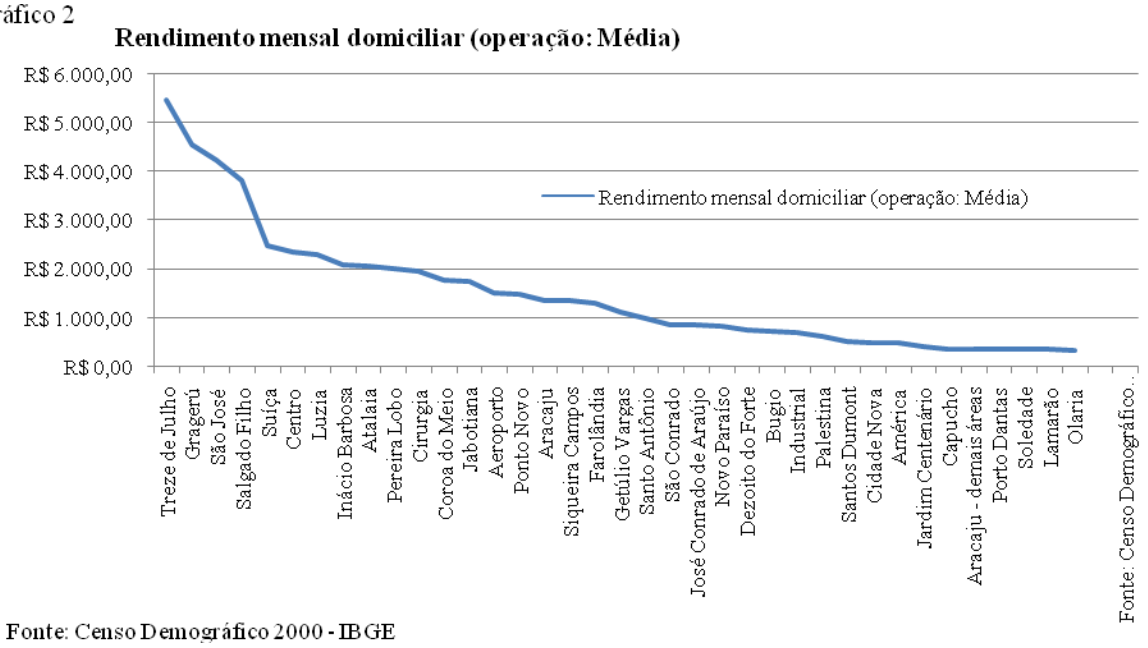
Tabela especificando o crescimento populacional de Aracaju.

Temos, portanto, meio milhão de pessoas convivendo numa cidade que almeja, ainda, um impulso no setor secundário. Apesar de cidade de porte médio, Aracaju, só possui dois *shoppings centers*. O primeiro, o Riomar, foi construído mediante uma parceria público e privado, em 1989, na Coroa do Meio, potencializou a urbanização do bairro e a prática de fazer aterros em terrenos vizinhos ao mar. E, logo após, em 1996, foi aberto o segundo, o Jardins, com intuito principalmente de sustentar uma especulação imobiliária, em terrenos de

mangue. Podemos, ainda, enfatizar que mesmo sendo uma cidade de predomínio do setor terciário, os dois *shoppings* estavam atrelados a outros investimentos para darem certo. E, ambos determinaram passagem para o desenvolvimento seletivo de população no seu entorno. Nessa ordem, podemos perceber a triagem dos pedaços de solo de Aracaju, ou seja, repetem o traçado de "Pirro" com disfarces de uma melhoria das condições de vida, para os habitantes como um todo.

Segundo Vilar (2002), temos, em Aracaju, espaços que podemos reconhecer como "cidade consolidada", significando os espaços urbanos nitidamente separados por questões de infra-instrutora e rendimento familiar. O autor divide a cidade em três zonas: sul (Treze de Julho, Grageru, Coroa do Meio, Jardins, etc), oeste (Siqueira Campos, Cirurgia, Getúlio Vargas, etc.) e noroeste (Santos Dumont, Cidade Nova, José Conrado, Novo Paraíso, etc). Respectivamente, teríamos os Bairros mais elitizados, os espaços intermediários em relação aos sistemas de benefícios urbanos (energia, água, etc.) e aos rendimentos de seus moradores e, por ultimo, os de condições menos favoráveis a uma qualidade de vida urbana. Para termos uma idéia da diferenças de rendimentos mensais dos bairros de Aracaju, abaixo temos um gráfico com valores aproximados:

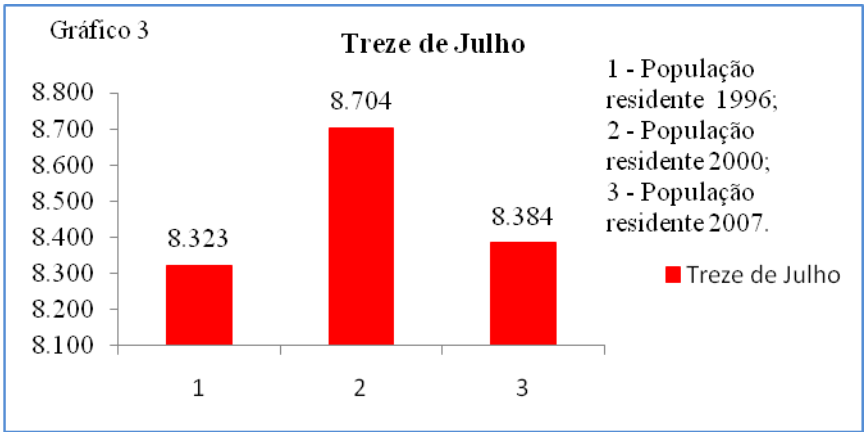
Gráfico 2



Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

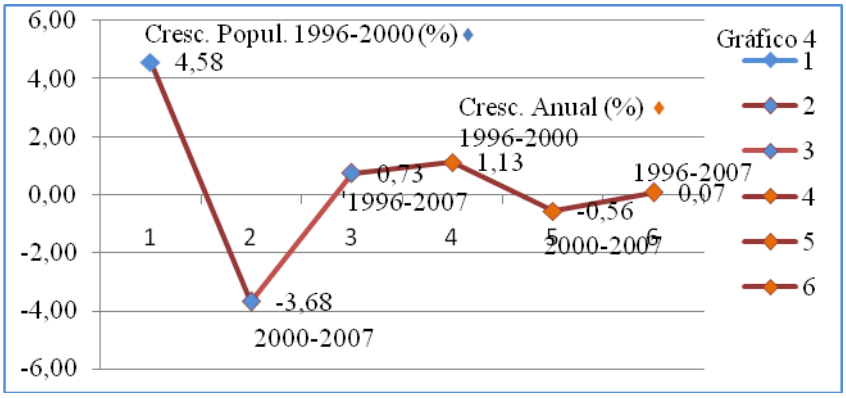
O maior rendimento é o do Bairro Treze de Julho com R$ 5.460,41 e o de menor rendimento o do Bairro Olaria R$ 343,85, segundo o IBGE-2000. Aracaju estaria com a média salarial de R$ 1.364,60, representando no máximo os bairros de classe média. E, como estar expresso no gráfico, a Olaria possui uma renda aproximadamente de 1/4 da média salarial da cidade, comprovando a intensa concentração de riqueza – apesar de ser uma

constante no Brasil. E, a Treze corresponde à área mais rica por metro quadrado, corroborando com o *status* construído de espaço elitizado. E, para termos uma idéia de quantos habitantes tem o Bairro Treze de Julho do montante de aproximadamente 600.000, temos o seguinte gráfico:



Fonte: IBGE

Entendemos que o Bairro, apesar de ter uma quantidade expressiva de construções verticais, iniciou também um processo, nas ruas internas, de esvaziamento de moradores. As residências foram sendo substituídas por imensas galerias. Nesse sentido, o decréscimo de moradores pode ser decorrente do incisivo poder de compra de empresários, os quais ofertam valores exorbitantes aos antigos moradores. E, podemos dizer que o adensamento populacional da verticalização, ainda, não conseguiu ultrapassar a quantidade anterior de moradores do Bairro, quando o mesmo era predominantemente horizontal. Dessa forma, temos um caso significativo de transformação urbanística a partir da década de 90 e se estendendo até a década de 2000. E, para ficar mais transparente colocamos também um gráfico comparativo entre as percentagens do crescimento populacional de alguns anos e a média de crescimento anual para o mesmo período:



Fonte: IBGE.

Hoje, Aracaju ocupa uma área de 174,05 Km², com população de 520.303 habitantes distribuída em 35 bairros, 100.575 domicílios (IBGE, 1996) e PIB de 5.021.660 mil reais (IBGE, 2005). E, nessa metrópole (FRANÇA, 1998) temos espaços que precisam ser observados de forma singular, para podermos entender como a cidade está sendo configurada. Sem esquecermos a interdependência socioespacial, diríamos também da necessidade de olharmos para pequenos mundos dentro de um contexto maior, pois aparecem características menos visíveis e fornecem dados para ampliarmos possíveis comparações de um bairro e outro. Por exemplo, quando optamos por estudarmos o Bairro Treze de Julho, tínhamos variáveis que extrapolavam a caracterização simples de um lugar de segregação, ou seja, as hipóteses estavam centradas em questões vinculadas a um nítido processo de *gentrification* residencial. Nesse sentido, a Treze nos dava a oportunidade de verificar as conseqüências de uma dinâmica contemporânea das cidades. Além disso, percebermos como as novas formas de elitização estão sendo desafiadoras para a vida coletiva da cidade, e também tentarmos entender porque o ícone de sustentação do enobrecimento residencial (Calçadão Viana de Assis) foi apropriado por diversos usuários. E, para conseguirmos compreender como, em Aracaju, tivemos resultados inesperados das políticas de *gentrification*, realizamos um estudo pontual dos efeitos das operações urbanísticas, as quais pudessem nos dá uma resposta concomitante aos próprios usos dos agentes urbanos.

E, é indispensável ressaltar que não adentramos em conceitos áridos para alicerçamos uma tipologia de Aracaju como cidade moderna ou pós-moderna, apenas por sua estrutura arquitetônica. As relações dos sujeitos sociais produzidas no espaço urbano podem refletir uma colagem dos fenômenos existentes mundialmente, independente dos traços arquitetônicos pós-modernos. Sendo assim, procuraremos definir o espaço urbano mediante os itinerários dos usuários, os quais expressam o *"lugar praticado"* (CERTEAU, 1996).

Por isso, mesmo o Bairro Treze de Julho – arauto da elitização – expressa uma visibilidade conflituosa para os aracajuanos. Ali, encontramos a homogeneidade social de uma cidade qualquer como também os minúsculos mundos das diferenças, viscosamente expostas no Calçadão. Nesse sentido, estudar esse espaço urbano, dividido por lugares compostos pelos agentes urbanos, pode nos dizer sobre as inconstantes facetas múltiplas da Cidade-Aracaju, em suas *"territorialidades flexíveis"* (ARANTES, 2000).

2 - Praia Formosa: narrativa de pescador

A Praia Formosa ficava depois de uma curva desenhada pelo rio Sergipe ou Cotinguiba – dúvida que gerou diversas polêmicas, até o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (MONTALVÃO, 1925) determinar que o ilustre dono das águas de localização central de Aracaju é o rio Sergipe. Entretanto, temos afirmações de pessoas comuns de ser apenas um mito a existência do rio Sergipe ou Cotinguiba em Aracaju, pois seriam águas do mar, azuis e salgadas, fornecedoras do espetáculo do pôr-do-sol de Aracaju. Essa afirmação tem suas razões quando comparamos com os depoimentos de banho de mar em areias brancas da formosa praia.

Indiferente à prevalência das águas do rio ou do mar, iremos detalhar o motivo de Aracaju ficar, por muito tempo, afastada da Praia Formosa[21] como lugar de moradia, pois esta, para veranear, era a mais escolhida dos aracajuanos. Nesse sentido, temos como pressuposto inicial de rejeição a curva construída pela natureza, ali era a sinalização do fim de Aracaju na época. Habitar ao sul significava conviver com outro tipo de referência, o qual não estava relacionado com as retas das ruas do "quadrado Pirro"[22]. E, como todo espaço encurvado denota possibilidades de esconderijo – enquanto o local estava afastado do dinamismo da cidade –, assim, aquela divisão natural era recanto escolhido dos namoros. Aquele ambiente despertava as paixões que não cabiam nos rígidos parâmetros da moral de Aracaju.

Por isso, a Praia Formosa ficou, por um século, afastada da apreciação cotidiana dos aracajuanos "distintos". As residências burguesas chegavam até a linha reta da Av. Ivo do Prado e paravam nesse ponto, como se quisessem distanciar-se do arredondamento das águas do Rio-Mar. A repulsa aconteceu pelo indício de ser um espaço predileto da vida amorosa, pois a conotação de espaço romântico era atribuída a todo prolongamento da Av. Ivo do Prado com arvoredos propícios para as cenas eróticas de Aracaju. Sendo assim, uma cidade conservadora deveria manter-se à distância de um local permissivo. Podemos afirmar que,

[21] Segundo Silva, a Praia era freqüentada por indivíduos ilustres, pois tinham algum tipo de transporte para chegar ao local, dificultando a ida de indivíduos pobres. Contudo, podemos dizer que os moradores da Praia Formosa eram, em sua maioria, pobres, como veremos a partir do processo de loteamento desse espaço. Por exemplo, no Acervo de imagens do Museu do Homem Sergipano, temos uma com a seguinte inscrição: "Os pobres e humildes moradores da "Praia Treze de Julho" não esquecerão o benefício que lhes prestou o Governador Eronildes de Carvalho construindo o cáes (sic) de proteção que evitou lhes levassem as águas o seu pequeno patrimônio imobiliário." (sem autor, 1936)

[22] Nome popular como ficou conhecido o projeto da cidade de Aracaju, construído pelo Engenheiro Basílio Pirro.

antes de ser o Bairro Treze de Julho, ele foi a Praia Formosa, um lugar do desejo, uma vez que a natureza em seu entorno era um atrativo para os casais enamorados:

> [...] languida curva beiradeando (sic) o rio e os namoros nela são os mais avançados e não os namoros clássicos de Aracaju. Nos bancos dessa rua romantica(sic), protegidos pela curva suave da alameda, setam-se(sic) os namorados que querem desfrutar de mais quietude, solidão e liberdade. O namoro tipico(sic), padrão de Aracaju, é o das outras ruas, expostas às vistas de todos os transeuntes, inexoravelmente retas. (MELO, 1949, p. 53)

Mário Cabral (1955) confirma a descrição do autor, ao relatar que a Avenida Rio Branco e a Avenida Ivo do Prado, "constituem, na cidade de Aracaju, o paraíso do amor clandestino [...]" (p. 146). A defesa de Melo (1949) em relação às ruas sem sinuosidade precipita uma interrogação. Será que a curva do rio Sergipe fazia da Praia Formosa um lugar sombrio e, portanto, de aversão para os guardiões dos bons costumes de Aracaju, guiados pela busca de uma vida moral exemplar? Afinal, a Praia Formosa era, até meados da década de 1950, um lugar separado da cidade. Ali, viviam pescadores e famílias pobres, as quais tiravam seu sustento da Praia. A ocupação da região sul da cidade demorou, e só foi acelerado quando a prefeitura cedeu um terreno para a construção do Iate Clube de Aracaju. Um clube para a rica camada aracajuana, num espaço de choupanas de pescadores, proporcionou o início de valorização do Bairro. Assim, a curva do rio Sergipe teve a incumbência de ser o local privilegiado para a construção de uma principiante modernização urbana, advinda dos anseios das classes altas. Como espaço de poder, a curva passou a ter outra significação para a população de Aracaju, passou a contribuir para o embelezamento de um novo espaço escolhido pela alta sociedade sergipana.

Acervo de Durval Calazans. Praia Formosa (1923). Construção do Iate Clube (Década de 50). Acervo do Arquivo Público da Cidade de Aracaju.

A existência do encontro de um ambiente natural com uma apropriação progressista deixa marcas indeléveis no espaço. Assim, percorrer cada década faz sentir uma operação de desgaste, ou melhor, de destruição da Praia. Essa hipótese está relacionada ao olhar que temos

do Bairro atual. Fazer uma trajetória no Bairro, hoje, e pensar no seu passado é estar numa perspectiva surreal, logo, lembramos Benjamin (1997) quando descobre uma nova ordem social emergindo das transformações socioespaciais do "embelezamento estratégico" do Barão George Eugène de Haussmann, nos anos de 1853 a 1870, mediante uma leitura dos textos de Baudelaire. Essa interpretação consegue atingir o âmago de uma configuração urbana, estabelecendo uma relação com as ações dos sujeitos no espaço.

Nesse sentido, a Praia utilizada não só como banho, mas como sustentação da vida dos pescadores, incomodava uma sociedade ávida pela idéia de concretizar um novo estilo de vida, representante de um lugar moderno. Por isso, a destruição da Praia também significava a anulação da dimensão tradicional, construída pela vivência dos pescadores. Por isso, partimos do pressuposto de que existiu uma predisposição do planejamento urbano de colidir diretamente com os recursos de sobrevivência dos pescadores. Para entendermos os motivos desse desmanche da natureza, é preciso considerar a utilidade do Bairro, quando era um recanto de pescadores.

Acervo do Museu do Homem Sergipano

Apesar de já ser considerado, no início do século XX, um bairro: "Em 1901 eram listados como arraiás de Aracaju: Bairro Industrial, Bairro Vermelho, Fundição, Gengibre, Getimana, Jabotiana e Saco." [23] (Gazeta de Sergipe, 1983), a Praia Formosa era conhecida porque tinha o depósito de inflamáveis que abastecia Aracaju e uma Fundição para consertar as máquinas da firma *Cameron & Cia*., um engenho de 1870 (CABRAL, 1955). Era um espaço conhecido não apenas por tais pontos, mas também era um lugar referencial do fim da cidade de Aracaju. O local foi o limite dos bondes ou do final da urbanidade de Aracaju (SANTANA, 1983); depois do Inflamável (depósito de revenda de gás, etc.), só tínhamos praia e seus antigos moradores, os quais viviam aparentemente distantes da dinâmica da cidade. Assim, temos um bairro de vivência comunitária e tradicional que podemos entender como exemplo de um "espaço liso", produtor de uma comunicação aberta (DELEUZE &

[23]Informações veiculadas pela Gazeta de Sergipe com o título "Verbetes Aracajuanos", em 1983, publicado diariamente por mais de dois meses.

GUATTARI, 2004), com agenciamentos menos dominados pela ambição da modernidade, de uma pressão para o progresso ou de ordem capitalista. Os autores, acima, fazem essa relação como contraposição aos modelos "arborescentes" de poder centralizado, tais como o Estado, etc. Nele, tudo é medido e hierarquizado, formatando um "espaço estriado". Nesse sentido, a Praia Formosa seria destruída mediante a formação de uma territorialização estratificada e fechada, reduzindo o espaço em uma espécie de gravitação em torno de uma esfera segmentarizada. Todavia, um espaço permeado de zonas híbridas, entre o antigo uso e o posterior, pode manter topografias "rizomáticas": "Ser rizomorfo é produzir hastes e filamentos que parecem raízes, ou, melhor ainda, que se conectam com elas penetrando no tronco, podendo fazê-las servir a novos e estranhos usos." (p. 25)

Os "agenciamentos" de "espaço liso" não têm um sentido de estabelecer um contraponto totalizante com o início da vida urbana de Aracaju, porque existiam contatos os quais projetavam fluxos de mudanças. Além disso, como ressalta Deleuze & Guattari (2004), na formulação dos conceitos de "árvore-raiz" e "rizoma", não existe uma dicotomia binária entre os dois, mas cada um possui características relacionadas; na arborescência, encontramos abertura para o aparecimento da liberdade, como também no rizoma podemos ter um movimento de comando; portanto, a diferença que sobressai está no grau utilizado dessas características. Se o primeiro exemplifica processos com um centro direcionador e o segundo diz respeito a uma relação não-hierárquica, temos pontos de fuga tanto na arborescência quanto no rizoma, ou seja, ambos estão conectados com os seus contrários. Estamos, apenas, evidenciando a diferença de um estilo de vida comunitário, no qual pescadores e veranistas transitavam em um mesmo espaço sem demarcações rígidas para outro de significação elitista da Praia Formosa, ou seja, de uma vida entremeada de referência nômade para um modelo sedentário. Entretanto, para elucidarmos a questão, forneceremos dados sobre a paisagem antiga da Praia Formosa e suas transformações iniciais.

Sem maiores considerações sobre sua paisagem como beleza, podemos afirmar que a denominação Formosa condizia com a imagem que dela fizeram os seus freqüentadores. Como ressalta Melins, "a Praia Formosa foi a mais querida e romântica de Aracaju." (2001, p. 184), sendo um ponto referencial de lazer popular da cidade. A Praia Formosa possibilitava uma experiência comum entre os indivíduos de diferentes status sociais: "Além dos veranistas e moradores, centenas de pessoas da cidade iam para lá tomarem seu banho de mar ou se bronzearem nas areias alvas." (MELINS, 2001, p. 191-182) As conversas entre pescadores e os veranistas era uma atração a mais da Praia, em pontos propícios para conversas como o bar

de José Barbosa (Zé Guarda), o primeiro comerciante do Bairro com um armazém de secos e molhados – hoje, em seu espaço está o Restaurante João do Alho –, o armazém de seu Guimarães e o botequim de Dona Lila (MELINS, 2001).

Parece que Mário Cabral prenunciava o fim da Praia Formosa, porque, ao comentar sobre as belezas das praias de Aracaju, o autor nos dá a impressão de uma saudade quando afirma: "Há, ainda, a Praia Formosa e a Praia da Chica Chaves, praias do estuário do Rio Sergipe, servidas por linhas de bondes, ônibus e lotações." (1955, p. 123) A palavra "ainda" remete a uma sensação de despedida e podemos ressaltar que o autor está se referindo à década de 1950, logo, a transformação da Praia foi rápida, com aterramentos aleatórios. Além disso, o autor representava a Prefeitura no processo de desapropriação por utilidade pública e interesse social dos terrenos e alagados da Praia 13 de Julho de Edgard Melo da Silveira, como Procurador da Fazenda do Município de Aracaju, portanto, tinha uma dimensão do processo de mudanças. A demarcação de espaço proporcionou um conflito entre interesses privados e a Prefeitura, que afirmava estar interessada no bem coletivo dos antigos moradores.

Por exemplo, os recibos dos pagamentos de cascalhos, areias e pedras, etc., realizados para o primeiro loteamento da Praia, comprova a destruição do ambiente de moradia dos pescadores e do ponto de lazer de alguns aracajuanos. Sem estrutura de urbanização, os loteamentos de origem privada faziam do local um canteiro de obras desorganizado: "Recebi do Sr. Edgard Melo da Silveira a quantia de vinte e dois mil cruzeiros relativo ao serviço e material gasto no fechamento do rêgo existente no fundo das casas na Praia 13 de Julho, assim como um muro de aterro e lama em volta de toda a área." (Cartório - 5º Ofício Amynthas Garcez Vieira, em 02 de junho de 1951) Eles avançavam em lugares inapropriados, de escoamento de águas e, além disso, privatizavam uma área de banho de sol. Isso exigiu o deslocamento dos pescadores, os quais foram para o interior do Bairro.

O "rêgo" seria o Riacho Tramandaí, sobrevivente até hoje, uma vez que não conseguiram destruí-lo completamente. A situação deveria ser de transtorno para os moradores, pois não era acompanhada por técnicos do poder público, mas dependente da iniciativa privada com o único objetivo de aterrar às pressas, – cujo motivo da urgência será explicado posteriormente. Assim, a zona sul de Aracaju começou o seu desenvolvimento, ignorando qualquer reivindicação contrária, mesmo quando advinda de um órgão público. Os moradores recorreram à Prefeitura para impedir as obras, sem planejamento, de obstrução do Riacho Tramandaí: "as aludidas obras constituem perigo para a saúde daquela população, fazendo necessário que seja desobstruído o canal, até que o interessado apresente um projeto

que satisfaça as exigências sanitárias[24]". Podemos presumir que o riacho não servia, naquela época, de escoamentos dos resíduos domésticos. Por exemplo, o canal natural era uma diversão para os aracajuanos – chamado "Quatro Bocas[25]", onde, hoje, é o posto Aracaju na Av. Anízio Azevedo – que pulavam de sua ponte para as águas profundas.

Assim, seu possível aterramento agravaria a situação. Infelizmente as reclamações tiveram pouco efeito, pois as areias continuavam o processo de sedimentação das áreas alagadas: "Recebi do Sr. Edgard de Melo da Silveira a quantia de quatorze mil e duzentos cruzeiros relativo ao transporte de 203 caminhões com cascalho para a praia 13 de Julho." (Cartório - 5º Ofício Amynthas Garcez Vieira, em 29 de junho de 1951). Seguramente, aqui, existiu um descaso para com a conservação da Praia, uma vez que havia uma mentalidade de recusa dos resquícios de vida tradicional do ambiente urbano. Nesse sentido, o início de poluição da Praia – hoje, transformado em mangue pelos dejetos jogados nas águas – poderia ter também o propósito de extinção da sobrevivência dos pescadores, uma possível explicação para a falta de compromisso dos dirigentes públicos com o saneamento básico da área.

Porém, os pescadores, enquanto podiam, formavam elos de re-apropriação dentro de um espaço que tentava fechar suas portas para uma vida comunitária: "Vivem espalhados pelo Bairro Industrial, pela Barra dos Coqueiros, **pela Praia Treze de Julho[26]**, pela Atalaia Nova, pelo Mosqueiro e pela Atalaia." (CABRAL, 1955 p. 127) A dinâmica inicial da urbanização renega o passado, por isso, a tendência seria uma diminuição a cada ano. Como os pescadores iriam encontrar sustentação de seus modos de vida?

Estamos iniciando a descrição de um contexto de monetarização das relações urbanas, ou seja, cada indivíduo tem um papel padronizado que reduz sua esfera de ação a um único campo de absolvição absoluta: o dinheiro. Nesse ponto, o Bairro inaugurou sua modernização, o qual gerou a contraposição ao estilo anterior:

> Na praia Treze de Julho, tentei um reencontro com velhos pescadores – aqueles mesmos que nas tardes de verão empurravam suas canoas sobre a areia para depois entregar o peixe aos familiares e aos amigos através de uma divisão ou de uma partilha em que todos se saiam bem. (SANTANA, 1983, p. 55)

---

[24] Ofício de comunicação do Dr. Walter Cardoso - Diretor Geral, para o Exmº Snr. Dr. Aldebrando Franco de Menezes, de 16 de junho de 1951.

[25] "**Quatro Bocas** –Pontilhão na rodovia Aracaju – Atalaia, denominada Paulo Barreto de Menezes, canalizando os riachos Tramanday e Tramandaizinho para despejo no rio Sergipe, a altura da praia 13 de Julho." Gazeta de Sergipe, 1983. *Op. cit.*

[26] Grifo meu.

Existia um contraste entre os novos moradores e os pescadores. Enquanto os primeiros tinham uma idéia negativa da paisagem natural e os segundos necessitavam da permanência desses recursos ofertados gratuitamente pela natureza: a moldagem do espaço se confundia com os dois interesses. Claro, o movimento impulsionado pelo desenvolvimento urbano teve o caráter mais intensivo. Ali, já não tinha espaço para uma simbiose entre indivíduo e natureza, logo, a ruptura deveria produzir marcas nos dois grupos. O itinerante passaria a ser não mais o simples pescador, mas o pescador-urbano, que em sua pesca poderia não trazer peixe, mas traria imagens de um Bairro-Praia em deformação. Não havia espaço para as caminhadas despreocupadas e as narrativas pesqueiras das incursões ao mar estavam transbordando para uma época de estabelecimento da rotina programada pela mecânica do relógio. O tempo foi modificado pelo espaço, e as espacializações-temporais foram refletindo os sentidos dos seus andantes.

Além disso, havia dos gestores da cidade uma indicação do valor de troca do espaço urbano em detrimento do valor de uso dos antigos moradores. Cabiam residentes desde que representassem o modelo típico de uma caracterização de espaço hierarquizado, construído numa zona sul como corolário da idéia de *status*. Por isso, seria necessário balizar um *topos* com arquitetura diferenciada, a qual respondia aos anseios da técnica de morar com conforto. A incongruência seria as palhoças de pescadores, as quais seriam arremessadas ao mar como poeira "*fora de lugar"*. Então, foi dada aos pescadores uma denominação com uma palavra instigante para o entendimento urbano, ao invés de ocupantes eles seriam os invasores – estranha alcunha para indivíduos que viviam tranqüilos com o espaço natural – mas também interessante palavra, pois evidencia, de forma esdrúxula, a inversão dos valores da iniciante legalidade sergipana das terras da marinha, por seus dirigentes públicos: "Na época, muitas invasões foram retiradas e os moradores foram indenizados, tudo isso para dar lugar aos ricos que estavam simpatizando com o bairro para morar, apesar dos contratempos." (Depoimento de Dona Arminda em entrevista ao Jornal da Cidade[27]). Os "contratempos" seriam os constantes alagamentos da área, pois é um Bairro que, além de estar situado em um terreno no mesmo nível do mar, é cortado pelo riacho Tramandaí; contudo, morar na zona sul é um atrativo bastante convincente para fazer esquecer as dificuldades naturais desse período.

Infelizmente, os "estranhos" da urbanidade estavam sem saída. A urbanização é uma mancha que adentra os espaços sem considerar suas experiências anteriores, principalmente

[27] MENDONÇA, Valéria. **Antiga Praia Formosa, local já foi um bucólico recanto de pescadores**. Jornal da Cidade, Aracaju, 12 de maio, 1998. Ano XXVII, nº 7748, Caderno B, p. 11.

na década de 1950 a 1960, num tempo de aceleração das mudanças em locais "atrasados". Fácil é impor qualquer intervenção urbanística através de governos descompromissados com os indivíduos afastados do poder. E, além disso, não tem nenhuma consideração em preservar, se não a rotina, mas, a vida daquelas pessoas que fizeram sua biografia naquele espaço. Aparentemente, o uso que os gestores têm do espaço urbano tem um significado apenas para a projeção do lucro. Nesse sentido, toda uma área estaria sujeita aos ditames de um procedimento de esvaziamento dos antigos moradores, os quais receberam a qualificação de apropriação indevida das terras da marinha. Aquelas terras não eram propícias para indivíduos "sem eira nem beira", os quais constituíam uma espécie de empecilho para a nova urbanidade. Portanto, a construção de uma hierarquização espacial dentro da cidade e, principalmente, num Bairro popular, era o desafio de estabelecer uma visão de segregação que quebrasse um meio de vida desorganizado pelos parâmetros da racionalidade. Tudo que produzia estranheza para a "razão" e que não se encaixasse nos padrões, incitava medo, sendo necessário catalogar e restringir a ocupação dos terrenos. Além disso, a falta de um planejamento urbano para uma área ambiental precipitava o desaparecimento dos peixes como, por exemplo, o famoso Mero, que deu nome ao canal – atual Av. Anísio Azevedo – de Poço do Mero[28], acabando com a fonte de renda dos "desconhecidos" invasores.

A configuração espacial de uma cidade vai tomando forma com a emergência dos contrastes, assim como a substituição dos usos espaciais adquire a feição de uma ação profilática e, antes de tudo, política. No caso, o Bairro seria o alvo dos que saíam do Centro, instigados pela atração residencial da zona sul:

> A modificação do uso do solo do Centro, associada ao crescimento de categorias sociais de maior renda, implicaria amplos movimentos de população que viriam a pressionar as áreas de ocupação popular. Em alguns casos, esses movimentos se caracterizaram pela troca, no espaço urbano, de grupos de baixa renda por grupos de renda superior; fato bastante evidente em algumas áreas das zonas sul e sudoeste mais atrativas às camadas de maior renda da população pela presença ou proximidade das amenidades, aliadas ao *status* social e à especulação imobiliária. (RIBEIRO, 1989, p. 89)

A situação piorava se considerarmos que existia em Aracaju, até meados da década 1960, uma estrutura socioeconômica de extremos, ou seja, em uma ponta estava a aristocracia rural e na outra os indivíduos sem os mínimos recursos de sobrevivência. Entre os extremos, existiam pequenos proprietários de terra do interior sergipano, mas, em Aracaju, a situação era agravada por ser a Capital de Sergipe, da qual se esperava minimamente uma

[28] MENDONÇA. *Loc. cit*.

sustentabilidade econômica não-dependente da agricultura. E a idéia de uma cidade condizia com o desenvolvimento concomitante da industrialização para sedimentar a ruptura urbano-rural, fortalecendo um aparato de construção da civilidade. Contudo, tínhamos em Aracaju uma industrialização rudimentar, induzindo uma permanência dos ciclos da economia exploratória (PRADO, 1987), ou seja, depois do decréscimo do cultivo da cana-de-açúcar, viria a pecuária, a qual dificultava a emergência de uma camada de rendimentos médios na população aracajuana: "Desde os anos 40, quando o açúcar e o algodão sofreram declínio, inclusive da área cultivada, a pecuária vem aumentando progressivamente, mormente nas últimas décadas." (RIBEIRO, 1989, p. 32)

Por isso, o Centro, até a década de 1940, tinha espaço urbano suficiente para o comércio e algumas residências de luxo. O afastamento para a zona sul precisava ser impulsionado pela dinâmica de estruturação advinda de um aburguesamento mais definido. Nessa época, já vemos um direcionamento para a Av. Barão de Maruim (RIBEIRO, 1989). A Praia Formosa era um lugar de divertimento:

> A fundição era um bairro distante, parecia no fim do mundo. (...) Era, antigamente, a praia balneária da cidade. O interessante é que cada veranista fazia, dentro da água, um banheiro de palha de coqueiro para se banhar a salvo dos olhares públicos. E ainda assim ia ao banho de mar muito bem vestido: os homens de calças cortadas e camisa de meia e as mulheres com roupas de baeta azul, longas e veneráveis. (CABRAL, 1955, p. 178)

Temos que evidenciar a transformação brusca do bairro a partir década de 1950; acima, o autor escreve em 1955 e já deixa claro, com a palavra antigamente, a rápida destruição das areias brancas da Praia Formosa. Também podemos afirmar ser a praia um lugar de banhista da aristocracia aracajuana, pois entravam na água com uma prática diferente dos banhos populares. E não eram os moradores do Bairro, mas sim veranistas apreciadores da beleza da Praia Formosa. Assim, podemos considerar a década de 1950 como uma espécie de transição para os novos usos da Praia, já escolhido para ser o local de residências fixas dos ricos sergipanos. Entretanto, temos depoimentos de que, mesmo depois da chegada dos novos moradores, "O lugar era bom demais e felizmente meu filho conseguiu alcançar a beleza e os prazeres de jogar bola numa croa vazia da maré." [29] (Jailson Veríssimo Cardoso, conhecido no bairro por "Galego"), eles tiveram, por algum tempo, a experiência de conviver com os prazeres ofertados pela natureza.

[29] *Idem*.

2.1 - Formação de outra paisagem

Para delinear a ocupação residencial do Bairro, faremos uma descrição do mesmo. O intuito é indicar as transformações urbanas em um processo contíguo com as mudanças sociais: "Lugares e formas não fazem nada e não produzem nada por si mesmos – somente as pessoas dentro das redes de organização social é que possuem esse poder." (GOTTDIENER, 1997 p. 265) Dessa forma, a trajetória proposta é perceber a alteração de um tipo de uso para o Bairro e, como foram sistematizando contornos de pluralização dos usos no mesmo, subentendendo uma rejeição dos mecanismos únicos dos planejadores urbanos a partir de uma presença incômoda das remanescentes famílias de pescadores. Como está descrito em um Boletim informativo da Paróquia São Pedro e São Paulo:

> Reportamo-nos a partir do ano de 1950, quando a Praia 13 de julho fazia jus ao seu nome e, inclusive, era chamada de Praia Formosa pela beleza, simplicidade e aprazabilidade. Ir à Atalaia Velha era privilégio de poucos, mesmo porque se tratava de fazer uma viagem. A nossa Praia 13 de julho não passava de apenas três ruas: Raimundo Fonseca, Julio Santana e a estrada que dava acesso à Atalaia, comumente chamada de Rua da Frente, **com suas casas na sua grande maioria de palha e taipa**[30]. Ter casa de alvenaria àquela época era, novamente, privilégio de poucos. Não era novidade ver as canoas de Zé da Mizinda, de Feinho, de Zé Jacaré (ainda vivo), de João de Sinhô e outros singrando as águas do rio Sergipe em direção ao alto mar. (O Apóstolo, Aracaju, Maio de 1993, ano III, nº 14)

A ocupação da Praia Formosa com o intuito de valorização dos seus espaços foi iniciada por Edgard Melo da Silveira, o qual teve seu pedido de aforamento aceito pela União (os terrenos da Praia Formosa pertencem ao domínio da União por serem parte das terras da marinha e, portanto, o aforamento permite o direito de uso, mas proíbe o direito de posse definitiva, o qual fica restrito ao poder da União e ao dono da posse fica obrigatório o pagamento anual do foro[31] – imposto pago aos imóveis circunscritos em terrenos denominados da marinha e, caso seja realizada a transferência do domínio útil é também pago o laudêmio[32], cujo valor pode ser estipulado entre as partes ou de dois e meio por cento, efetuado pelo vendedor). Ele foi considerado um indivíduo de visão por perceber a importância da Praia Formosa em um futuro próximo. No entanto, a Prefeitura de Aracaju não aceitou pacificamente a resolução deliberativa da União e interpelou com uma ação de expropriação do loteamento de Edgar Silveira. Ao decidir contra uma decisão da União, a

[30] Grifo meu.

[31] Cf. Decreto-Lei n° 9.760, de 5 de setembro de 1946.

[32] Cf. Lei Nº 10.406 - de 10 de janeiro de 2002 - 11/1/2002 - Código Civil Brasileiro.

Prefeitura originou um processo que transpareceu a força do poder público judiciário, quando resolveu interferir na vida de indivíduos que não faziam parte do círculo considerado para uma negociação impessoal. Tal situação indica a obrigatoriedade de lermos os documentos passados a partir de uma perspectiva ampla, ou seja, considerar as redes de relações pessoais espalhadas por cada discurso dissimuladamente imparcial, principalmente aqueles da linguagem do direito, os quais possuem uma flexível vantagem de poder sacudir qualquer perspectiva óbvia em uma imensa confusão interpretativa.

Para o começo da luta judicial, a Prefeitura de Aracaju, em 13 de outubro de 1951, colocou uma notificação no Diário Oficial[33] de desapropriação das terras alagadas da Praia Treze de Julho e, logo depois, no dia 19, colocou em circulação, no mesmo, o decreto de nº 33, o qual informava a legalização do ato de desapropriação. O Prefeito Aldebrando Franco de Menezes pareceu ter convicção da necessidade de utilidade pública e interesse social da área. Em sua descrição, colocou como terrenos a serem desapropriados os de Edgar Melo da Silveira e os de Dr. Manuel Carlos Neto Souto. A obscuridade dos loteamentos, na Praia Formosa, nos faz recorrer a este fato para tentar esclarecer decisões públicas de interesse coletivo. Apesar da certeza precipitada da Prefeitura ao dar conhecimento público de um decreto, ela tem como resposta uma batalha de aproximadamente uma década para provar seus apelos de necessidade dos referidos terrenos. Ao desenrolar os autos do processo, conhecemos as principais vítimas colocadas em evidência mediante a visão de terceiros. Parece-nos regra do poder público distanciar os principais prejudicados dos trâmites da justiça. Assim, podemos tomar como atitude não pensada pela prefeitura um abaixo-assinado dos pescadores e dos antigos moradores, os quais seriam os principais agentes naquela ocasião. Porém, os documentos não foram consultados, provando uma arraigada conduta dos planejadores do espaço urbano

Casa de veraneio. Década de 50. Acervo de Murillo Melins.

[33] MENEZES, Aldebrando Franco. Lei nº 70. **Diário Oficial**. Prefeitura Municipal, 21 de outubro de 1951.

aracajuano – a Praia Formosa foi um lugar que Aracaju não deixaria vingar como imagem de beleza nos anos seguintes ao seu centenário.

Assim, a Prefeitura colocou suas posições de benefício público para consolidar a desapropriação dos terrenos alagados da marinha, pertencentes em seu uso por Edgar Silveira. O primeiro motivo seria o desrespeito para com os antigos moradores da Praia Formosa, em sua maioria, pescadores – na região, também viviam marítimos, metalúrgicos e esporadicamente os donos das casas de veraneio. Não iremos saber até que ponto a Prefeitura foi transparente nas propostas, mas demonstrou argumentos que tinham base legítima para uma possível ação a favor do pedido. Por isso, iremos detalhar algumas colocações de repúdio da Prefeitura em relação à decisão favorável da União ao dispor terrenos ocupados por pescadores a uma única pessoa:

> [...] que é público e notório, que, as benfeitorias e atêrros[34] daqueles alagados, foram realisados – pelos próprios posseiros, que desde o ano de 1.900, aproximadamente, se foram transferindo para aquele local, desalojados, vários, de onde tinham suas choupanas, pelo poder público, para o fim da abertura da atual Avenida Augusto Maynard; [...][35]

Evidenciamos que o documento relata um deslocamento de pescadores da Av. Augusto Maynard para a Praia Formosa. A ação abre hipóteses para uma movimentação de pescadores desde a fundação da Capital, em 17 de março de 1855, os quais foram desalojados do Centro para o final da Av. Ivo do Prado e, posteriormente, para a Praia Formosa. Como proposição válida, podemos considerar a afirmação de que Aracaju era povoada por pescadores, os quais eram afastados a cada avanço da elite sergipana. Encontramos também referências a um tipo de expulsão sutil pelos loteadores no documento: "cobravam fóros da humilde e ignorante população praieira e o próprio Domínio da União, por sua vez cobrava o mesmo tributo!" [36]. Supomos a existência de um abuso exercido pelos novos proprietários, os quais estavam com a intenção de vender os terrenos para camadas abastadas. Era inevitável a valorização da área, pois Aracaju crescia e necessitava de abertura de ruas e aterros para o desenvolvimento urbano. Também podemos acrescentar que Aracaju seguia os princípios da modernidade, sedimentando a idéia de um progresso indiferente à natureza, ou seja, rompendo os laços sociais com a natureza (SANTOS, 1999). Nesse sentido, estamos descobrindo a

[34] Iremos respeitar as grafias das palavras como estavam escritas nos documentos.
[35] Mandado de Citação de Mário Cabral, Procurador da Fazenda do Município de Aracaju, em 21 de dezembro de 1951, reafirmando a proposta do ofício de nº 226, de 15 de junho de 1951, enviado pela Prefeitura Municipal de Aracaju para Dr. Clóvis Mozart Teixeira Chefe, em Sergipe, do Serviço do Patrimônio da União.
[36] Mandado. *Loc cit.*

singularidade do início da destruição da Praia Formosa, sem esquecer a sua relação com os fenômenos universais de significação do moderno.

A partir de um olhar relacionado com um contexto mais amplo, iremos relacionar os problemas de articulação entre os agentes e as instituições públicas, além de interrogar sobre os desdobramentos de resistência daqueles que são instituídos a não ter lugar próprio e que constroem suas "maneiras de fazer" dentro de um círculo de poder exterior, mas com a criatividade de infiltrar, às vezes, suas vontades marginais nesse mesmo domínio (CERTEAU, 1997). Com isso, queremos dizer que, apesar de fazermos uma leitura de documentos considerados representantes de uma racionalidade jurídica, em um jogo com propostas diferentes entre a Prefeitura e um civil, as decisões acarretaram conseqüências para os antigos moradores da Praia Formosa. Nesse sentido, são eles os indivíduos principais do primeiro período estudado, mas colocados em planos secundários nos setores organizacionais da legalidade, os quais só lhes restavam encontrar "táticas" de sobrevivência.

Retornando aos discursos oficiais, temos, em resposta à ação de expropriação movida pela Prefeitura, Edgard Melo da Silveira, que pontuou treze pontos a favor do seu direito de posse dos terrenos alagados da marinha. As questões levantam a inconstitucionalidade do pedido de desapropriação da Prefeitura, e acusam indiretamente o Ex-prefeito de estar agindo por motivos pessoais. Além disso, ele recusou a proposta de indenização de Cr$ 120.000,00 depositados em conta bancária pela Prefeitura[37], argumentando em favor de Cr$ 1.357.833,50 mais 20% para o pagamento do advogado, caso a Prefeitura conseguisse o direito pretendido. Aqui, vemos uma discrepância absurda entre os dois valores, significando uma possível supervalorização dos terrenos, em questão, como também uma maneira de forçar a desistência por parte da Prefeitura na luta pelos mesmos. Entre os principais motivos elencados estão:

> [...] residem apenas 9 pescadores, cujos nomes constam do documento anexo, devendo o insigne Juiz processante oficiar a Capitania dos Portos deste Estado, afim de positivar a assertiva ora feita pelos expropriados; [...] que, os atuais moradores da Praia 13 de Julho, exercem o direito de posse sobre suas benfeitorias construídas em terreno foreiro do domínio da União, e lá permanecem placidamente sem ninguém os incomodar, tendo êles apenas a obrigação de pagar os foros ou ao domínio da União, ou aos expropriados, e, nunca ao Município de Aracaju, que no caso em foco é um mero ditador intruso[38].

[37] Guia de Depósito da Prefeitura Municipal de Aracaju, assinado pelo Procurador da Fazenda do Município de Aracaju, Dr. Mario Cabral.
[38] Ação de contestação de Edgard Melo da Silveira de 30 de janeiro de 1952.

Edgard de Melo Silveira não explicou porque os moradores deviam pagar Laudêmio – imposto de ocupação das terras de propriedade da marinha – ao próprio, como também obscureceu o propósito da ação movida pela Prefeitura, uma vez que evidenciou "os atuais moradores da Praia 13 de Julho", e não comentou sobre os antigos residentes. Propositalmente, não compreendeu o propósito da ação de expropriação da Prefeitura, que esteve relacionado com a retirada dos pescadores de suas moradias. Contudo, o argumento de Edgard Silveira foi convincente, pois foi vencedor em todas as instâncias[39]. Ele tinha também o apoio irrestrito do Serviço de Patrimônio da União (S.P.U.):

> Não nos parece existir amparo legal para a pretensão da Prefeitura de obter os terrenos de marinha afim de vendê-los aos lotes, em detrimento do Patrimônio da União, a quem caberia esse direito, se já os não houvesse vendido uma vez, por mais meritórios que sejam os propósitos esposados por aquela comuna de servir à população pobre desta Capital[40].

A questão principal não era uma distribuição de terrenos para as pessoas pobres da Capital, mas sim uma proposta de loteamento gerenciado pela Prefeitura para possibilitar uma venda com um custo apropriado aos pescadores e moradores antigos. Entretanto, a S.P.U. explicou exaustivamente que não podia conceder uma injustiça, pois o expropriante já tinha legalizado toda a documentação. Além disso, pagou os impostos (Laudêmio) e, nesse sentido, não teria nenhuma justificativa proceder a uma ação de desapropriação. A Prefeitura teria como direito os terrenos delimitados para a abertura das ruas e dos logradouros públicos, os quais seriam cedidos, sem maiores problemas, por Edgard Silveira[41].

Como documentado, a intenção da prefeitura seria a menos traumática para os antigos posseiros, pescadores, etc., porém, ficamos também sem saber até que ponto a Prefeitura estava interessada em cumprir o seu objetivo, caso tivesse vencido a causa judicialmente. Era uma época de desmandos políticos; a população praieira, mesmo insatisfeita com a situação, ficou tranqüila, de certa forma, com uma ação em seu benefício advinda de um órgão público. Enquanto se estendiam os ditames da justiça, os aterramentos e divisões de lotes eram realizados sem interrupção, como pudemos comprovar pelos recibos de caminhões com cascalhos[42] e reclamação dos moradores da Praia[43].

---

[39] Como comprova o Mandado de Intimação do Juiz Luiz Pereira de Melo em 25 de setembro de 1953.
[40] Parecer do Serviço do Patrimônio da União assinado pelo Chefe da Delegacia em Sergipe Dr. Clóvis Mozart Teixeira em 28 de dezembro de 1951.
[41] *Ibidem.*
[42] Recibos registrados no Cartório do 5º Ofício Aminthas Garcez Vieira em 29 de junho de 1951.
[43] Ofício de comunicação do Dr. Walter Cardoso. *Op cit.*

Uma ação incompreensível da Prefeitura foi a doação de um terreno para a construção do Iate Clube de Aracaju. Uma ironia de Loureiro (1983) sintetiza as contradições do poder público, repetindo uma frase do Governo Municipal: "Cabe também ao poder público ajudar e cooperar com a iniciativa particular." (p. 65) O Iate foi uma espécie de marco para o Bairro, ali, foram comemoradas as festas e as badalações da alta sociedade aracajuana; naquele período, a curva do Rio Sergipe passava a ser um cartão de visita para Aracaju e um portal de entrada para o Bairro, já, na época, deixando de ser uma praia de banho popular:

> Nesse ambiente de idealismo, programaram a construção do IATE, arrojado empreendimento que contou com a valorosa colaboração do governador do Estado, Dr. Leandro Maciel, Dr. João Aragão, que exercia confiante cargo na administração do Patrimônio da União, a quem se deve à consolidação da área, Dr. Carlos de Carvalho, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens, influente parceiro no fornecimento de material de construção, inclusive na **demolição de barracos existentes no local**[44]. (MELINS, 2001, p. 122)

Finalmente, em 19 de fevereiro de 1959, a Prefeitura fez um requerimento de pedido do depósito de CR$ 120.000,00, os quais seriam pagos como indenização se a ação proposta pela Prefeitura tivesse saído vitoriosa. Assim, a desistência só aconteceu mediante a prescrição do processo[45]; não sabemos até que ponto a Prefeitura cumpriria a sua proposta ou se seria uma possível transferência dessas terras para outro grupo privado. Preferimos deixar as interrogações abertas e somente ponderar sobre a facilidade da posse de um terreno, quando o mesmo é destinado às camadas do poder. Assim, o Iate marcou uma geração da alta hierarquia aracajuana, ao som do famoso pianista Carlos Ruben: "Em 1936, foi com a família veranear na aprazível Praia Formosa, onde fixou residência, e de lá nunca mais saiu." (MELINS, 1997, p. 238) Um aracajuano que vivenciou as duas fases da Praia Formosa, de lugar tranqüilo como moradia de veraneio e choupanas de pescadores a lugar de residência fixa da crescente burguesia[46] aracajuana:

> No ocaso de sua existência, costumava colocar uma cadeira na calçada de sua residência, ficando ali sentado altas horas da noite, quem sabe, pensando na gloriosa carreira artística que ficou para trás, ou recordando imagens da antiga Praia Formosa, dos velhos pescadores, veranistas e moradores daquele bucólico e saudoso recanto. (p. 239-240)

---

[44] Grifo meu.

[45] Requerimento de Fernando Barreto Nunes ao Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 4ª vara da Comarca de Aracaju, em 19 de fevereiro de 1959.

[46] DINIZ, Alexandre. (1963), **Aracaju: Síntese de sua Geografia Urbana**. Aracaju, Tipografia J. Andrade.

Foi esvaindo a Praia Formosa, e seria melhor até esquecer a designação de lugar portador de uma qualificação romântica. Alguns registros ficaram guardados na memória e, por isso, pudemos fazer um percurso navegando pelos resquícios inapagáveis do tempo. Acontece, agora, um despertar para o tempo quase presente, e uma busca não mais da Praia, mas do início de formação do mangue, o processo de transformação e "desenvolvimento" do espaço urbano. Inicia a aposta na modernidade como princípio de ordenação e sedentarização dos hábitos, um esforço de colocar cada um em seu devido espaço. Foi num traçado de arruamentos políticos que o Bairro tentou extirpar o "outro" da ordem: "Se a modernidade diz respeito à produção da ordem, então a ambivalência é o **refugo da modernidade**[47]" (BAUMAN, 1999, p. 23) O "outro" lado da civilização recebeu um tratamento restrito, sem a devida atenção, apenas, era um passageiro a ser excluído em uma próxima parada – indivíduos que contrastavam com os padrões. Não foi capaz de notar que a pluralidade e a igualdade de reconhecimento são necessariamente dois lados da mesma ação humana. Sendo assim, são os desacordos, provenientes de uma imposição para ser igual, que constroem a contingência e a ambivalência, desestabilizando as rígidas configurações da dita razão. Isso significa a impossibilidade de enquadrar a realidade dentro dos parâmetros reduzidos a uma idéia de universalização, pois mesmo a homogeneização não dá segurança contra a bifurcação; nesse sentido, esperamos sempre a possibilidade do contrário. A cultura ocidental negou a ambivalência, quando construiu uma utopia do mundo "sagrado[48]", mas ela reaparece cintilante para destruirmos nossas convicções da "certeza". Assim, os pescadores seriam a contingência a ser desprovida de valores: são seres de desestabilização do ambiente de concreto. A natureza deveria ser apreciada de longe, sem articulação do indivíduo – só como poluente –, mas os pescadores não foram embora facilmente como desejavam os novos moradores: fizeram simbiose com as novas casas, por algum tempo, suas choupanas foram transformadas em casas de tijolos precárias.

Casas na Av. Beira Mar. Década de 60. Fonte: www.infonet.com.br/serigysite.

[47] Grifado pelo autor.
[48] Sagrado porque ordenado, sinalização de uma representação da verdade absoluta.

A Praia Formosa mudou de nome num período bastante oportuno. Era necessário esquecer a Praia Formosa na década de 1960. Ficou oficializado que, a partir de 1962, a denominação Praia Formosa seria substituída pela data Treze de Julho[49], em homenagem ao Levante de 1924, quando as tropas comandadas pelo Capitão Eurípedes Lima e os Tenentes Augusto Maynard, João Soarino e Manuel Messias tomaram o poder por 21 dias do Presidente do Estado Graccho Cardoso, e fizeram da Praia Formosa uma espécie de Quartel General (CABRAL, 1955), nas proximidades do Iate Clube – uma espécie de revolta tenentista (DANTAS, 1999), seguindo os modelos da região Sudeste. É bom enfatizar que por esse motivo existe um acervo de fotografias antigas do Bairro, as quais comprovam as trincheiras de uma luta invisível, pois os "legalistas", ou seja, os defensores do governo adentraram o interior, propriamente, na Vila de Itaporanga. Além disso, vemos a partir dessas imagens, as choupanas dos pescadores e, lá, realmente, está a praia, sem mangues e tranqüila com suas ondulações leves.

Acervo de Naide Barbosa (Levante de 13 de Julho de 1924). Exposição no Mirante em 25 de setembro de 1998.

Essa é uma coincidência que colaborou para o abandono de uma imagem de Praia bucólica simbolizada pela palavra "Formosa".

[49] ARAÚJO, Antônio Vieira. **Radiografia da Cidade (II)**. Aracaju, 25 de maio de 1971, p. 7.

A Praia Formosa fez parte da memória de muitos freqüentadores, os quais deixaram registros poéticos sobre a mesma, como este: "Tu és como uma rosa/As tuas águas claras/Um pássaro/Que voa livre no horizonte./Teus Grãos de areia/Uma criança rindo/Para a vida./A tua brisa mansa toca no meu rosto/Como a neve caindo lentamente/Nos caminhos da minha vida." [50] Portanto, seria impossível esquecer a sua beleza. Talvez, a mudança do nome tenha apaziguado a nostalgia com as transformações de sua paisagem, dando outra significação ao espaço urbano, contudo, cada geração não deixa ser vencida pelos ruídos positivos da modernização e cataloga seus eventos mais marcantes numa outra espécie de sensibilidade.

A ocupação do bairro expulsou os pescadores, dando início a uma especulação imobiliária da zona sul (DINIZ, 1963), (LOUREIRO, 1983), (RIBEIRO, 1989). A área não seria um local de um possível prestígio histórico ou patrimonial na atualidade – Aracaju é uma cidade recente e estamos, ainda, a entender os espaços urbanos de formação da memorização coletiva –, a necessidade de crescimento da cidade para o sul adveio de uma progressiva popularização do Centro, como também do aumento populacional. Portanto, as casas de veraneio, as cabanas e os sítios seriam derrubados em prol de um processo de desenvolvimento; nem mesmo foi considerada uma preservação dos banhos[51], uma vez que tanto a alta sociedade como os pobres ocupavam aquele espaço para lazer. Todavia, a camada privilegiada substituiria a Praia Formosa pela Praia Atalaia e, talvez, ela soubesse que sem a Praia ficaria mais fácil afastar os "estranhos". Existe uma convergência de fatores econômicos, políticos e culturais. Uma vez que, em Aracaju, as camadas médias começam a surgir, o Estado pavimenta ruas e os indivíduos procuram uma identificação de *status* a partir do espaço urbano residencial. Assim, a operação foi um "bota-abaixo" aracajuano da metade do século XX, o qual evidenciava as práticas antidemocráticas de segregação socioespacial.

Em uma reportagem da década de 1970, existe uma descrição de que o Bairro estava em pleno desenvolvimento residencial, contudo, existia, ainda, "um precário serviço de transportes coletivos, tendo também enormes deficiências na economia, educação, saneamento e abastecimento." [52]. Aqui, verificamos uma dependência do Bairro com outras localidades da cidade, pois não havia um número suficiente de escolas e, principalmente, nenhum supermercado, farmácia e posto de gasolina. Além disso, enfatiza que a parte mais baixa do Bairro, onde ficava a favela Japãozinho – hoje, imediações da Biblioteca Pública

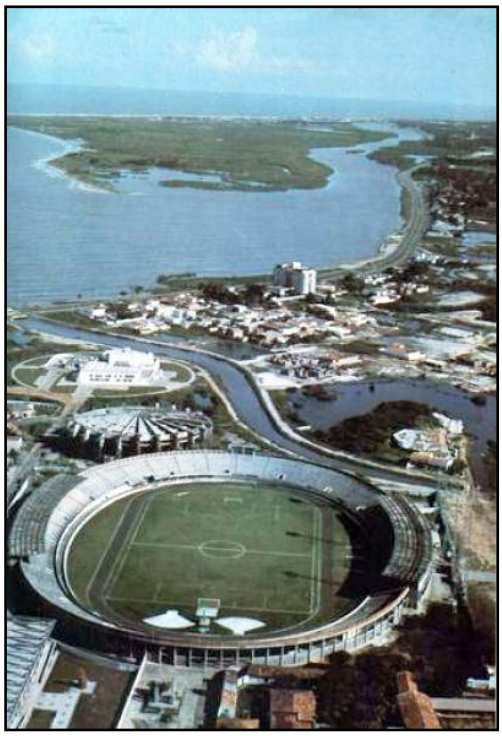
---

[50] SOUZA, Leopoldo. **Oh! Praia Formosa** (sem data).

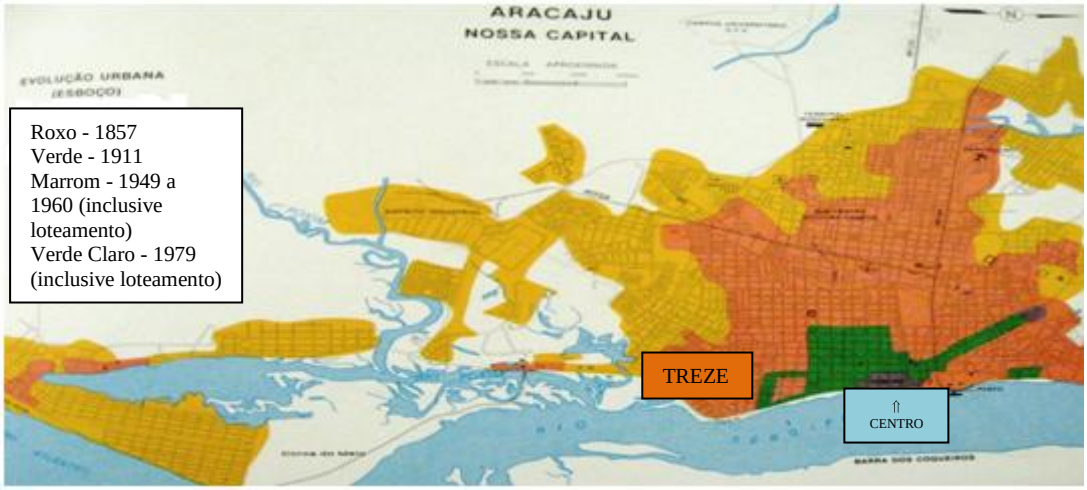
[51] Na década de 1990, surgiu uma preocupação em recuperar a balneabilidade da Praia, mas sua descrição ficará para a próxima leitura; outros tempos, outros discursos.

[52] ARAÚJO, Antônio Vieira. *Loc. cit.*

Epifânio Dórea, Ginásio Constâncio Vieira e do Clube Desportivo Lourival Baptista –, em dias chuvosos ficava alagada. O texto também revela que os moradores do Bairro trabalhavam no centro da cidade, um motivo para concluirmos que havia insuficiência econômica no Bairro. É interessante destacarmos o poder aquisitivo inicial dos primeiros moradores depois do deslocamento dos pescadores para o interior do Bairro. Aparentemente, eles não eram, em sua maioria, pessoas com um patrimônio elevado, fazendo parte também indivíduos assalariados. Podemos afirmar que o "bota-abaixo" teve como conseqüência uma espécie de favelização singular, porque foram os próprios moradores desalojados de suas choupanas que tiveram suas moradias derrubadas, e foram se instalando no interior do Bairro, em um local de mais difícil aterramento. Então, nas duas décadas (1950-1960), a preferência de moradia para a camada alta da cidade de Aracaju foi o Bairro São José. Contudo, a partir de 1970, a urbanização da Praia Formosa foi efetivada pelo crescimento de Aracaju, necessitando de uma ocupação ao longo da Av. Beira Mar, induzida também pela paisagem privilegiada pelo litorâneo.



Fonte:http://www.skyscrapercity.com/.Década de 80.



Atlas Escolar de Sergipe: Nossa Terra, Nossa Gente. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia e Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1982. (Vista aérea parcial obtida em 1979 onde se destaca o grande crescimento vertical da cidade).

É importante ressaltarmos que, numa reconstituição jornalística, de Conceição Soares, dos 70 anos da Praia Treze de Julho, há a lembrança de Edgard Melo da Silveira como um

indivíduo de “visão futurista” (Jornal da Cidade, 17 de julho 1994). A reportagem descreve que os 300 lotes, cada um com 10mx25m, vendidos a 10 contos, pagáveis em 10 meses sem juros, iniciaram uma reconfiguração urbana do espaço natural da Praia. Independentemente das qualidades pessoais do loteador, podemos considerar apenas que a forma de pagamento indicou que o início da especulação imobiliária do Bairro foi branda para os bolsos dos possuidores de crédito. Mas, em relação aos pescadores que viviam com rendimentos escassos, restava a desocupação dos terrenos legalizados para a venda. A incongruência do progresso moderno, que anulava a existência dos moradores anteriores, passava por cima de seu espaço de moradia:

> A invasão da classe de renda mais alta provocou o deslocamento dos primitivos ocupantes (populações de baixa renda) para periferias mais distantes. Alguns desses habitantes ainda conseguiram permanecer na área, sendo evidente o contraste apresentado entre suas habitações e as dos novos residentes. A expulsão se processou tanto de forma indireta (impostos, valorização do solo) como de forma direta. Neste particular, caso típico é a transferência da favela do Japãozinho, que ocupava terras onde hoje se localizam a Biblioteca Pública e residências de alto padrão, para a periferia da cidade. (RIBEIRO, 1989, p. 112)

Podemos entender que a idéia da construção de uma biblioteca pública suavizava o processo de deslocamento dos antigos moradores. Os remanescentes das famílias de pescadores que resistiram formavam uma espécie de contraste com suas moradias precárias em comparação com os novos estilos de morar. A especulação imobiliária teve como aliada o poder público, o qual pôde, de forma violenta, retirar os indivíduos com a justificativa de investimento cultural. Além disso, aparentemente, não houve protesto na instalação de uma biblioteca pública em um ambiente de moradores com dinheiro suficiente para comprar livros. Assim, a Biblioteca Pública Epifânio Dória deixou seu espaço físico no Centro, em 1974, e

http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=661402. B.P.E.D. Década de 80.

foi para seu novo espaço na Treze de Julho. Era necessário delimitar aquele espaço físico de uma utilidade pública, para concretizar uma expulsão dos pescadores, sem traumas provenientes de uma possível ação privada. Essa atitude delineou a década de 1970 como os anos de apropriação mais intensiva, ou seja, de uma operação silenciosa de segregação socioespacial. A troca de moradores sempre condisse com aspectos execráveis de uma intervenção entre os diversos tipos de gerenciadores do espaço urbano como, por exemplo, a legalização dos terrenos para indivíduos que não seriam considerados invasores.

Percebemos, também, a existência de um corte entre as décadas de 1950 até 1980 e as décadas de 1990 até a de 2000, as quais serão detalhadas no próximo ponto.

A verticalização do Bairro Treze de Julho tomou um impulso inicial quando sedimentou a classe média em Aracaju, um processo iniciado pela PETROBRÁS, em 1968, e complementado pela PETROBRÁS Mineração S.A. (PETROMISA), na instalação de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) (FRANÇA, 1998). Com isso, não queremos dizer que existe uma determinação econômica para o espaço urbano, ao contrário, como ressalta Gottdiener: "as múltiplas manifestações do espaço se articulam de uma maneira contingente com interesses sociais em muitos níveis, desafiando os analistas a especificar causas isoladas para eles." (1997, p. 170) A questão que queremos evidenciar é o surgimento de uma modernização concomitante ao aparecimento das indicações de *status*, no espaço urbano, simbolizados pelos funcionários das empresas privadas, os quais colidiam com a antiga forma de apresentação espacial da aristocracia rural, que preferia a horizontalidade – residências grandes, recuadas por todos os lados, com estruturas modernas que divergiam dos antigos casarões.

Década de 80. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Aracaju.

A tendência da classe média foi seguir o mesmo modelo. Contudo, o crescimento da população conjugado com a especulação imobiliária deu suporte à idéia da comodidade das unidades verticais. Nesse sentido, Ribeiro (1989) comenta a faixa de expansão na Treze de Julho: "Embora seja uma área de ocupação relativamente recente, já se observam grandes

transformações quanto à estrutura física em razão dos grandes lançamentos multifamiliares que passaram a contrastar com a predominância anterior das unidades unifamiliares." (p. 112) Assim, para termos uma idéia de como a verticalização foi um processo iniciado na década de 1980, temos a seguinte tabela:

Edifícios com 10 pavimentos ou mais

1963 - 1983

Anos Áreas	1963	1975	1983
Centro	1	6	11
Periferia Sul	1	4	26
Eixo Sul	0	0	28
Total	2	10	65

Fonte: RIBEIRO, Neusa Maria Góis. (1989) *Transformações do Espaço Urbano: o Caso de Aracaju.* Recife: FUNDAJ, Editora Massangana.

A derrubada dos casebres, das choupanas e a canalização do riacho Tramandaí significaram a solidificação do progresso do Bairro. Como destaque da nova conformação do espaço urbano, vimos surgir uma apropriação desvinculada dos antigos usos. Anteriormente espaço de lazeres e banhos populares, o Bairro tomava, então, o formato de um local de residências para ricos com a característica de condomínios fechados e verticalizados. Sinônimos de modernização, os prédios favorecem a uma imagem de individualização e impessoalidade, uma espécie de confirmação arquitetônica do desenvolvimento. Afinal, morar no mesmo andar e não conhecer o vizinho é um sinal de elegância. Os prédios têm a característica do isolamento seguro, com isso, a cidade provinciana ganha, depois da curva do Rio Sergipe, um Bairro para representar uma nova cultura urbana.

Na década de 1980, houve uma espacialização de poder visível em Aracaju. A Treze de Julho passou a ser um espaço de luxo. Seus prédios apresentavam a conotação de poder e inacessibilidade aos transeuntes que, por algum motivo especial, circulavam por suas imediações, mas não dispunham do mesmo padrão de consumo. Por isso, tornou-se um ambiente de delimitações espaciais rígidas, às quais também proporcionaram entrecruzamentos.

Sobre a sedimentação do processo de enobrecimento do agora Bairro Treze de Julho, iremos delinear no próximo capítulo. Afinal, é um movimento distinto que iniciou na década de 1990 e se concretiza em meados do século XXI. Apresentaremos um Bairro com uma imagem pós-moderna, que nos faz esquecer o "bota-abaixo" do passado não tão remoto, guardando as respectivas distinções de uma comparação com o Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1999). A metade do século XX, em Aracaju, ocorreu à sentença final – literalmente – dos sucessivos deslocamentos da pobreza dos locais adjacentes ao Centro. Logo, a Praia Formosa não foi apenas uma lembrança da beleza da natureza, mas também escolhida para ser o raio da atuação de uma paisagem de poder socioespacial, a qual passou por cima do vernacular (ZUKIN, 2000) e deu uma nova interpretação para os pobres que insistiram em permanecer na área. Sendo assim, a favela do Japãozinho foi a imagem da pobreza sem os meios de subsistência natural (peixe, mariscos, etc.). É conveniente que caracterizemos a favela, porque tem uma conotação de um espaço urbano invadido por estranhos ou de posterior adensamento demográfico. Contudo, podemos afirmar que a favela foi a inadequação dos remanescentes da pescaria ao novo traçado urbanístico, como também local de migrantes, pois ainda existiam resquícios de marisco, colaborando com a idéia de que, pelo menos, naquele espaço, a comida estaria garantida.

Ao lado do Estádio estava localizada a favela Japãozinho. Aracaju-SE, 1969. Acervo: Centro de Memória Lourival Baptista.

Infelizmente, na Praia Formosa, esse outro era uma espécie de experiência harmoniosa entre o meio ambiente e o homem que a especulação imobiliária destrói. Aqui vislumbramos a incoerência do progresso moderno, principalmente em uma cidade provinciana, a qual atinge com ações uma vida tranqüila de indivíduos. Podemos afirmar que, na rua ou em suas casas, o "cidadão" não inserido nas rodas da fortuna pode ser atingido com a dureza das normas oficiais. Por isso, ao olhar as galerias do consumo, hoje, enxergamos também um lado da experiência humana que, ao interpretarmos, estamos tentando cavar, em um meio aparentemente homogêneo, indivíduos produtores de resistência a uma dimensão única e

mercadológica da vivência nos espaços urbanos. Nesse sentido, já podemos vislumbrar que o "formoso" Calçadão da Treze de Julho será um contraponto aos estímulos de isolamento proporcionado pela moradia verticalizada – mas essa será parte de outra exposição.

2 - Enobrecimento Urbano do Bairro Treze de Julho: 1990 - 2000

Iremos, nesta periodização, fazer uma discussão exploratória entre a teoria sobre enobrecimento urbano e os aspectos do Bairro Treze de Julho que possibilitam colocá-lo como expoente das configurações urbanas apreendidas por este conceito. O objetivo é poder delinear possíveis inconsistências e aproximações com as políticas de *gentrification*, elaborando um recorte mediante um olhar global e local, sobre as novas configurações do espaço urbano. Estabelecer interfaces sem o objetivo de reduzir as peculiaridades de alcance reflexivo de cada referência, pois se não tivermos atenção engessamos a teoria para nossas hipóteses, as quais aproveitam o caráter explicativo da mesma. Diríamos, também, que são os próprios usuários do espaço urbano que sedimentam uma diversidade de considerações sobre o mesmo tema. Portanto, a adequação com as definições propostas pelos autores tem uma limitação para qualquer objeto, contudo, sem os mesmos, não saberíamos como trilhar as impressões sobre o assunto a ser abordado. Logo, como base conceitual do estudo, tomaremos as reflexões de Harvey (2007), Featherstone (1995), Leite (2007), Smith (1996), Zukin (2000), com ênfase também em teorias sobre o consumo em Baudrillard (1973), Debord (2007), Lipovetsky (2008).

As políticas de *gentrification* têm como característica principal a revitalização e organização de um espaço urbano para o consumo cultural, e compreender as interligações entre um e outro esclarece o contexto pós-industrial das cidades contemporâneas. Por isso, o trabalho fará uma ponte entre esses teóricos com o intuito de elucidar a relação de conformação socioespacial do Bairro com a imagem pressuposta pela arquitetura dos prédios e galerias dele. Ali, vemos um exagero na ostentação das fachadas, as quais constroem uma espécie de isolamento, só quebrada pela abertura do calçadão Viana de Assis. Nesse sentido, diremos que o Bairro possui uma zona de fechamento e outra de caráter híbrido.

Segundo Leite, as práticas de *gentrification* "referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade." (2007, p. 63). Logo, a Treze de Julho possui características condizentes com uma valorização do espaço urbano mediante a troca de seus residentes antigos. Por exemplo, uma reportagem informa, na década de 90, a existência de apenas um

pescador[53], em um local que era preponderantemente constituído de choupanas dos homens do mar. Além disso, como hipótese inicial, podemos supor que o Bairro passou por duas transformações distintas: a primeira, motivada pelo deslocamento das camadas ricas do centro para o sul, que construíram as residências grandes e modernas das tradicionais famílias sergipanas; a segunda, os prédios altos e suntuosos da elite sergipana, sustentando uma centralidade de poder por uma classe menos homogênea, em relação à origem dos rendimentos. Foi primordialmente a preferência de isolamento e ao mesmo tempo o valor de distinção da nova classe média alta a engrenagem para a construção de condomínios verticais. Ali, eles estão seguros e podem ostentar as fachadas exuberantes, sinalizando pela arquitetura o antigo meio de exteriorizar a riqueza.

A expulsão dos remanescentes de pescadores do Bairro, na fase de 1970 a 1990, que aspirava ao enobrecimento, significou um "*rent gap*" (SMITH, 1996) no sentido de trazer valor econômico para a área, que estava se degradando pela quantidade de moradias simples. A procura de uma nova centralidade para a elite sergipana foi o início de uma *protogentrification* (SMITH, 1996), principalmente a partir da construção do Iate *Club* e, anos depois, a duplicação da Av. Beira Mar em 1975 (RIBEIRO, 1989). Sublinhamos que, com a destruição da Praia, a área paralela aos prédios estava sem utilidade; assim, o Calçadão, em 1988, deu um impulso imobiliário ao Bairro. Por isso, colocamos o término da década de 1980 como a sedimentação de um espaço com características de uma *gentrification* de tipo residencial, sem os empecilhos

Iate Clube. Acervo ICAJU.

Calçadão Viana de Assis. Década de 1990. Acervo: Instituto Tobias Barreto.

[53] Soares, Conceição. **Praia Formosa, setenta anos de história**. Ano XX, nº 6604, Local, pg. 06, 17 de julho de 1994.

iniciais de aterramento e a presença indesejável de pescadores. As imobiliárias convenciam os moradores a se desfazerem de suas casas modernas, e eles, por motivos diferenciados, atendiam aos apelos dos agentes do solo urbano. Mas, a questão principal, talvez, tenha sido a dificuldade de retornar ao Bairro depois, pois a taxa dos condôminos tornou-se altíssima para os residentes anteriores. Observamos, assim, uma mudança significativa do tipo de indivíduos moradores do Bairro. Por exemplo, ainda é comum no interior do Bairro encontrarmos histórias como a de Jailton Veríssimo Cardoso, o "Galego", que depois de adquirir um dinheiro no sul volta para a Capital e abre um ponto comercial na Treze de Julho em 1974, em busca de um trabalho próprio[54]. Dessa forma, alguns moradores da Treze de Julho não eram pertencentes à elite sergipana, indicando certa heterogeneidade do Bairro até a década de 1990 – isso não significa que não exista mais, estamos apenas evidenciando uma diminuição desses indivíduos pela constante oferta de venda de seus imóveis, principalmente para a abertura de galerias nas ruas internas do Bairro.

É necessário enfatizarmos que as políticas de reformas, revitalizações, patrimônio público, turismo, etc., iniciam-se com a atuação do Prefeito Viana de Assis, numa gestão rápida de quatro meses, mas abastecida em recursos de um bilhão e meio (Jornal de Sergipe, 25 e 26 de dezembro de 1988). Em sua gestão, eram comuns as reportagens sobre turismo e destaque para as possíveis qualidades de Aracaju na concorrência entre as Capitais do Nordeste, por exemplo, temos uma informação sobre a preocupação do Prefeito em transformar Aracaju na cidade mais limpa do Nordeste (Jornal de Sergipe, 09 de setembro de 1988). Seu slogan era *"*Quatro anos em quatro meses*"*, e, com ele, inicia-se a discussão acerca da revitalização do Mercado Central; entretanto, em sua Gestão, a "menina-dos-olhos" seria o Calçadão da Av. Beira Mar[55]:

> Ainda sobre o calçadão da Beira Mar, merece destaque o fato de que essa obra – a meio caminho do Shopping Rio Mar, a ser inaugurado em abril do ano que vem – está sendo implantado às margens da praia 13 de Julho, no rio Sergipe, sem comprometer o meio ambiente. Ao contrário, a intenção de Viana é replantar vegetações próprias dos mangues nativos, que foram destruídos naturalmente. **"Os mangues também morrem", diz Viana, "mas estamos cuidando para reincorporá-lo à paisagem do novo calçadão"[56].** (Jornal de Sergipe, 08 e 09 de dezembro de 1988)

[54] Para conhecer a história do lendário "Galego", ler a matéria do Jornal da Cidade de 05 de abril de 1999.

[55] Apesar de colocarmos o ano de 1988 como referência de uma possível discussão de *marketing city* (ARANTES, 2000), e acima incluí-lo dentro de um período da década de 1990, significa que os resultados das transformações urbanas ficam nítidas a partir de 1990, quando a cidade constrói novos itinerários e sentidos para as trajetórias do espaço urbano, principalmente no caso do Calçadão, pois o mesmo traria a lembrança da época da Praia Formosa.

[56] Grifo meu.

O Calçadão iria esconder os ruídos de poluição da Praia Treze de Julho, dando uma paisagem menos incômoda para os atuais e futuros moradores do Bairro. Por isso, a necessidade das plantações das árvores de amêndoas, as quais não faziam parte da paisagem da Praia Formosa. O mangue foi o resultado da poluição da Praia, mas para as autoridades públicas "Os mangues também morrem" [57]. Nesse sentido, a destruição da Praia foi o outro lado de uma urbanização sem saneamento básico. Seria racional se a Prefeitura estivesse preocupada antes em avaliar um local para os despejos dos resíduos domésticos do Bairro ao invés de "reincorporar" o mangue para filtrar os esgotos, os quais na realidade surgiram da poluição. Contudo, sabemos que algumas intervenções urbanísticas maquiam a realidade com o intuito de agregar valor ao solo urbano: "o urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário." (DEBORD, 2007, p. 112) Existe limite para a construção de uma cidade-mercadoria, cujos obstáculos são vivenciados por todos os agentes fora do foco da opulência do espaço urbano. Segundo Leite (2007), as demarcações concretas, da apropriação indesejada de um mesmo lugar, pode ser observado pelos diversos "contra-usos" encontrados, por exemplo, nas sinaleiras da Treze de Julho. Nelas, temos a dissonância de um estranho, o desfecho de outra utilidade para a disciplina da ordem, ou seja, parar o veículo também significa entrar no jogo do outro num movimento de *"heteroglossia"*[58] (BAKTHIN, 1986 apud BABHA, 2007), pois sem querer encontramos a interferência alusiva de uma diferença que se preferia apagar.

Logo, os processos de *gentrification* têm singularidades que só um mapeamento das zonas de poder possibilita um entendimento sobre as incidências contrárias dos agentes sociais. Como iremos seguir um conceito árido, teremos a atenção de não sairmos à procura de aspectos imaginários de um fenômeno desenvolvido principalmente nos países de capitalismo tardio (JAMESON, 1997); por isso, o seu aparecimento em cidades menores tem ocasionado diferentes resultados de tais intervenções no espaço urbano. Além disso, em cidades novas, o chamariz para os espaços se tornarem atrativos são o entretenimento (ZUKIN, 2000), nesse sentido, a Treze de Julho compõe um espaço denominado forçosamente Praia, e no seu lugar existe um Calçadão, que não lembra a Praia, mas está ali como espaço de lazer e ponto de concentração de festas (comemorações natalinas, Pré-Caju, etc.) para os aracajuanos.

---

[57] Jornal de Sergipe, 08 e 09 de dezembro de 1988

[58] BAKTHIN, Mikail. *Speech Genres and Other Late Essays***.** Austin, Texas: University of Texas Press, 1986.

Portanto, quando colocamos o Bairro como possível exemplo de *gentrification* em Aracaju, estamos também identificando possíveis diferenças com a definição. Elas são apreendidas principalmente nos usos cotidianos do espaço urbano, que provocam sinuosidades dentro de um espaço controlado. A reflexão do fenômeno de *gentrification* para o Bairro Treze de Julho poderia incorrer em forçar o conceito se não apresentássemos essas arestas. Vemos uma aproximação quando entendemos que era uma área central de lazer para a cidade de Aracaju. Ainda, enfatizamos que a Praia Formosa era símbolo de um espaço mesclado – diversas categorias de indivíduos a freqüentavam – talvez, o próprio ambiente natural facilitava a democratização dos usos e dos próprios moradores, até o espaço urbano residencial ficar reduzido para os atuais residentes, os quais, em sua maioria, possuem uma homogeneidade em recursos financeiros.

Não podemos deixar de esclarecer que estamos cientes das peculiaridades do conceito, pois está associado aos mecanismos de pós-industrialização das cidades, contudo, "não é a exclusão que a define, mas a forma de exclusão, suas práticas e discursos." (RUBINO, 2006, p. 95) Nesse sentido, Aracaju, insere-se no jogo das dinâmicas mundiais, uma vez que tenta criar uma imagem de cidade da "qualidade de vida" (Jornal da Cidade, 06 e 07 de abril de 2008), por exemplo. E o Bairro Treze de Julho tem destaque como o Bairro modelo da cidade, pois as reportagens trazem em seus discursos imagens do mesmo. Afirmamos, também, a necessidade de estudos nas capitais menores para percebermos como as influências das capitais globais (SASSEN, 1998) são inseridas num contexto diferente, a partir da "compressão espaço e tempo" (HARVEY, 2007). Talvez, essa seja uma das características principais do trabalho, uma vez que iremos reconhecer a forma como os gestores de cidades menores aderem ao movimento mundial de configuração do espaço urbano. Além disso, o estudo do Bairro nos dá a dimensão de distância ou aproximação do conceito:

> Desde su origen, el estudio de la gentrificación ha sido objeto de debate y discusión, tanto en relación a la delimitación del concepto como al enfoque metodológico de su análisis. A medida que se ha profundizado en su estudio el concepto se ha ido perfilando, a la par que se han identificado múltiples manifestaciones del proceso derivadas de las características que adquiere en cada contexto urbano, según las vicisitudes históricas de los barrios afectados; la gentrificación está profundamente enraizada en la dinámica social y económica de las ciudades, y está determinada en gran parte por el contexto local: los barrios, los agentes y actores urbanos, las funciones dominantes de la ciudad y la política gubernamental local. (BATALLER, 2000, s/p)

Dessa forma, iremos a partir de indicações do capítulo anterior, sintetizar aspectos do processo de *gentrification* do Bairro. É fundamental lembrarmos que a elite mantinha casas de

veraneio e os pescadores tinham, desde 1900, suas choupanas na Praia Formosa, quando deixaram a Av. Augusto Maynard. Além disso, o Bairro passa por um processo de remodelação a partir de 1950 até 1990 – período que significou o deslocamento dos pescadores e outros indivíduos pobres para o interior do Bairro e, posteriormente, de 1970 até 1980, a expulsão dos mesmos com o apoio do poder público, o qual transformou a área da favela Japãozinho num espaço para a construção moderna dos prédios da Biblioteca Pública Epifânio Dorea (1974), o Centro Desportivo Lourival Batista (1969) e a Quadra de Esportes Constâncio Vieira (1978). Portanto, a partir da década de 1980, o Bairro adquire características de lugar apropriado para as camadas superiores aracajuanas. É na década de 1990 que a Treze de Julho sedimenta sua paisagem de poder com a predominância de verticalização do Bairro, pois até 1980 a Av. Beira Mar era composta por residências horizontais. O Calçadão, a partir de seus usuários, impôs uma imagem de Bairro limpo e higienizado, pois, como afirmamos acima, serve para esconder o escoamento sanitário. Interessante é que o processo de enobrecimento do Bairro de tipo residencial foi novamente alavancado pelos investimentos públicos com o Calçadão, logo, a configuração do Bairro tem uma estreita relação de coordenação entre recursos públicos e privados, conformando um espaço urbano com estruturas físicas intencionadas na dinâmica de sustentar a valorização crescente de seu solo. Notamos, assim, na Treze, os aspectos gerais das políticas de "revitalização", os quais erguem o discurso de preservação da "Praia", ícone para legitimar a necessidade de embelezamento da área.

1ª Foto: Acervo do Arquivo Público da Cidade de Aracaju. Construção do Calçadão Viana de Assis em 1988. 2ª Foto Subsecom/JC Calçadão Viana de Assis em 30 de dezembro de 1988. 3ª Foto de Marcos Lopes/JC (Inauguração do Calçadão em 25 de setembro de 1998). 4ª Foto de Diógenes/JC (Calçadão reformado em 1998).

Consideramos, também, os edifícios altos como marco de sedimentação do enobrecimento. Com a verticalização, temos uma elevação de *status* do espaço urbano nas imediações circunscritas pela denominação Treze de Julho. Podemos dizer que as operações urbanísticas no Bairro, como o Calçadão e a posterior revitalização – abaixo serão especificadas as peculiaridades da construção em 1988 e a reforma em 1998 –, foram mecanismos de revalorização imobiliária do Bairro, os quais impediram uma degradação da área, com a preferência de suburbanização de alguns componentes da elite de Aracaju para as imediações da Coroa do Meio (RIBEIRO, 1989). Além disso, o surgimento do Bairro Jardins, na década de 1990, podia embaçar os aspectos iniciais de distinção da Treze, do morar com refinamento, porque a NORCON[59] enfatizava que ali seriam implantadas as novas moradias de luxo dos aracajuanos, as quais tinham como âncora de sofisticação um *Shopping Center*. Hoje, a Treze de Julho evidencia ser um Bairro entre os dois *Shoppings* (Jardins e Rio Mar). Logo, o Bairro não passou por um processo de empobrecimento; nesse período, temos, sim, uma revalorização mediante a venda cultural de Bairro que agrega os benefícios da vida moderna (Calçadão, supermercado, lojas, festas, etc.) e a troca de moradores que vendem suas residências para as imobiliárias construírem edifícios, os quais deverão ser ocupados por outros indivíduos de maior poder aquisitivo. Contudo, esse processo acumula valores para o Bairro, o qual se distingue como uma área de prédios elegantes. As próprias fachadas são símbolo da ostentação de riqueza; por isso, sua centralidade desde a década de 1990 tem aumentado visivelmente. Sem esquecermos, também, do setor de serviços de luxo no interior do Bairro como, por exemplo, cafés, restaurantes, etc., os quais favorecem uma definição de espaço urbano multifuncional, existe, ainda, um esvaziamento dos moradores antigos, que

[59] Construtora Nordeste LTDA.

pode ser entendido a partir da constatação do alto custo de vida no Bairro, e induzido pelas propostas de alto valor oferecidas pelas construtoras – segundo as entrevistas concedidas pelos próprios moradores.

Fotos da autora em 2008. Construção da Torre O Pará na Av. Beira Mar e de galerias no interior do Bairro.

Podemos afirmar que o Bairro passou por pelo menos um processo de *rent gap*[60] (SMITH, 1996), na década de 1990, quando a especulação imobiliária apostou no refinamento dos prédios para a elite de Aracaju. Enfatizamos que o Bairro não tem uma praia como atrativo, ou seja, a paisagem natural vendida é literalmente um simulacro de praia e, além disso, o mangue possui características de uma vegetação de solo, com amendoeiras e outros tipos de plantas. Os investidores reinventam uma linguagem de panorama natural privilegiado e fazem ressurgir as lembranças da antiga Praia Formosa:

> As estratégias económicas das autoridades locais representam a reafirmação da forte influencia da vida econômica mesmo na esfera da memória e do imaginário. De facto, nas manifestações urbanas da cultura de consumo podem ser identificadas a coincidência do impulso infalível da acusação do capital e muitos sonhos e aspirações pessoais. (SAVAGE & WARDE, 2002, p. 149)

Dessa forma, o interesse é conseguir dominar uma linguagem de enaltecimento da localidade e colocá-la como referência primária do lugar. O processo vincula-se ao passado, corroborando para constituição de significados, às vezes, incoerentes com a realidade atual, mas apreendidos como verdades a partir do intenso jogo publicitário. Assim, a promessa dos espaços urbanos enobrecidos é tornar concreto o fictício e conciliar um tipo de

[60] Processo de perda de valor imobiliário de um bairro e posterior acréscimo de valor a partir de investimentos em sua estrutura física.

individualidade que se enxerga como múltiplo a partir do compartilhamento com outros do mesmo ambiente residencial, comercial, clube, etc., formando uma ilusão de comunidade. Contudo, temos a particularidade de que, na Treze de Julho, o uso de propagandas das imobiliárias incentiva a um estilo de vida simultaneamente livre e isolado, como pode ser comprovado pelos diversos encartes de venda dos apartamentos. Nos condomínios de luxo da Av. Beira Mar, há as opções de permanência em seus espaços privativos, de saída para compras nas lojas adjacentes e/ou para sentar em um café. Ainda, como Harvey (2007) sublinha, "se uma imagem ou mapa vale mil palavras, o poder nos reinos da representação pode terminar tendo tanta relevância quanto o poder sobre a materialidade da própria organização espacial" (p. 213). Portanto, o Bairro tem uma dimensão consumista visível, que dá contornos concretos de poder aos seus moradores.

Fotos da autora (2008).

Além disso, as galerias de consumo confirmam uma imagem de Bairro global, com prateleiras recheadas para todos os gostos, evidenciando a lógica da moda efêmera. Nesse sentido, concordamos com Featherstone (1995), quando destaca a vertigem das camadas superiores em trocar os bens cada vez mais rapidamente, para a manutenção do distanciamento das classes populares, uma vez que podem ter acesso aos mesmos. Também, como afirma Baudrillard (1972), o consumo por si só não avalia ninguém, mas é o poder de decisão e comando adquirido pelo agente social que o faz diferente dos indivíduos de baixo rendimento. Contudo, a massificação do consumo, não deixa de provocar "o mal-estar que as pessoas da classe alta sentem com a incorporação de trabalhadores à sociedade de consumo, mesmo que modestamente, é evidente." (CALDEIRA, 2003, p. 73)

Se Lipovetski (1989) tem razão quando menciona a democratização do mundo dos objetos, “a celebração dos objetos deve pouco às diversas estratégias sociais da distinção” (p. 170), podemos acrescentar que o arranjo dos espaços residenciais e das galerias convida a um distanciamento, a qual é legitimada pelo abuso de sinais de ostentação. Diferente do uso das galerias, o Calçadão, como símbolo de cuidado com a estética física e da qualidade de vida aracajuana, estabelece o “paradoxo da moda: a demonstração ostensiva dos emblemas da hierarquia participou do movimento de igualação do parecer” (1989, p. 42). Nesse sentido, estamos colocando a relação estreita entre o espaço de moradia e o seu entorno, com um diversificado setor de serviços entremeado por um lugar de sociabilidades públicas. Podemos também lembrar Sassen (1998), quando afirma que os espaços residenciais de luxo acompanham a oferta de trabalhos com baixos salários, para a manutenção da estrutura física. Sendo assim, podemos ter como hipótese perceptível a idéia de que dentro das galerias de luxo há uma mão-de-obra com baixos salários, a dos vendedores. Sassen (1998) tem razão ao fazer uma aproximação do terceiro setor com a predominância do subemprego, em relação às condições oferecidas ao trabalhador manual. As diferenças são aparentemente mais alargadas entre o consumidor farto e o prestador de serviços do que entre o operário e o burguês.

Fotos da autora (2008).

No Calçadão, podemos entender o significado da apropriação em massa de bens de consumo, pois temos dificuldade de perceber, nele, quem são os moradores do Bairro e os “estranhos”. Não estamos afirmando a existência de uma homogeneidade de estilos do local, pois, ali, há ruídos que contrastam com o ambiente: meninos de rua, trabalhadores informais, etc. Por isso, diferente dos condomínios de São Paulo que tem suas “ruas mortas” (CALDEIRA, 2003), a Treze de Julho dispõe de um aparato do setor de serviços e um Calçadão que faz o inverso, convida o morador a sair de casa; contudo, estamos num local sem vizinhança de favelas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os condomínios fechados

ficam, na maioria dos casos, ao lado de zonas de favelização: "Os enclaves fortificados que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano" (p. 11). As residências de condomínios verticais fechados, nesses locais, conseguem demonstrar a aplicabilidade do conceito de "enclaves fortificados". Mesmo nas cidades em que a parte sul fica distante dos quadros de pobreza, existe uma conotação de afastamento das camadas populares. A diferença, na Treze, da ordenação socioespacial acontece mediante a tentativa de construção de uma centralidade, as quais acabam por aumentar, principalmente em determinados eventos, o fluxo de pessoas de bairros periféricos: "Elas circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida." (CERTEAU, 2007, p. 97).

Fotos da autora (2008). Menino vendendo balas e aparentemente trabalhador da construção civil.

Aqui está uma das particularidades do Bairro, se não é, ainda, uma zona fechada como os condomínios-shoppings: "Está tudo ali, à distância de um elevador e de uma curta caminhada pelo condomínio composto de shopping Center de luxo [...][61]", ela também evidencia seleções de trajetos, pois "de fato, nada é mais intolerável que a aproximação física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes." (BOURDIEU, 1999, p. 165), composta pelo ato da espacialização do morar. Queremos dizer que o "capital simbólico" das fachadas dos prédios indica que aqueles ambientes inibem aproximação de pessoas simples. Entretanto, existem possibilidades de encontro com os "estranhos" – usamos este nome para designar os indivíduos à margem de qualquer referência simbólica de poder, a não ser a de sua presença ali, incomodando a plástica do embelezamento espacial. Portanto, o ambiente construído não consegue impor regras inflexíveis, pois "(...) não significa que as

[61] MOHERDAUI, Bel. **Morar no Shopping**. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, Edição 2059, ano 41, nº 18, 07 de maio de 2008.

práticas sejam determinadas pela forma construída (por mais que se esforcem os planejadores); porque elas têm o estranho hábito de escapar de sua circunscrição a todo esquema fixo de representação.” (HARVEY, 2007, p. 190) Dessa forma, o caminho inverso e quase cotidiano de apropriação significativa do Bairro para a população aracajuana fica também exposto nos usos do Calçadão, o qual deixa nichos de “contra-usos” (LEITE, 2007). É nesse ponto que delineamos os significados específicos dos agentes sociais, que cruzam fronteiras para serem notados.

Se “Caminhar é ter falta de lugar” (CERTEAU, 2007, p. 183), o Calçadão simboliza a vontade de aparecer. É nele que as pessoas vão e vêm num ritmo frenético, mas ao mesmo tempo são trazidas de volta à realidade pelo constante movimento de carros e barulhos. Caminhar naquele espaço híbrido pode ser um aprazível amálgama pós-moderno, a certeza de estar envolto em símbolos de poder e simulacros de conforto. O simulacro do espaço equilibrado torna-se incongruente a partir de uma combinação entre a natureza poluída, os prédios de luxo e o contraste de alguns humanos que vivenciam, sem consumir, uma cidade mercadológica: “O mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de status.” (CANCLINI, 2008, p. 288) Nesse sentido, podemos compreender o sentido de hibridização das cidades menores, principalmente em bairros caracteristicamente ambíguos nos seus significados socioculturais, como a Praia Formosa imaginária, o Bairro que não quer deixar de ser elegante e alguns de seus usuários que rasuram o ideal de perfeição.

As ruas de um bairro catalisam sensações e possibilitam construir barreiras que impedem a eficácia de uma única experiência, como afirma Certeau: “eliminar o imprevisto ou expulsá-lo do cálculo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e “mítica” da cidade.” (2007, p. 311) Por isso, um lugar pode tornar-se âncora de sustentação para interações de amizade, intercâmbio de trabalho, etc. Assim, queremos dizer que, apesar de as galerias do Bairro Treze de Julho possuírem uma relação singular com os moradores das adjacências, para os transeuntes, existe também um tipo de despertar para uma imagem do consumo, o qual é reavaliado com as possibilidades do possuir. Além disso, na parte mais interna do Bairro, atrás do supermercado G Barbosa, temos vitrines com preços razoavelmente baixos em relação aos de consumo de luxo. Essas lojas possuem um design aparentemente igual ao das lojas finas, fornecendo um cenário de elegância para indivíduos com menor poder de compra: “Ao invés de determinismos fechados de corpos, de classes, de país, manifestam-se influências múltiplas, transversais, recíprocas.”

(LIPOVETSKY, 2008, p. 273) Aqui, traçamos também a ostentação de quem deseja “estar na moda” e pode acompanhar o ritmo passageiro dos objetos. As galerias trabalham com a sensibilização do ser humano para a sedimentação da idéia de efemeridade, os quais se sobrepõem aos valores de cidadania: “En el despliegue histriônico del urbanismo escenográfico prevalecen los valores estéticos (el derecho a la belleza para uma ciudadanía genérica, inespecífica) sobre los éticos (asociados al derecho a la vivienda, salud, educación, infraestructura de los diversos sectores de la sociedad.” (LACARRIEU, CARMAN & GIROLA, 2006, p. 123).

Foto da autora. Uma galeria “popular” e outra pretensamente chique.

Podemos ressaltar que tanto o Calçadão como os espaços de consumo projetam um tipo de cultura contemporânea que pode representar um retorno a características não-modernas, em um sentido mafffesoliano: “o mercado é sempre o lugar por excelência da efervescência. A troca dos bens caminha lado a lado com os símbolos. (...) É a tudo isso que se pode chamar, em seu sentido mais forte, a “animação” social. (1997, p. 57). Dessa forma, se os intelectuais preferem repetir as mesmas parábolas do individualismo, Maffesoli irá enxergar as cenas de solidariedade, marcadamente afetivas, relembrando uma vivência comunitária. Segundo o autor, o nomadismo é a marca da nossa época, uma estrutura arquetípica que retorna com vigor, para encararmos que a vida é uma viagem ininterrupta. Com pontos de partidas, o ser consegue vislumbrar ancoradouros aparentes, pois a angústia da incompletude do “eu” permanece como fina agulha a explodir qualquer imobilidade. Isso nos faz pensar no inacabado do ser, ou seja, a finalidade é lembrar que o indivíduo não está enclausurado. Sua abertura para o mistério do mundo é uma camada estrutural da sociedade, impossibilitando um fechamento do ser. O autor brinca com o projeto moderno, e avalia com otimismo as mudanças, uma vez que ganhamos em qualidade quando não sacrificamos nossos desejos, em benefício de uma idéia de estática da realidade. Nesse sentido, a estetização e a

cultura de consumo não estão vinculadas a uma idéia de racionalização ou utilidade, e incitam principalmente à ponderação positiva do prazer instantâneo. O valor simbólico de adentrar nos mecanismos de consumo advém de um descrédito dos grandes posicionamentos de referência coletiva, os quais são diluídos dentro de grupos menores e com ícones relacionados às preferências individuais.

Portanto, o Bairro possui visivelmente essas nuances de caráter global, as quais o definem como espaço privilegiado para entendermos a forma de desenvolvimento da apropriação de uma memória (Praia Formosa). Ele incita os diferentes usuários a andarem por um mesmo lugar. Isso significa um valor de bem-estar e fruição para alguns, pois é no Calçadão que também vemos os diversos estilos do vestir, os quais possibilitam inscrever, num mesmo espaço, as diferenças individuais sustentadas por grupos de mesma preferência. Tais diferenças podem estar em outro lugar, ou seja, pode-se andar sozinho em determinada circunstância, mas em sintonia com algum comportamento de outro país, por exemplo. Contudo, não podemos ficar cegos para a transformação do lugar em ícone de venda dos administradores do espaço urbano a partir de sua ligação com o Calçadão e as constantes promessas de "revitalização" da "praia": "[...] a praia 13 de Julho passará novamente a ser "formosa", inclusive com condições para banho." (Jornal da Cidade, 20 de março de 1998) A palavra revitalização pode ter, pela primeira vez, algum sentido, porque a poluição realmente destrói a vida marinha da região. Além disso, a intervenção urbanística do Calçadão também eleva a imagem de entretenimento do Bairro, associando o mesmo com o lazer. Nesse sentido, vemos, nos processos de *gentrification* urbano concatenados com o viés consumista do Bairro Treze de Julho, as seguintes características:

a) território de demarcação socioeconômica mediante a construção da imagem da antiga "Praia Formosa", pelos agentes que dominam a publicidade imobiliária;
b) prática de expulsão intensiva dos antigos moradores (pescadores, etc.) combinada a uma menos violenta das camadas com decrescente poder aquisitivo mediante proposta das construtoras;
c) espaço urbano de enobrecimento residencial que dá sustentação a um consumo de luxo em seu entorno para os compradores potenciais da alta camada aracajuana;
d) construção do Calçadão Viana de Assis com o objetivo de "revitalizar" o mangue e posterior reforma de embelezamento do mesmo, com o intuito de esconder o esgoto dos olhos burgueses;

e) setor de serviços em expansão, propiciando comodidades para os moradores, e a conformação de postos de trabalho de baixos salários, os quais acirram as disparidades sociais dos residentes da "periferia[62]" urbana;

f) veiculação de imagens por gestores urbanos, para convencimento de um novo estilo de vida dos ricos;

g) consumo cultural patrocinado pelo poder público junto com a iniciativa privada, sedimentando uma centralidade a partir de festas, etc.

Para consolidar nossas pressuposições iniciais, escolheremos mapear seus usos e "contra-usos" a partir dos locais de lazer e consumo do Bairro. E, como primeira impressão, podemos dizer que o Calçadão foi construído com o objetivo de ser mais um espaço de *gentrification* para sedimentar o uso seletivo dos moradores. Contudo, hoje, ele é um espaço aparentemente popular, no qual a elite e as diversas categorias de indivíduos o tomam como espaço de passeio e de cultura do cuidado com o corpo, construindo também um vínculo entre espaço urbano e sociabilidades públicas.

É interessante percebermos como as propagandas dos empreendimentos imobiliários se relacionam com o Calçadão, pois os mesmos enfatizam a possibilidade de o morador não ter a necessidade de sair para o espaço da rua para fazer ginástica, fazer refeições, etc., e também sublinham a estrutura do setor de serviços do Bairro, o Calçadão, entre outros. Para fazer compras, o residente pode sair dos "enclaves fortificados", mas, nas entrelinhas, seria um risco ir à rua sem propósitos concretos de gasto econômico, pois os mesmos evidenciam o isolamento como segurança; em tal contexto, o Calçadão é vendido como paisagem e como opção para uma possível caminhada rápida. Nesse sentido, a aparente homogeneidade das idéias é apresentada para a compra de habitações, ou seja, uma relação global de estilos de moradia, no sentido de permitir a opulência dos ricos: "Essas imagens de agência constituem distorções cada vez maiores de um universo de propaganda tão sutil que o consumidor é constantemente ajudado a acreditar que é um agente, quando na realidade, na melhor das hipóteses, ele é um mero escolhedor." (APPADURAI, 1994, p. 324) Por exemplo, em um encarte, encontramos a seguinte linguagem, composta por uma narração individual de uma mulher sobre a realização dos seus sonhos ao escolher a Treze de Julho para residir:

> Morar no **Tramandaí[63]**, o bairro mais tranqüilo e nobre da região **da 13 de Julho**, um lugar repleto de opções de lazer e serviços. Ela agora está agora na "quadríssima da Beira Mar", bem em frente ao Pathae, pertinho da academia Paulo Bedeu, Colégio Master, da Casa Alemã, da comodidade do

[62] Termo pejorativo para designar espaços urbanos com estrutura mínima de sobrevivência.
[63] Todos os grifos são do encarte Terraços do Tramandaí.

> G Barbosa 24 horas e do Shopping Jardins, sem falar que o calçadão da 13 de Julho está bem ali, a menos de um quarteirão. E é para lá que ela vai agora, fazer sua caminhada matinal.

Evidenciamos que a Treze de Julho não é só um Bairro, pois os bairros adjacentes se incluem como parte do seleto espaço da região da Treze de Julho – se oficialmente não estão circunscritos no espaço da Treze, a imagem simbólica de opulência os coloca. Sobre a arquitetura, evidenciamos a seguinte observação: "**tijolinhos rústicos** em contraste com as linhas arrojadas dos **imensos terraços**". Aqui lembramos de Baudrillard (1972) quando comenta sobre o gosto pelo natural: "A inovação formal em matéria de objetos não tem por finalidade um mundo de objetos ideal, mas uma ideal social, o das classes privilegiadas, o de restaurar perpetuamente seu privilégio cultural" (p. 66); portanto, a marca do rústico se dá como prova de distanciamento das classes populares, pois os objetos adquirem um novo valor quando apropriado por indivíduos da elite. Ainda o mesmo encarte relaciona os serviços e as particularidades proporcionadas pelo prédio: pórtico de acesso, pé direito duplo, *living* ampliado, espaço festas, quadra de *squash*, espaço *fitness*, piscina semi-olímpica, quadra esportiva, prainha, espaço jogos, espaço mulher, espaço *gourmet* e espaço leitura. Com tantos serviços para o cuidado com o corpo, o calçadão aparece meio sem nexo no anúncio, destacando apenas seu uso matinal. Para a segurança dos filhos dos moradores o encarte ressalta sobre *o playground*: "a **área de lazer fica a mais de seis metros do nível da rua.**"

Em outro anúncio promocional sobre o prédio "Passeio Beira Mar", o encarte coloca a Avenida Beira Mar como símbolo de "beleza, praticidade e status" e o "status quem oferece é a própria localização, por isso a Beira Mar é o endereço mais desejado por aqueles que vivem em Aracaju". Explicita, ainda, que a paisagem, o Mirante e o Calçadão serão os "eternos vizinhos". A "perspectiva artística da fachada" tem como singular a harmonia entre a natureza e o prédio. Em relação aos serviços e as comodidades oferecidas pelas "torres" (Bela Vista e Mirante), não iremos mencionar por serem equiparados ao anterior. Podemos colocar como particularidade a praça oceânica e a praça Rio Sergipe. Todos os serviços são evidenciados pela propaganda com a seguinte definição: "detalhes que fazem a vida ser agradável como um passeio". Duas "praças" dentro de um espaço privativo, as quais destacam a pertinência de sublinhar o conceito de "enclaves fortificados":

> Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes (CALDEIRA, 2003, p. 313)

Não podemos deixar ainda de mencionar a “Torre O Pará”. Ela é o atual emblema de sofisticação do Bairro com o equilíbrio da natureza, pois o próprio nome, em língua tupi, significa o rio. Segundo as atratividades da publicidade, temos uma arquitetura única: “A influência da sinuosidade das águas reflete-se no projeto paisagístico “Feng Shui” que, não por acaso, tem como principal elemento uma imensa piscina adentrando na fachada como se fosse um rio com uma margem ensolarada e outra à sombra do edifício.” Enfatiza ainda a não divisão entre espaço interno e externo mediada pelo “portal de vidro” (terraço *all expand*), com vista para o cenário natural. A singularidade deste edifício está em não sublinhar a sua localização, logo, os empresários imobiliários apostam na idéia de o próprio prédio e a paisagem convencerem os clientes de seu valor. Assim, a Torre O Pará tem a pretensão de ser um dos destaques do Bairro, como indicação de uma soma a mais de diferença dentro da diferença nobre do Bairro Treze de Julho.

Caldeira (2003) enfatiza que a arquitetura, diferentemente dos modernistas que acentuavam a exposição da vida privada, a dos “enclaves” assegura a exposição “de ornamentos, irregularidades e materiais ostentatórios que exibem a individualidade e o status de seus moradores.” (p. 312) Além disso, a autora afirma que, excluindo o *playground*, que é utilizado por crianças, os outros ambientes de conforto dificilmente são procurados pelos moradores. Essas características são perceptíveis nos edifícios do Bairro, logo, iremos ficar com os três exemplos para ilustrar o significado de enobrecimento da área, a qual podemos preliminarmente definir como um tipo de *gentrification* residencial.

Fotos da autora (2008).

Ainda, segundo Caldeira, os “anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais.” (p. 265) Contudo, em Aracaju, apesar das salas de ginástica, etc., os agentes imobiliários também fazem propaganda do Calçadão, como foi evidenciado em duas publicidades. Assim, o Bairro dialoga com o restante da cidade pelo passeio “comum”. Parece

que os moradores do Bairro Treze de Julho têm a calçada de uso coletivo como meio de exposição também de seu poder; por isso, não existe incoerência entre o isolamento e esta abertura fronteiriça para os sem-poder. Ressaltamos que o espaço de sociabilidades públicas é vigiado, a existência de um *box* policial dá a sensação de segurança para seus freqüentadores.

Podemos, ainda, afirmar que a maioria dos serviços oferecidos pelos condomínios tem como principal característica o *gadget*: "pura gratuidade sob uma coberta de funcionalidade, pura prodigalidade sob aparência de moral prática" (BAUDRILLARD, 1972, p. 47). O simulacro da necessidade parece dar sentido aos modismos atuais, mas é o consumo como demarcação de *status* o *leitmotiv* concreto da imagem de construção da diferença hierárquica, e, para somar, temos ainda a apreensão de que:

> Os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (BOURDIEU, 1999, p. 163)

Nesse sentido, podemos encontrar no Bairro Treze de Julho um uso de espaço diferenciado, em seu interior temos as galerias que tem uma clientela específica, mas o Calçadão abre-se para a cidade. Se a calçada dos prédios é intocável por uma sensação de estranhamento com a ostentação, o lado paralelo inverte a relação; assim, o Bairro não conseguiu extinguir as sociabilidades públicas diversificadas:

> Haveria uma proliferação se manipulações aleatórias e incontroláveis, dentro de uma imensa rede de coerções e seguranças sócio-econômicas: miríades de movimentos quase invisíveis, operando na textura sempre mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e próprio a todos. Seria já o presente ou ainda o futuro da grande cidade? (CERTEAU, 2007, p. 105)

Como enfatiza Zukin, a tendência é transformar o espaço urbano "em uma visão panorâmica do bazar da vida urbana" (2000, p. 82), principalmente a partir da fragmentação dos espaços sociais, os quais são vinculados a um sentido de lugar reeditado, tentando impedir a interferência dos usuários no espaço urbano. Por exemplo, na Treze de Julho vemos uma espetacularização para o consumo mediante o valor simbólico de morar nas torres altas paralelo a uma "praia" e uma demarcação de poder para os residentes dos mesmos. Podemos, ainda, dizer que, apesar da sobrecarga dos símbolos do poder, temos também uma paisagem de caráter ambíguo a partir do uso do Calçadão por diversos agentes sociais.

2.1 - O Bairro como Centralidade

A Treze de Julho conseguiu formatar um espaço de visibilidade mediante os projetos do poder público e privado, os quais reelaboravam a memória da Praia: "um bairro torna-se ícone da cidade na medida em que nele se concentram símbolos reveladores de narrativas. (BARREIRA, 2007, p. 178). E, a antiga Praia Formosa seria a marca principal para a sedimentação da idéia de espaço singular.

Por isso, o Bairro ficou muito visado pelas construtoras na década de 1990, que foi alvo de um projeto para aterramento do atual mangue-arvoredo. O Prefeito Wellington Paixão sancionou um projeto de lei para destruir os vestígios da Praia Formosa, com o objetivo de subsidiar a especulação imobiliária, na invasão da parte paralela aos prédios da Av. Beira Mar. A idéia no mínimo esdrúxula nos faz pensar sobre a atuação extremamente conectada entre o poder público e os investidores privados, uma vez que a proposta seria inviável para os cofres privados. A Câmara Municipal aprovou a lei (Jornal da Cidade, 24 de julho de 1990), confirmando o direcionamento do espaço urbano associado aos projetos lucrativos dos empresários, ou melhor, a conformação de espacialidades para camadas seletivas. Tal projeto confirmou a importância da delimitação espacial do Bairro, pois pensar em avançar enfrentando os obstáculos naturais sinalizou a centralidade desse espaço urbano.

A população não aceitou a proposta e resolveu lutar pela inviabilidade do projeto. Também diversas entidades (sindicatos, associações, partidos, etc.) adentraram numa batalha contrária à determinação municipal. A finalidade de enfatizar esse episódio significa colocar em evidência a demanda e os interesses divergentes quanto à ordenação espacial da Treze – espaço simbólico de lembrança da Praia e o anseio de lucro da especulação. Aqui, diríamos que existia uma visão de valorização dos terrenos mediante a procura intensiva de futuros clientes, pois os investidores do solo urbano perceberam que o Calçadão, em 1988, inicia o processo de *gentrification* da área. Por conta disso, iniciou-se uma organização da sociedade civil com o objetivo de reverter os desmandos oficiais aleatórios:

> [...] movimento encabeçado pela Associação Sergipano de proteção Ambiental – ASPAM conta com a participação de entidades como a Associação dos Professores Municipais – APEMA, Associação dos Biólogos, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-SE, Diretório Central dos Estudantes da UFS, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Jornalistas em Aracaju, Movimento S.O.S. São Conrado, União da Juventude Socialista, Partido Verde, Partido dos Trabalhadores, PC do B, Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Jornalistas. (Jornal da Cidade, 22 de Julho de 1990).

O freio definitivo veio de outra esfera do poder político com um projeto de lei da assembléia legislativa elaborada pelo deputado Marcelo Déda (Jornal da Cidade, 24 de julho de 1990). O governador Antônio Carlos Valadares sancionou a lei, a qual definiu o local como "espaço físico de área constitutiva de paisagem natural notável e área de especial proteção ambiental, todo trecho do rio Sergipe, que servia de divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros" (*idem*). A decisão refletiu os novos tempos de organização política dos espaços urbanos, os quais se tornaram zonas de conflitos.

Podemos deduzir a marca das transformações na Treze de Julho: se, cinqüenta anos antes, tudo foi permitido; talvez, nesse período, a resistência da população fez frear esse empreendimento urbano da cidade. Porém, não podemos deixar de enfatizar que tiveram o apoio de representantes de instituições reconhecidamente influentes nas decisões do Estado. O lucro adquirido nas negociações do espaço urbano pode ser fonte de prejuízo da população. Portanto, o óbvio seria tratar a cidade como lugar de experiência comum e não como uma empresa qualquer.

Depois do conturbado discurso das diferentes posições, temos a configuração de um Bairro com uma trajetória de impasses pela configuração do seu espaço urbano, os quais beneficiaram a especulação imobiliária, com exceção do episódio de aterro da paisagem dos prédios atuais. Assim, colocamos o mesmo como portador de uma carga simbólica de memória para a cidade de Aracaju e exemplo de ambiente destruído, o qual é enfatizado quando comparado com o nível de poluição de outras áreas "a fedentina que atinge a praia 13 de Julho poderá se espalhar em breve por todo litoral de Aracaju se os governos estadual e municipal não resolverem o problema do saneamento básico da cidade" (Jornal da Cidade, 25 de fevereiro de 1997). Dessa forma, a "praia" se insere em variados discursos, desde os de venda da paisagem preservada pelas mensagens publicitárias das revitalizações da área aos de diagnóstico realista.

Agora, o Bairro Treze de Julho consolida a emancipação para a vida moderna e é palco de festejos coletivos do Pré-Caju e das comemorações de final de ano. Seus edifícios consagram um modelo de experiência urbana nova, mas também continuam abusando dos restos de natureza viva do local. Os poderes públicos prosseguem configurando o espaço urbano da Treze sem o devido cuidado com a "praia", por uma irracionalidade que prioriza a prática do lucro imobiliário, sem calcular os possíveis prejuízos futuros:

> Na Avenida Beira-Mar, às margens do Canal Tramandaí estão situados dois edifícios (o Candido Portinari, já construído e outro em construção) que não respeitam nem sequer o limite máximo da cheia do rio, quanto mais os 50 metros de margens. Na parede da garagem do edifício Candido Portinari

> estão as marcas da água, nos períodos de cheia do riacho. É a conivência da Prefeitura para com o poder econômico. (FRANÇA, 2004, p. 204)

Fotos da autora (2008). Riacho Tramandaí entre dois prédios.

Em uma retrospectiva do Bairro, a repórter Conceição Soares dá uma descrição da transformação urbana, evidenciando o aburguesamento do mesmo, como uma necessidade inevitável do progresso. Ela nos dá a informação da existência de um pescador (José Jorge dos Santos) entre os ilustres moradores. É um texto de naturalização da evolução urbana do Bairro, o qual incita a pensar nas qualidades dos primeiros loteadores. As especulações imobiliárias são elogiadas por trazer os "padrões civilizados" ao Bairro de colônia de pescadores, portanto, os edifícios fazem parte da imagem moderna da cidade. A principal característica é evidenciar a troca dos residentes por uma categoria de indivíduos ricos, compondo uma estrutura aprazível para os "olhos" do progresso urbano. A indiferença com a expulsão dos pescadores é visível, quando os coloca como uma romântica cena de ambiente rústico. Não questiona sobre a possibilidade de aumentar os bolsões de pobreza de bairros periféricos, assim, a memória dos pescadores é transmitida como emblema de uma fase a ser ultrapassada, por indivíduos capazes de projetar uma falsa harmonia entre a "praia" e a modernização:

> De uma colônia de pescadores, o bairro se transformou num dos pontos mais nobres da capital, com suas mansões ostentando elegância e luxo e, dos primeiros habitantes restam alguns remanescentes, filhos de pescadores. Hoje, a população da 13 de Julho é de classe alta média, formada por advogados, médicos, empresários, industriais, grandes comerciantes e pecuaristas. (Jornal da Cidade, 17 de julho de 1994)

Quatro anos após, houve uma reportagem que enfatizava a paisagem vernacular como um "panorama que se adapta ao bucólico" (Jornal da Cidade, 12 de maio de 1998), servindo de referência para uma época de banhos e sem o mau cheiro dos canais advindos da crescente

demografia[64] do Bairro. Coincidentemente, a reportagem está inserida em um contexto de discursos para a revitalização do Calçadão em 1998. Assim, memorizar os lazeres proporcionados pelo antigo Bairro dá coerência à necessidade de reestruturar o mesmo e a importância dele para a história da cidade de Aracaju, todavia, sempre esquecendo a busca de solução para o problema de saneamento do Bairro. Por isso, uma das principais características do processo de enobrecimento da Treze é tentar colocar uma barreira que mascare os esgotos do Bairro; dessa forma, o Calçadão tem uma utilidade bastante satisfatória para os gerenciadores do espaço urbano.

Portanto, "a paisagem de poder" consegue impor mais uma vez a sua diferença como espaço integrado com a natureza a partir da reforma do Calçadão Viana de Assis em 1988 – um valor público agregado aos bens privados. E, sendo uma referência o Calçadão irá, no início de 1998, ser alvo de inúmeras especulações de embelezamento nos jornais: "[...] o vernacular, como outras tradições, pode ser inventado com base em um passado imaginário, ou restaurado como base de uma paisagem inteiramente diferente." (ZUKIN, 2000, p. 100) Assim, é a Praia Formosa que só existe como Calçadão adornado por árvores e, constantemente, é lembrada como demarcação de centralidade para Aracaju. Na matéria "13 de Julho terá muro de arrimo[65]", é prometida a despoluição do local para a Praia ser novamente Formosa. Nisso, temos um registro de revitalização emblemática:

> No passeio do calçadão serão construídas barracas padronizadas em quantidade suficiente para não comprometer o espaço reservado às pessoas. Haverá uma biblioteca pública, passeios para as pessoas praticarem exercícios físicos, boxe policial, vagas para estacionamento, stand para comercialização de plantas ornamentais, quadras esportivas, área para jardinagem e uma praça de alimentação com restaurante fast-food, comida a quilo, quiosque para a venda de alimentos típicos da região. A parte da ciclovia será restaurada e o parque infantil ampliado. (Jornal da Cidade, 08 de maio de 1998)

[64] Segundo o IBGE, o Bairro possui 8704 moradores, apesar 1702 apartamentos, 623 casas e uma média de moradores por domicílio de 3,72. E com rendimentos em torno de 22 a 44 salários mínimos e superiores a esse total (FRANÇA, 1998). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=24220&z=t&o=4&i=P. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

[65] Jornal da Cidade. **13 de Julho terá muro de arrimo**. Ano XXVII, nº 7745. Cidades, Caderno B, pg. 11, de maio de 1998.

Nota-se uma incongruência no primeiro projeto, pois colocar *fast-food* em um ambiente de atividades físicas no mínimo é contraditório. O projeto inicial foi reformulado e, ali, temos somente os carros de cachorro quente que vão embora quando reduz o movimento, não contribuindo para a formação de lixo e outros tipos de dejetos. Além disso, a construção de uma biblioteca próxima de outra (Epifânio Dórea), em um espaço urbano enobrecido, seria no mínimo incoerente. Mas, as práticas de *gentrification* têm as características de administrar os recursos públicos para áreas que possam dinamizar o consumo. Por isso, Harvey (2007) critica as práticas de enobrecimento urbano por acentuar a exclusão nas cidades. Nesse sentido, a modernidade conjugava uma arquitetura para os menos favorecidos com campanhas de habitação. Contudo, a arquitetura pós-moderna, principalmente nos países que tentaram despolitizar o espaço urbano, injeta uma idéia do "atual fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social." (2007, p. 83). E, para a construção dessa imagem de poder são produzidas propagandas, as quais servem como guias do estilo de luxo. Por exemplo, segundo uma edição especial de jornal sobre a Treze, ela "era como uma jóia incrustada nos lamacentos terrenos à margem do Rio Sergipe. Com grande potencial, logo se consolidou como a zona nobre e viu serem erguidas as portentosas moradas da elite aracajuana. (...) um verdadeiro shopping a céu aberto.[66]"

Academia Olímpica.

Fotos da autora (2008). Propaganda do novo prédio da Av. Beira Mar (Torre O pará).

[66] Bairro 13 de Julho: uma preciosidade aracajuana. *Cinform Especial*. 13 de Julho: Um Shopping a Céu Aberto. Edição 1370, jul, 2009.

Além disso, as estratégias de enobrecimento carregam consigo a marca da distribuição desigual dos recursos públicos, os quais são ofertados como prática de uma política urbana para os setores elegantes da cidade. Nesse sentido, os discursos de preservação ambiental no contexto do Bairro Treze de Julho tinham o propósito de serem mais um objeto de desejo para aperfeiçoar a imagem de um lugar sem a transparência das águas sujas da "praia" – paradoxo proposital para compreendermos como as revitalizações, às vezes, assumem um viés nitidamente antiético, colaborando para a indiferença dos problemas coletivos.

Dessa forma, com as constantes remodelações, o Bairro vai elaborando o seu percurso de construção dos ícones de centralidade (FRÚGOLI, 2000), e, como se modelam as cidades contemporâneas, exibindo uma fragmentação dos seus espaços em regiões que estabelecem uma concorrência de solidificação do espaço urbano significativo para a cidade. Como olhar um Bairro na imensidão de uma cidade pode levar a observações fragmentárias ou generalistas, tivemos o cuidado de passear por entre suas ruas tomando de empréstimo categorias analíticas pensadas a partir de um referencial local e global. Esse registro significa que iremos fazer uma tarefa de mergulho nas entrelinhas dos espaços sociais mediante a aproximação benjamiana da *flânerie,* a qual pressupõe um esforço de catalogar o perceptível e as nuances de diversidade da vivência dos trajetos urbanos: "Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais." (CERTEAU, 2007, p. 202) Não esquecemos também o lugar num contexto de globalização ou, como diria Certeau (2007), cada indivíduo reproduz a partir de sua interpretação o jogo do outro e, Bakhtin (1986), a *"heteroglossia"*, a qual indica a heterogeneidade de leituras do contexto a partir da existência do agente social. Trataremos também de forma semelhante o residente e o usuário não-residente, os quais decifram a imagem instituída pelos planejadores urbanos e conformam com suas práticas dentro do "espaço vivido", sentidos, às vezes, oposto ao imaginado no projeto urbano. Os moradores parecem apoiar a idéia elitista e de afastamento do "outro", o qual não pode se enquadrar nas definições seguras de morador, mas, ao mesmo tempo, sabe que a sua presença o coloca em situação de superioridade não-negociada, pois estão no âmbito da rua, a qual se abre para o imprevisto. Então, quando optamos por considerar o Bairro Treze de Julho uma centralidade estamos apenas indicando que o mesmo fornece redes de relacionamento para a cidade. Por exemplo, o Bairro é cenário do Pré-Caju e

das festas iniciais de fim de Ano com a implantação da árvore de Natal[67]. Entretanto, só isso não o torna uma centralidade; por isso, iremos acentuar os aspectos de lazer do Bairro no entorno do calçadão. Nesse sentido, notamos que o Bairro Treze de Julho tem uma comunicação direta com a cidade. Por exemplo, os usuários do espaço de prática esportiva são, aparentemente, moradores de outros bairros da cidade de Aracaju. Especificar um Bairro como centralidade não anula o papel do centro histórico tradicional da cidade, uma vez que o espaço urbano originário de uma cidade tem um papel, na maioria das vezes, de sedimentar as manifestações coletivas, pois ali estão as instituições significativas para os habitantes. Estamos, apenas, tentando mapear os aspectos que fazem do espaço urbano da Treze uma centralidade. É principalmente nesse sentido que consideramos o Calçadão e as galerias como sinais de destaque para uma possível centralidade. Além disso, são usados como uma espécie de panorama do Bairro, e como observou Zukin: "Em áreas urbanas novas, como Los Angeles ou Miami, a própria paisagem – o oceano, as montanhas, a rodovia, o shopping Center – desempenha o papel principal na mediação cultural." (2000, p. 88)

Fotos da autora (2008). Galerias. Calçadão Viana de Assis.

Podemos a partir de agora tentar fazer um questionamento de como o processo de enobrecimento do Bairro Treze de Julho abre interpretações aproximadas ou não das linhas de pesquisa sobre as intervenções urbanas denominadas de *gentrification*. Interessante notar que esse espaço urbano conformou, com a ênfase nos símbolos culturais de consumo e lazer, uma zona de elite aracajuana. E, a partir dessas considerações, podemos compreender o Bairro como referência para práticas urbanas em outros contextos:

> Não obstante a vigência de processos globais, atuando como pano de fundo no âmbito dos registros sociológicos da cidade, torna-se importante retomar

[67] Árvore de natal colocada pela ENERGISA, a qual tem como melhor ponto para a sua visibilidade o Calçadão da Treze.

> o contexto das práticas cotidianas reveladoras de sentidos e processos citadinos. Trata-se de pensar as dinâmicas estruturais mais abrangentes mediante o que poderia ser designado de «sociologia dos bairros», entendendo que, a partir de espaços microssociais, é possível examinar perspectivas globais da cidade. O bairro, como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade. (BARREIRA, 2007, p. 165-166)

Apesar das diferenças extremas e da diversidade de cada espaço urbano, podemos relacionar alguns conceitos aplicados nas realidades condizentes com os componentes de aspecto micro para verificar como se apresenta a pertinência dos mesmos numa esfera macro. Por exemplo, o Bairro Treze de Julho foi definido pela expulsão dos pescadores, pois a aristocracia rural sergipana com o apoio das instituições públicas iniciou um deslocamento para o sul. Contudo, o Bairro só solidificou um *"embourgeoisement"* (SMITH, 1996) a partir de 1990, com o surgimento das galerias e cafés para, agora, os descendentes, possivelmente, das camadas altas. Logo, quando uma cidade cresce, é comum iniciar um processo de adensamento da região sul – para os indivíduos portadores de um *status* social significativo – que concretiza a imagem do poder a partir de residências luxuosas. A idéia de morar com as marcas da distinção social (BAUDRILLARD, 1973) possibilita a soma de qualidades (respeito, etc.). Além disso, na Treze, temos também "[..]el montage escenográfico em sus diferentes facetas permea y penetra la vida cotidiana, indiferenciando esos espacios y tiempos que en la ciudad de la modernidad parecían factibles de distinguirse." (LACARRIEU; CARMAN & GIROLA, 2006, p. 102). Nesse sentido, a Treze de Julho corresponde, à primeira vista, a uma imagem de um bairro enobrecido, pois fornece aos seus moradores a possibilidade de mesclar as escolhas diárias, assim, têm os seus espaços de lazer, compras, divertimento, etc. todos os dias.

Com o objetivo de identificar, num espaço de centralidade, as ações produzidas pelos agentes sociais na construção das estruturas de caráter simbólico de poder, fomos buscar na teoria categorias que contribuíssem para a interpretação das percepções realizadas numa curta observação direta. Partimos do pressuposto de que a cidade tem territórios complexos, na medida em que o "estranho" joga com os processos de configuração socioespacial, indicando, muitas vezes, sua presença indesejável para os parâmetros enquadrados da dinâmica urbana. A cidade foi projetada a partir de decisões de mão única, ou seja, os interesses de lucro predominam sobre outros benefícios, os quais se relacionam com a vontade de agentes imobiliários, o poder público, etc., a deixar os cidadãos longe de determinadas propostas de conformação urbana. Nesse sentido, poderíamos pensar que a cidade seria um espaço

domesticado pelos interesses do mercado de imóveis e, além disso, estaria fadada a uma organização funcional dos serviços, a qual a ordem prevaleceria sobre qualquer oposição de uso dos espaços urbanos. Assim, temos principalmente em delimitações territoriais elitizadas, características de possibilitar uma convivência diversificada por alguma atração referencial, conformando uma confluência de múltiplas apropriações difusas de sentido. A legibilidade desses fenômenos não é simples, eles cortam pelas arestas a ordenação do construído, a provocar uma corrosão lenta nas determinações postuladas do espaço urbano.

Acreditar nos contrastes indica também perceber a diversidade dos jogos nas ruas de um bairro. Portanto, a condução da exploração da pesquisa irá também escavar os restos, que por muito tempo foram afastados de qualquer significação social e, como diria Certeau (2007), estamos a aprender com o procedimento ordinário e cotidiano de perceber nas entrelinhas o quase invisível poder dos dominados. Os usuários do espaço urbano inscrevem suas marcas dentro de contextos desfavoráveis e, assim, evidenciam outro olhar com perspectivas que dilaceram em silêncio a tranqüilidade de uma organização estruturada mediante os cânones previsíveis de uma ação de via única. Por isso, a cidade concretiza no dia-a-dia uma singular renovação dos estilos de vida ligados por uma necessidade de tornar-se visível. Tomar conhecimento da miscelânea que fomenta a estranha – no sentido da dificuldade de apreensão – vivência urbana atual permite contrapor os fragmentos a uma visão de homogeneidade. Para observar com proximidade as andanças pelas ruas dos transeuntes, optamos pela investigação em um bairro onde a "selva de pedra" foi cravada no mangue-arvoredo. Mangue/pedra é incongruência que transmite a complexidade do espaço circunscrito. Nessas viagens solitárias, tomamos de empréstimos vários cruzamentos teóricos, os quais foram ligeiramente condensados, para possibilitar um entendimento das exposições posteriores.

Segundo Certeau (2007), "tratar assim as táticas cotidianas seria praticar uma arte 'ordinária', achar-se na situação comum e fazer da escritura uma maneira de fazer 'sucata'." (p.90), por isso, os espaços urbanos são objetos privilegiados para percebermos as "táticas" comuns de sobrevivência dos indivíduos afastados da dinâmica oficial. Ali, eles produzem sinais dissonantes com o instituído, logo, o autor expõe a fragilidade interpretativa de uma idéia da massa neutra e propõe que pelas "práticas" os indivíduos estabelecem outro tipo de "uso ou consumo".

Assim, temos o Calçadão como lugar de destaque para evidenciar as marcas, às vezes, solitárias de apropriação do espaço urbano pelos agentes sociais. Nele, existe uma zona de

intermediação para outros usuários não-pertecentes ao Bairro. Vemos a intenção de uma apropriação vernacular do espaço urbano pela elite, mas seus usos de passagem são entrecruzados também pelos sem-poder:

> [...] que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida do lado dos consumidores (ou "dominados"?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 2007, p. 41).

A polifonia do Bairro Treze de Julho está mais visível no Calçadão. Podemos levantar esse questionamento a partir de sua venda, como imagem de bem-estar, na propaganda dos prédios de luxo. Assim, o espaço de lazer é anexado na veiculação das imagens de *glamour* do Bairro, evidenciando a comodidade de morar num local que proporciona muitos dos valores atuais de vida feliz, relacionados principalmente com a estética corporal. Talvez, seja um dos motivos para os indivíduos de outras localidades serem também atraídos pelo mesmo, demonstrando que o Calçadão subverte a antiga divisão de gostos entre as camadas altas e baixas. Nesse espaço, encontram-se de passagem uma diversidade e uma similaridade de alguns objetivos: andar; e, para isso, é preciso ter ao olhar não só os pares, construindo na contemporaneidade os pedaços da experiência urbana.

2.2 - Quando o Bairro é alegoria das diferenças

Existem no Bairro duas relevantes comemorações: o Pré-Caju e a abertura das festas natalinas da cidade. Fizemos uma breve observação direta dessas manifestações com o intuito de demonstrar como o Bairro foi configurando suas espacialidades nos dias de concentração de indivíduos.

Começaremos a comentar sobre a prévia de carnaval, a qual possibilita o excesso dos "contra-usos" (LEITE, 2007) do espaço do Bairro – catadores de lata, mendigos, etc., os quais conformam um espaço urbano múltiplo, produzindo *lugares* e, "a consistência de um *lugar* depende, portanto, do modo como **espaço e ação**[68] exercem influência recíproca." (LEITE, 2007, p. 293). A festa engloba uma multidão que paga um valor para dançar ao redor de um trio elétrico e dentro de um espaço circunscrito por cordas, na avenida vizinha ao mangue, e outra multidão, chamada popularmente "pipoca", não fica separada pelas cordas, mas brinca ao lado dos prédios de luxo. É uma cena que incomoda, pois fica nítida a segregação social e

[68] Grifo meu.

a vontade de demarcar as diferenças – uma distorção das regras principais dos carnavais que é suspender as hierarquias sociais, como analisado por Ortiz (1976), quando refletiu sobre o carnaval em Salvador, onde as cordas seguradas por homens fortes, distanciam qualquer tentativa de invasão pelos foliões da rua. Aqui, portanto, a Av. Beira Mar é "privatizada" por alguns momentos da festa, pois a passagem do bloco indica a interdição de outras pessoas naquele espaço limitado por cordas, quando os integrantes do bloco passam exibindo seus abadás protegidos dos foliões não-pagantes. Talvez, a principal satisfação seja a de estar separado do público geral, sendo observado por uma platéia.

Parece que a festa não podia ter um lugar mais apropriado, pois a Praia Formosa tinha tradição em organização de carnavais: "Em 1929, na Praia Formosa, então Bairro de veraneio, fundou-se o Clube Unidos da praia que promoveu alguns bailes, mas, com efêmera duração." (Jornal da Cidade, 12 de fevereiro de 2003). Além disso, havia no Bairro os tradicionais bailes de carnavais no Cotinguiba e no Iate. Em 2004 e 2005, as autoridades transferiram o Pré-Caju para o Centro, com a justificativa de acentuar os aspectos democráticos da festa (Jornal da Cidade, 08 e 09 de fevereiro de 2004), mas, na realidade, a mudança foi motivada pela vontade das autoridades em evidenciar o Centro Histórico "revitalizado". Nos dois anos, os jornais expuseram as contradições da festa com matérias sobre crianças catadoras de latas (Cinform, 17 a 23 de janeiro de 2005), violência (Jornal da Cidade 10 de fevereiro de 2004), etc., fornecendo questões problemáticas acerca da festa. Mas, em todos os anos, uma temática reforçou a importância da festa: a oportunidade de inúmeros indivíduos terem um trabalho. O setor informal foi, talvez, o "carro-chefe" para justificar qualquer incoerência da prévia, corroborando com a idéia da necessidade do apoio das instituições públicas.

Podemos dizer que o Bairro tem uma dinâmica aparentemente de entretenimento cultural no sentido de, no período de dezembro a janeiro, ser o lugar preferencial das principais festas de Aracaju. Contudo, a singularidade está no propósito dessas festas, as quais conseguem fazer uma apropriação diversificada do espaço urbano, pois na prévia carnavalesca ou na inauguração da árvore de Natal temos uma afluência de pobres e ricos para um mesmo espaço. Assim, o luxo do Bairro fica ofuscado para alguns e transparente para outros, dependendo da imersão no espetáculo produzido.

Tomar como esfera de análise o consumo cultural induz também a uma análise sobre o significado simbólico dos bens, pois estar com o abadá indica que o participante pagou pela festa, fazendo parte de um grupo. Quem não pagou tem um papel importante, que pode ser definido como o motivo principal dos demais terem pagado; ora, se não fosse isso, os

integrantes oficiais estariam dentro de um clube particular. Não estamos dizendo que a segregação torna-se suave, mas tentamos considerar os pontos de complementaridade de uma relação à outra. Assim, entendemos que o consumo contemporâneo tem embutido sentidos distintos, os quais dependem do usuário do bem cultural. É necessário também elencar a popularização do Bairro nessas festas e, principalmente, uma fluidez das fronteiras entre o gosto popular e a elite (CANCLINI, 2008). O bairro nobre como palco de festas populares torna-se híbrido como significado de apropriação de um espaço vivido momentaneamente por vários cruzamentos de poder: "Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir." (CERTEAU, p. 174)

O espaço urbano "higienizado" e hierárquico transforma-se em um quadro onde "atores e cenários tendem a ser identificados como culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores" (ARANTES, 2000, p. 105-106). Nesses dias, manter a característica de espaço disciplinado e de luxo é quase impossível. Também não deixa de ser um espaço altamente vigiado por policiais, os quais observam a "pipoca" – palavra com conotação pejorativa para estigmatizar os foliões sem abadás – em suas coreografias. E, como em qualquer festa pública, existem os conflitos e brigas por espaço, roubos, etc., porém, contornáveis pelos guardas da ordem. No entanto, no mesmo espaço, a rigidez da paisagem de poder dá abertura para um entretenimento compartilhado, uma vez que tanto fora dos blocos quanto dentro existe uma indistinção clara das camadas de poder, pois um indivíduo com um rendimento baixo pode comprar um abadá e outro, com poder aquisitivo alto, pode escolher fazer parte da "pipoca". Além disso, a brincadeira pressupõe os novos processos de identificação efêmera e consumível dos espaços urbanos.

1ª Foto: Márcio Dantas/ASN. http://www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=5391. 2ª Foto: Reinaldo Gasparoni/SSP. http://www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=5349. 3ª Foto da autora (2007).

Mesmo resguardando as devidas estratificações, a festa consegue compor uma vinculação dos jovens, com suas preferências de estilo de roupa, por exemplo. Naquele espaço, as diferenças ficam encobertas pelo mesmo objetivo: brincar. Estamos considerando a motivação de uma maioria. A "pipoca" e os "oficiais" são os dois marcos da festa.

A desfiguração da festa que se diz carnavalesca colabora para entendermos como, no Brasil, a não suspensão da segregação dos espaços torna-se uma atração a mais para a festa. Isto porque olhar os blocos passarem motiva muitos à saída de suas residências nos dias de prévia do carnaval. E, acrescentamos, ainda, a "pipoca" tem sua "tática": "um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível." (CERTEAU, 2007, p. 46) As "táticas" são as ações com a intenção de demarcar seus trajetos e mesmo de ser alvo dos olhares curiosos a partir de suas fantasias inesperadas, trejeitos, etc. Além disso, os blocos, para fazerem sucesso, dependem da quantidade de "pipoca" que os segue; logo, para os cantores do trio, é fundamental tentar, no mínimo, estimular os acompanhantes à sua margem.

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_q_kusSCwGu0/s400/precaju1.jpg

Os agentes externos ao círculo encontraram uma forma de aparecimento na festa, pois "nesses estratagemas de combatentes existe uma arte de golpes, dos lances, um prazer em alterar as

regras do espaço opressor.” (idem, p.79) Nesse sentido, o desajustado na estética fundamental de demonstração de consumo (abadá), ganha contornos de definição do sucesso ou fracasso do bloco. E, são inúmeros os trios elétricos que concorrem pela melhor “pipoca”, uma vez que trazem cantores de renome nacional: Ivete Sangalo, Cláudia Leite, etc.

Nada mais específico também para ilustrar a dinâmica de uma política de signos culturais (FEATHERSTONE, 1995) do que a ornamentação do Bairro para as festas natalinas. O Bairro foi escolhido para ser o lugar de onde os indivíduos visualizam uma árvore de Natal, colocada, na Coroa do Meio, pela empresa fornecedora de energia elétrica[69], com o objetivo de marcar a abertura dos festejos de final de ano em Aracaju. Com o conceito de “destradicionalização” de Fortuna (2001), podemos entender que o Bairro Treze de Julho mediante as intenções de publicidade da ENERGISA, possibilita a invenção de uma festa de vivência tradicional, pois a empresa privada e os órgãos públicos constroem uma imagem de celebração familiar para os festejos natalinos nesse espaço, incentivando os vínculos de solidariedade entre os grupos. No contexto, fica enfatizado que a festa tenta ser um símbolo de confraternização da cidade; o espaço do Calçadão fica pequeno para a quantidade de crianças e adultos juntos para assistir, no melhor local possível, o momento especial do brilho das luzes.

Foto de Márcio Dantas. http://www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=4897

A empresa esclarece que o custo da árvore é o presente dela para Aracaju. Todavia, o objetivo principal é fazer uma propaganda da empresa privada com o apoio que o poder público lhe concede para destacar a cidade como atrativo turístico das festas natalinas. É uma situação nítida de consumo cultural do Bairro, apesar de ser uma comemoração, ainda, com reduzida visibilidade nacional. Segundo Fortuna (2001), podemos entender a “destradicionalização” como um paradoxo da sociedade contemporânea, a qual “é uma cultura da instantaneidade e da busca de gratificação imediata, a reinvenção do passado

[69] ENERGIPE (Empresa de Energia de Sergipe).

colectivo e individual é um acto de busca de raízes identitárias e de consolidação do lugar dos sujeitos no mundo.” (2001, p. 250) O Bairro Treze de Julho, ao comemorar o início dos festejos natalinos com uma coletividade, dá significado à idéia de união entre os agentes que se encontram presentes. Assim, temos uma operacionalidade entre mercado e cultura, configurando uma forma de obter ganhos com o esquema publicitário para torná-la uma das referências das comemorações natalinas do Brasil.

A árvore está na 20ª edição, pois antes de vir para o local atual era instalada na rotatória do *Shopping* Riomar, perto do Rio Poxim[70]. Cabe ressaltar que, ao passar para a Coroa do Meio, em 1999, ganhou o destaque de ser o maior símbolo de Natal para a cidade, colocando a Treze como o melhor local para apreciar o espetáculo e, a partir de 2000, começa a tentativa de a empresa colocá-la no livro dos recordes como a maior árvore do mundo – conseguiu oficializar, em 2007, a altura de 110,11m. A idéia do *Guinness Book* produz uma imagem da *city marketing* para Aracaju a partir do Bairro: “que o que está em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-marking*.” (ARANTES, 2000, p. 17). As notícias da maior árvore do mundo se espalharam pelos canais publicitários:

> Este ano o recorde de maior árvore de Natal do mundo poderá ser batido pela Árvore da Energipe, que será acessa logo mais às 20h. A estrutura montada na Coroa do Meio às margens do Rio Sergipe terá 110 metros de altura, o equivalente a um prédio de 40 andares, o que a coloca em posição privilegiada na disputa do Guinness Book pelo título[71].

O governador de Sergipe Marcelo Déda deu as boas-vindas do Natal na Treze com a seguinte frase: "Não há Natal na capital sergipana se não houver, ao lado do amor e da fraternidade, o brilho da árvore da Energipe. A empresa brinda os aracajuanos com esse presente, que se transformou em uma referência nacional[72]". Nesse ano, a empresa também estava comemorando os 10 anos de privatização e a árvore teve o significado de provar que a empresa privada gerencia com eficiência um serviço que era público. E a presença do Estado no evento tem a intenção de comprovar a imagem de empresa capacitada para gerir um recurso de distribuição coletiva.

---

[70] SILVA, Célia. Árvore deixa 13 de Julho mais iluminada. *Jornal da Cidade*. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia_arquivo.php?id=81052. Acesso em: 09 de maio de 2007.

[71]SOUSA, Carla. Árvore da Energipe terá 110 m de altura. Disponível em: http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=68266&titulo=Noticias. Acesso em: 06 de junho de 2007.

[72]Marcelo Déda participa de acendimento da árvore da Energipe. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=4897. Acesso em: 09 de maio de 2007.

Ainda para justificar a empreitada a empresa afirma que "é a contribuição da Energipe para os sergipanos e para projetar o Estado no cenário nacional e mundial[73]". Nesse ano, a árvore ficou reluzente até o término do Pré-Caju, somando mais uma atração para os turistas que participam da prévia. A proposta de ampliar os dias de iluminação da árvore colabora no objetivo da empresa em colocá-la no livro dos recordes, pois consegue um número maior de indivíduos que aderem ao estímulo do reconhecimento oficial.

Pudemos, portanto, enumerar algumas singularidades do Bairro-festa, da qualidade de vida aracajuana a partir do bem-estar proporcionado pelo Calçadão, das galerias de luxo, etc. e, o mais importante, pelo fato de cada componente acelerar o desenvolvimento de uma centralidade espacial. Essas particularidades agregam valores ao Bairro, colocando o mesmo como o metro quadrado mais caro da cidade[74], conforme os discursos que movimentam o mercado de bens e serviços do Bairro:

> O passado e os lugares das nossas cidades tornaram-se mercadorias e a exaltação do seu consumo dificilmente nos permite distingui-los de uma feira. [...] Não podemos sequer antecipar o futuro como pretendiam os camponeses alemães que buscavam a sua libertação nos "ares da cidade". Podemos quanto muito ter que nos resignar a viver neste presente, revestindo-o sempre, e de modo persistente, do "máximo encanto". (FORTUNA, 1997, s/p)

Portanto, mesmo a cidade-consumo tem suas deambulações marcadas pela distração, a qual não significa que esteja "morta" de sentido. Cada percurso de um não-morador do Bairro e, portanto, um "estranho" no *lócus* de riqueza da Treze de Julho pode ser considerado uma ação que tenta sobressair do contexto hierárquico e tomar como realidade comum uma andança prazerosa no Calçadão, sem o olhar sufocado advindo dos símbolos e das conexões de poder do outro lado da rua. Assim, elaboramos nossas trajetórias, tentando entrar em relação com a cidade, a qual demanda sociabilidades, uma vez que é a âncora dos espaços sociais desde os tempos imemoriais.

---

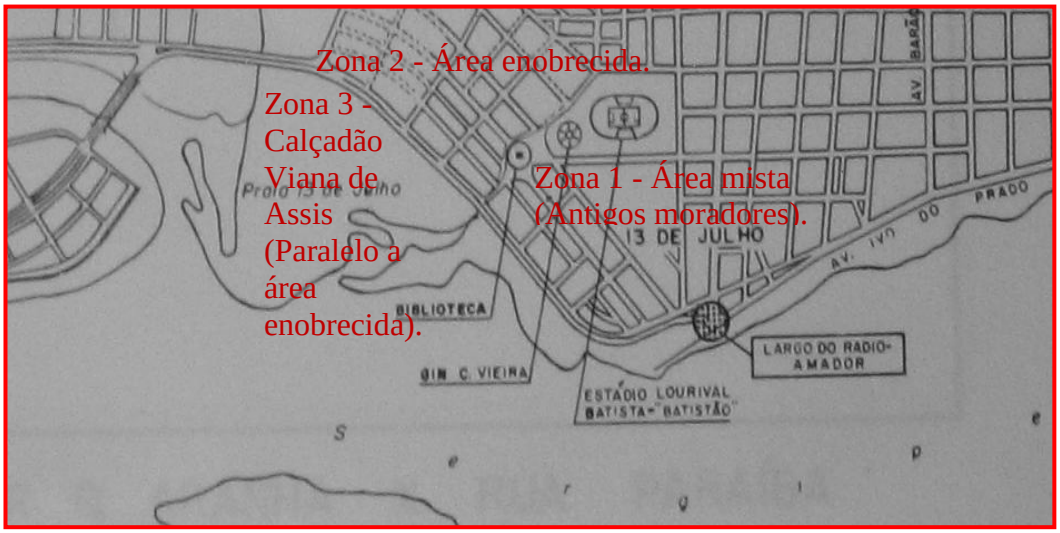
[73] Segundo o Assessor de Comunicação da Energipe, Augusto Aranha, na reportagem de SILVA, Célia. *Loc cit.*

[74] FERNANDES, Laudicéia. Pichações prejudicam mercado imobiliário. *Cinform*. Ano XXII, edição 1110, 19 a 25 de julho de 2004.

3 - O Bairro Treze de Julho e suas Espacialidades

Em um olhar amplo podemos observar a Treze subdivididas em três regiões. Por exemplo, vindo do centro pela Ivo do Prado encontramos a Av. Augusto de Maynard, e depois dela adentramos o Bairro Treze de Julho, se destacando por uma quantidade de ruas que denotam particularidades mediante alguns logradouros e estilo de residências, as quais também colaboram para tipos de experiências diversificadas. Em pouquíssimas deambulações, podemos observar no Bairro uma imagem tradicional de vizinhança e outra moderna, registrada pelos contornos impessoais de relacionamento. Uma dicotomia estreita que precisa ser conceituada, por isso, iremos tomar de empréstimo de Giddens (1995) o seguinte entendimento: a modernidade reivindica outra dinâmica tempo-espaço. Se vivêssemos uma vida baseada numa continuidade – o passado como referência fundamental do presente –, as ações estariam vinculadas a uma tentativa de permanência das formas de conduta. Porém, hoje, as ações são mediadas por instituições, em constante mudança, a partir do qual as vivências são também interdependentes do antes e do depois, e ao mesmo tempo ultrapassam uma relação de proximidade com os contornos tradicionais. Isso não significa a inexistência de costumes antigos emaranhados nos comportamentos, mas a predominância observada de um ou outro tipo nas dinâmicas de relacionamento dos moradores da Treze. Mas, inegavelmente, recebemos influências dos acontecimentos globais como também os estilos vinculam uma idéia de não enraizamento, no sentido de poder estar em qualquer lugar. Com esse longo parêntese queremos dizer que, encontramos no Bairro, as influências recíprocas de um passado comum. Os antigos moradores vivenciam uma espécie de conhecimento da história de vida de cada um, proporcionado por longas conversas. E, têm orgulho de conhecer o seu vizinho e conservar um contato quase parental – percebi essa característica nas entrevistas e depoimentos dos residentes que possuem de 30 a 50 anos de moradia no Bairro. Essa relação estreita contrasta com as dos novos moradores que sentem necessidade de uma espécie de anonimato, ou melhor, buscam escolher suas afinidades por um estilo de vida parecido e não apenas por ser um vizinho – são vínculos formatados por preferências iguais e na maioria das vezes conectados a uma relação que extrapola a uma idéia de uma moradia próxima. Além disso, a moradia dos antigos residentes são unifamiliares e a dos novos são moradias plurifamiliares (condomínios), as quais também influenciam nas condutas, pois o distanciamento pessoal do vizinho, em apartamentos, pode significar certo medo da intromissão do outro tão próximo. E a própria verticalização está associada a uma funcionalidade, induzida por uma noção de morar com menos tarefas domésticas.

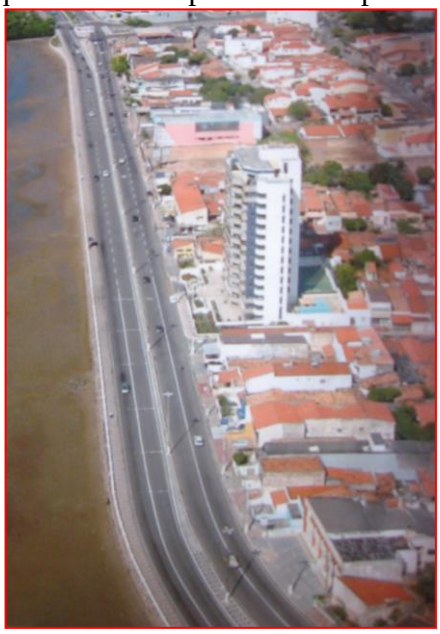
Por isso, ao deambularmos pelo Bairro, iremos tentar descrever essas apreensões para melhor evidenciarmos a configuração espacial do Bairro. E, para não embaralhar as possíveis reflexões posteriores iremos elaborar uma divisão do espaço físico da Treze, tendo como referencial a vivência dos moradores. Assim, chamaremos de zona 1 o espaço compreendido entre o Clube Cotinguiba e a Av. Anísio Azevedo; zona 2 do prédio Mansão Otávio Penalva até o cruzamento para a Coroa do Meio – excedemos a linha imaginária do mapa oficial que seria até a Av. Francisco Porto; e, zona 3 o Calçadão Viana de Assis.



Fonte: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT. Estudos de Transportes Urbanos de Aracaju. Brasília, 1980.

As divisões não fixam os tipos de sociabilidades em cada uma delas. As ruas de um Bairro têm suas regularidades como também suas rupturas. E, tanto na zona enobrecida encontramos uma sobrevida "vernacular" (ZUKIN, 2000) como na zona composta por moradores antigos vemos o início de uma verticalização, a qual tende em um futuro próximo, talvez, a ficar sem os contrastes perceptíveis hoje. Nesse sentido, as demarcações, apenas, demonstram a predominância das mesmas, colaborados pela própria diferença da conformação física. 1- predominância de residências unifamiliares; 2 – predominância de residências plurifamiliares e galerias; 3 - espaço de lazeres.

Podemos perceber que do Iate Clube até o início do Calçadão a quantidade de prédios é incipiente.



Fonte: Nordeste Econômico. Edição Especial, nº11. Ano 2. Novembro de 2008.

Concentração dos prédios e parte do Calçadão Viana de Assis.

Casas deterioradas na zona 1.

A elegância das galerias na zona 2.

Os antigos moradores deixam evidente um ressentimento com os novos moradores. Por exemplo, é comum associar a poluição aos prédios. Para eles, a Praia foi Formosa até o a década de 80, depois dessa data só restam as boas lembranças. Dessa forma, os quase "arranha-céus" denotam a transformação do seu lugar em um espaço urbano segmentado. Ficam os restos de histórias, possibilitando também uma forma de pertencimento para aqueles que ali, ainda, vivem de suas memórias. Em uma entrevista a Srª Édila Maria de Araújo deixa entrever essa resignação:

> Agente pescava massunin, pescava siri, pescava com meu tio – ele já faleceu, a Treze de Julho era muito boa, mas com os apartamentos foi caindo. O carnaval era no Iate, no Cotinguiba, mas agente brincava no Cotinguiba. Agora, na Treze, só encontramos rico, os pobrezinhos já foram

> embora, agora é o bairro de rico. A Treze era bem melhor do que agora. Só pesca hoje quem precisa mesmo. O calçadão melhorou, as crianças têm onde brincar agora, mas era melhor. Agora não está bom. Matamos a nossa fome aí, mas com a poluição não dá mais. Tudo adquiria da praia. Minha mãe me colocava em cima da mesa para não ser mordida por caranguejos, quando era criança. Até 82 eu tomei banho aí. Os barcos chegavam com peixes, a areia era branquinha, a água limpinha. Depois da construção dos prédios a praia acabou. Eu não me sinto bem mais aqui. A vizinhança mudou, não temos mais contato com os vizinhos, aqui em frente tem um prédio[75]. Por mim meu pai pode vender essa casa. Acabou a Treze de Julho.

Essas diferenças entre novos e antigos moradores de um Bairro foi estudo de uma conhecida pesquisa de Norbert Elias e John Scotson (2000). Contudo, em Winston Parva os antigos moradores tinham um *status* de superioridade em ralação aos recém-chegados e, "logram induzir até mesmo os outsiders a aceitarem uma imagem de si modelada pela "minoria dos piores", bem como uma imagem dos estabelecidos modelada pela "minoria dos melhores" (p. 175). E, guardando as devidas proporções, por uma questão de arrefecimento dos preconceitos, temos uma indignação dos antigos moradores, não menos marcada pela situação de inferioridade, pois vêm seu vizinho indo embora e sabem que o próximo pode ser qualquer um deles – os principais motivos são o alto custo do Bairro e a valorização dos terrenos.

Em outro estudo sobre a relação entre os primeiros e os atuais moradores, em condomínios horizontais, Andrade (2006) observa que a idéia inicial de viver distante do burburinho da cidade estava associada a um princípio de qualidade de vida próxima a natureza. Mas, em um segundo momento, as pessoas começaram a procurar esses condomínios para exibir um tipo de vida diferente, por isso, "uma percepção comum é a de

---

[75]A casa fica na zona 1, mas está isolada da vizinhança antiga. Ela fica atrás do prédio Alda Teixeira. Mesmo a região 1 tem uma parte com casas reformadas e dois prédios da década atual. O Fernando Sampaio e o Alda Teixeira quase vazio, talvez, a procura seja menor na área que não engloba o Calçadão. Mas, segundo o Jornal do Dia o governador já comentou sobre uma melhoria daquela área, principalmente nos prédios públicos. E, já está em fase de elaboração o projeto de reforma do complexo do Batistão e da Biblioteca Epifânio Dórea. Déda anuncia novos investimentos. *Jornal do Dia*. 20 de dezembro de 2008. http://www.jornaldodiase.com.br/viz_conteudo.asp?codigo=201220082205918526. Acesso em 30 de dezembro de 2008. Ainda, segundo outra reportagem sobre o Batistão "a emenda tem o valor de R$ 19 milhões para reforma e ampliação do Estádio Lourival Batista e pode transformar o mesmo num dos estádios mais modernos do NE". Batistão: 19 milhões para reforma e ampliação. 10 de novembro de 2008. http://www.infonet.com.br/claudionunes/ler.asp?id=79716&titulo=claudionunes. Acesso em 10 de dezembro de 2008. Temos também o seguinte depoimento do governador Marcelo Déda, "- **O projeto envolve a requalificação de todo o entorno do Batistão**. Toda a quadra onde estão implantados a Biblioteca Epifânio Dórea, o Laboratório Central de Saúde Pública "Parreiras Horta" e o Parque Aquático, vai sofrer uma intervenção urbanística extraordinariamente elaborada. Essa estrutura envolve, além do esporte, cultura e turismo. O Projeto é transformar isso aqui no Centro Cultural Esportivo Cidade de Aracaju", relatou o governador. Grifo meu. Coluna Yara Belchior. Batistão. 14 de fevereiro de 2009. http://www.infonet.com.br/yarabelchior/ler.asp?id=82710&titulo=Yara_Belchior. Acesso em 16 de fevereiro de 2009. Cabe ressaltar que são áreas que tem um considerável número de mendigos e meninos de rua. Às vezes, eles fazem a Biblioteca de residência.

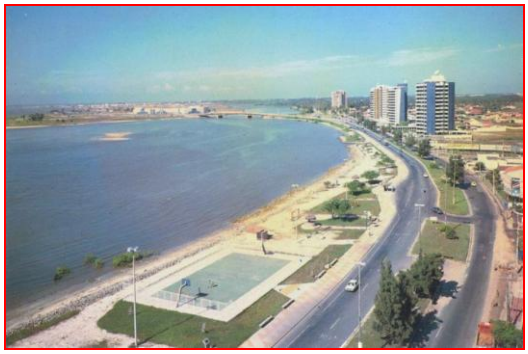
que os novos diferem deles e que passarão a dominar o lugar com seu estilo de vida mais ostentatório, individualista e temeroso" (p. 326). Os "novos ricos" estão naquele espaço muito mais como uma espécie de vitrine do poder. De forma similar, a reclamação da moradora acima indica a frustração do sentimento de diferença. É quase uma forma de dizer: "eu não pertenço mais a esse lugar". As pessoas estão aqui porque o Bairro se tornou uma centralidade para a elite, e trazem consigo outra forma de conduta. O lugar não transmite mais conforto, e a estranheza é potencializada a todo instante, pois ao sair para a rua, o indivíduo não encontra as referências de seus costumes, os quais iam além da formalidade de um simples "bom dia" ou "como vai" apressado. Talvez, independente do processo de *gentrification*, tivéssemos uma mudança de relacionamento na vizinhança, contudo, a conjugação dos fatores adveio da coincidência de acontecerem no mesmo período:

> A importância de que se reveste, para a independência do indivíduo, a atitude de reserva e indiferença do indivíduo, bem como as condições mentais da vida dos grandes aglomerados, só é realmente apreciada nas densas multidões das metrópoles, em que o limitado espaço de movimento e a proximidade física dos indivíduos justificam de imediato o seu distanciamento mental. (SIMMEL, 1997, p. 38).

Vemos que os moradores antigos também não fazem uma relação direta sobre a mudança brusca do Bairro a partir da construção do Calçadão e a subseqüente "revitalização", pois consideram que o mesmo foi importante como espaço de lazer. Nas andanças pela Treze ficou mais nítida a hipótese de que o processo de *gentrification* foi sustentado inicialmente pelo Calçadão Viana de Assis. A construção dos prédios luxuosos foi um processo posterior ao Calçadão. Nesse sentido, podemos afirmar que, em Aracaju, temos um processo de *gentrification* que seguiu as características globais do fenômeno como, por exemplo, a troca de moradores, produzindo uma "curetagem social" (CERTEAU, 1996) quase completa. O quase está relacionado à zona 3, pois rompe com o fechamento do Bairro. Ao mesmo tempo em que foi o chamariz do enobrecimento, ele possibilita as sociabilidades públicas e transformou o espaço do *cooper* um ícone para a cidade como um todo. E, temos também naquele espaço, os eventos coletivos: caminhada pela paz (2008), concentração da passeata em comemoração pelo dia do diabetes (2008), manifestação com lazer em combate ao câncer da mama (2008), etc.

Caminhada pela Paz

Fonte:http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=661402. Década de 2000.



Fonte: Infonet. Fotos Antigas. Cidade http://www.infonet.com.br/cidade/ler2.asp?id=79702&titulo=cidade. Década de 90.

Outro ponto fundamental do processo de enobrecimento da Treze foi o desenvolvimento elitista de moradia, a partir da venda da memória da Praia. Assim, morar na Treze significaria está no litoral – pois, era naquele espaço que existiam as casas de veraneio praianas[76]. Talvez, no início as propagandas imobiliárias tivessem razão em considerá-la uma praia, antes da segunda intervenção pública de melhoria do Calçadão. Uma vez que, a "revitalização" do mesmo já estava associada a uma forma de esconder os dejetos jogados diretamente no rio, somado ao anseio de dinamizar a área para uma nova clientela a procura do *status*. E, ainda, hoje, as estratégias políticas de espacialização segregada, advinda dos recursos públicos de infra-estrutura e privados dos investimentos imobiliários, conseguem sedimentar um simulacro de Praia para um mangue mutante originado da poluição urbana. Nesse sentido, a Treze destoa dos principais processos de *gentrification* do Brasil, uma vez que, em Aracaju, especificamente na Treze, houve um enobrecimento residencial:

> (...) além do próprio Bairro do Recife, alguns processos de enobrecimento no Brasil que não tiveram essa dimensão residencial: Estação das Docas (Belém, Pará), Pelourinho (Salvador, Bahia), Praia de Iracema (Fortaleza, Ceará) Mercado Central (Aracaju, Sergipe), Centro Histórico de João Pessoa (Paraíba), Praça IV e entorno (Rio de Janeiro), região da Luz (São Paulo). (LEITE, 2007, p. 367-368)

Essas percepções foram possíveis de serem avaliadas a partir do encadeamento das espacializações dos usuários e moradores. Nesse sentido, o Bairro tem um recorte em que demonstra as transformações advindas de um enobrecimento, identificados principalmente nos agentes "que permanecem vinculados ao lugar, a despeito das forças de mercado" (ZUKIN, 2000, p. 100). Na Treze, atualmente vemos de tudo, desde a propaganda da

[76] Diferente de outras capitais, só no início da década 2000 temos a expansão de moradias pelas praias (Aruana e Sarney), e não apenas como domicílio de verão.

qualidade de vida da cidade de Aracaju[77], projetada por um panorama da prefeitura até os visíveis excluídos da mesma. E, o Calçadão é um palco privilegiado de observação desse palimpsesto lugar, no qual a existência de seus contrates nos fazem retornar aos aspectos menos apreciados de uma cidade qualquer. Mas, ali eles ganham outro sentido, perturbam um cenário que se quer estável. Ruas sem mendigos para não ofuscar a visibilidade da confortável riqueza ou simplesmente, para outros, não retirar a aparência de limpeza do espaço, seria a cena desejável dos territórios enobrecidos. Contudo, a cidade contemporânea, em espaços enobrecidos ou não, tem seus "trapeiros" andantes à procura do lixo reciclável, os quais teimam em não perceber que como indivíduos já foram descartados. E, na Treze não seria diferente, temos constantemente nos deparados com eles e vistos como a marca de uma exclusão dissimulada. Uma vez que, para alguns grupos eles são os cidadãos heróis, dando exemplo de força e trabalho honesto.

Foto da autora, 2008.

E, somado a isso temos as galerias para o consumo de uma elite e os prédios com os adornos de luxo, transformando a treze em uma espacialização híbrida. Pois, ao mesmo tempo em que podemos nos localizar em suas ruas mais simples, temos também nos trajetos de uma galeria a outra uma sensação de "disjunção do hiperespaço" (JAMESON, 2006), ou seja, aquele espaço poderia está em qualquer parte do mundo, sem produzir aparentemente uma referência para a construção de lugares: "Eu brincava dizendo que ia montar uma galeria para vender aos caranguejos, porque praticamente não havia nada aqui. Nem a rua era asfaltada. Mas deu certo e hoje é um centro e tanto. (...) Isso aqui é a Oscar Freire de Aracaju." [78]. A Av. Beira Mar tem suas peculiaridades pós-modernas, no sentido de ser um espaço cuja adesão a uma cultura de consumo, fez do próprio ato de residir uma extensão da comodidade do comprar. Mas, não deixa de ser também um lugar entrecruzado por manifestações populares mediante o uso principalmente do Calçadão. Lados opostos que se complementam numa contemporaneidade que tem aversão a rotinas pré-estabelecidas. Talvez, esse vai e vem de trajetos confusos, para um olhar atento, possibilitaram fazer dele uma centralidade. Uma vez

[77] Aracaju é a capital com a melhor qualidade de vida. Jornal da Cidade. Caderno B/Cidades. Ano XXXVII, nº 10716, Aracaju, 06 e 07de abril de 2008.
[78] Bairro 13 de Julho: uma preciosidade aracajuana. *Cinform Especial*. 13 de Julho: Um Shopping a Céu Aberto. Edição 1370, jul, 2009. Depoimento de Arlene Sobral de Melo, proprietária da primeira das galerias da treze de Julho.

que um espaço elitizado se abre para a cidade, como espaço de visibilidade pública. A dimensão política da utilização do espaço urbano está relacionada com as significações conflitivas dos agentes urbanos (LEITE, 2007), e, aparentemente, o Calçadão está entremeado de um possível lazer que ultrapassa um simples divertimento.

Além disso, andar não é somente um movimento mecânico, logo, os itinerários delineados pelos indivíduos são robustos de suas pretensões de isolamento ou visibilidade. Posso levar o corpo acrescido de um "corpo sem órgão[79]" (DEULEUZE & GUATARI, 1997), constituinte da singularidade e das expressões reconhecidas que agrego ou não ao meu ser andante. Caminhar no Calçadão da Treze, como é denominado, tem suas vantagens para a experiência da diferença: "Trata-se, neste aspecto, de dizer que tudo o que é pessoal é político – e andar transporta – literal e alegoricamente – as dimensões pessoais e íntimas para a esfera pública" (LOPES, 2007, p. 135). Por isso, as identidades descentradas, nômades, líquidas, (HALL, 1994; MAFFESOLI, 1997; BAUMAN, 2001) tomam como palco primordial as ruas, as quais exibem suas preferências passageiras, mas não menos associadas a uma dimensão de exclusividade e seleção. Independente de uma visão pessimista ou otimista, a pluralidade se exacerba nos contornos da cidade, e muito mais em espaços referenciais. E, se por isso as ruas estão meio vazias em relação a uma homogeneidade de sentidos, não significa menos vivência nos espaços urbanos. Afinal, estamos nos acostumando a estilos imbricados de expressões locais e globais. Dessa forma, o Calçadão à noite torna-se um espaço de evasão para as diversas formas de estilos – em qualquer dia da semana, mas o ápice é a segunda-feira. Assim, os jogos de ações ficam embaralhados numa torrente de possibilidades inimagináveis, e: "Quanto mais a cidade desenvolve as possibilidades de encontros, mais os indivíduos se sentem sós; quanto mais as relações se tornam livres, emancipadas das antigas restrições, mais raro se torna a possibilidade de conhecer uma relação intensa." (LIPOVETSKY, 2005, p. 57). Preferimos acrescentar também que os esquemas coloridos de experimentar os espaços produzem um alargamento para o re-encantamento da vida urbana, ou seja, dá um sentido para sairmos para fora dos casulos. Isso demonstra que temos as ruas como uma possibilidade de vermos e sermos vistos.

Agora, fazendo um contraponto ao antigo adágio alemão, perguntaríamos a rua ou a cidade liberta? Algumas ações são circunscritas a uma rua, e são essas atitudes que dão vida ao conceito mais geral de cidade. Logo, a cidade é repartida por esses nós fronteiriços mediante a vontade e necessidade cotidiana dos agentes, uma vez que "o sistema das relações

[79] "Corpo sem órgãos, em vez de organismo e de organização. **Nele a percepção é feita de sintomas e avaliações mais do que de medidas e propriedades.**" (DELEUZE & GUATARI, 1997, p. 163) Grifo meu.

humanas induz uma prática seletiva do espaço urbano (...)" (MAYOL, 1996, p. 83). Estamos dizendo que o movimento das ruas, escolhidas para a prática de uma atividade qualquer, está relacionada com a procura de algo para o indivíduo. E, a partir dos trajetos os transeuntes fornecem um fragmento de motivação de estar ali e não acolá: "uma multidão infinda, em que ninguém é bem nítido e claro para o outro e ninguém é completamente indevassável para o outro." (BENJAMIN, 1991, p. 77). São essas liminaridades que se projetam do espaço urbano enobrecido da Treze de Julho. Em deambulações, percebemos que as zonas 1 (existência de um espaço vernacular) e a 2 (enobrecida) não possuem uma relação antagônica com a região 3 (Calçadão), ao contrário, a divisão das duas anteriores sabe que no mesmo são incontáveis os fragmentos. Portanto, os *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000) não se sentem rejeitados naquele espaço, pois ele é tomado constantemente por qualquer usuário não-selecionado.

Foto da autora (2008).

Quando olhamos do mirante do Calçadão e temos do lado direito os prédios e do lado esquerdo um emaranhado de árvores, ficamos meio atordoados em qual paisagem escolher, parecendo que uma já faz parte da outra. Mas, ao fixarmos o olhar para dentro dos arbustos, temos a impressão de que algo está errado, pois além do mau cheiro temos uma visão da falta mínima de saneamento do Bairro – um esgoto a céu aberto como em qualquer bairro de população pobre. E, a venda da imagem distorcida do mangue – que não tem caranguejo, mas ratazanas passeando por entre seus galhos – poderia até ser um comparativo com o outro lado da vida social permeada por injustiças e miséria. Assim, dá a impressão de um "hiperespaço" pós-moderno observar do calçadão os inúmeros prédios de arquitetura ostensiva, indicando, naquele espaço, a preferência por unidades plurifamiliares, e, como ressaltou Frederic Jameson[80], "o conceito de moradia unifamiliar pode também ser o menos característicos dos projetos pós-modernos: a grandiosidade dos palácios ou das vilas por certo é cada vez menos apropriada para uma era que começou com a "morte do sujeito"." (p. 129). Nesse ponto, só queremos destacar o "descentramento" do sujeito, o qual está associado à desconexão do sentido de lugar, em um espaço que podia está em qualquer parte do mundo, sem deixar de expressar suas características singulares, na modernidade de capitalismo tardio. E,

[80] Apesar dos edifícios serem os grandes representantes da arquitetura pós-moderna, o autor também analisa a casa do arquiteto Frank Gehy em Santa Mônica, Califórnia, como modelo de uma residência pós-moderna, fazendo o mesmo a comparar o invólucro da casa como reflexo das injustiças do Terceiro Mundo.

independente da Treze de Julho está inserida numa urbe pequena ou de fazer parte de uma cidade global, percebemos os desequilíbrios da nova estruturação urbana, a qual tem a necessidade de fazê-la seu solo rentável atrelado a uma espécie de vitrine para os que podem pagar: "O crescimento de uma população de alta renda, no que se refere à mão-de-obra residente nas cidades e em suas elegantes periferias, contribui para mudanças da organização da produção e do consumo de bens e serviços." (SASSEN, 1998, p. 147). Segundo Sassen (1998), o consumo de objetos de luxo acompanha uma remodelação das desigualdades sociais no espaço urbano, uma vez que são produzidos em residências e, na maioria das vezes, com um baixo custo, e comercializados em áreas valorizadas, permitindo um superfaturamento. Por exemplo, nas ruas internas da Av. Beira Mar, na zona 2, submersas de lojinhas requintadas, temos a nítida impressão do jogo mercadológico de indução ao consumo. Ali, ao olhar o excesso de informação das lojas, somos carregados de símbolos que nos absorve sem nos dá um direcionamento, a não ser o apelo de comprar. Ao deambular por essas ruas vemos os rostos de indivíduos felizes com suas sacolas estilizadas. E, a Treze já sedimentou a imagem de que suas galerias fazem parte de um contexto de ricos em busca do prazer de comprar, somando a essa característica o seu entorno de prédios com moradores seletos. Nesse caso, somos mediados pelos signos que compramos e usamos, os quais são as novas formas de distinção, permitindo momentaneamente uma identificação – as preferências são elaboradas para serem efêmeras (LIPOVETSKY, 2005). Logo, o recurso antes utilizado para nos situarmos no espaço-tempo foi corroído pelo constante apelo de construir uma particularidade, ocasionando uma sensação de desespero individualizado:

> Como indivíduo estamos o tempo todo dentro e fora dessas dimensões sobrepostas, algo que torna extremamente problemático o nosso anterior posicionamento existencial no Ser – o corpo humano na paisagem natural, o indivíduo na velha comunidade orgânica ou nos vilarejos, e mesmo o cidadão na Nação-Estado. (JAMESON, 2006p. 146-147).

Logo, para as antigas referências, restam os clubes seletos de consumo. Uma espécie de troca universal entre os privilegiados que se reconhecem nos ícones de poder. Não iremos afirmar que nesse quadro não existam rupturas. E também reconhecer uma dimensão múltipla, a qual transcende os aspectos econômicos: "Mudando o seu figurino, ela vai, de acordo como seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*." (MAFFESOLI, 1998, p. 108). Todas essas diagramações são visíveis nos espaços urbanos contemporâneos.

3.1- O Bairro-Observante: trajetos com ramificações duráveis e transitórias

As práticas singulares no espaço urbano indicam as escolhas de trajetórias, quase imperceptíveis dos "praticantes ordinários" (CERTEAU, 1997). E, cabe ressaltar que todos os pontos possuem sua visibilidade a partir dos usos ancorados por eles. Assim, a rua, os clubes, o calçadão, etc., tornam-se lugares para percebemos como eles dão vida ao Bairro. A existência de um cruzamento entre o passado e o presente se faz necessário porque a arquitetura deixa as memórias ressurgiram, mesmo que seja como interrogação para os que não acompanharam a transformação dos usos: "Este é um traço incontestável do nosso presente e da nossa cidade. Nenhum deles admite qualquer princípio orientador predeterminado por serem ambos constituídos por imagens e estereótipos, tanto do passado como do futuro, tanto do local como do global." (FORTUNA, 1997, p. 129). Por isso, ao deambularmos pelas suas ruas, não podíamos deixar de registrar os espaços físicos que representaram uma época e fazem parte, hoje, das histórias do Bairro. Por exemplo, o Bairro era um ponto de destaque nos carnavais de clube[81]. E, ao seguirmos pela Av. Ivo do Prado em direção a Av. Beira Mar e adentrarmos a Av. Augusto Maynard, temos na esquina da mesma o Clube Cotinguiba, fundado em 1909. Até a década de 60 o clube era elitizado, mas com a concorrência do Iate Clube foi se tornando um clube popular. Ali, foram realizadas inúmeras festas populares, mas o carnaval foi o auge das suas comemorações. Para as pessoas que tiveram a oportunidade de vivenciar os carnavais de clube, ficaram os comentários saudosistas das inesquecíveis histórias regadas com cerveja, suor e alegria. O cotinguiba era um clube de referência para os foliões:

Acervo: Cotinguiba. Porta de entrada, em 1952.

Década de 80. Acervo: Cotinguiba. Baile de Carnaval.

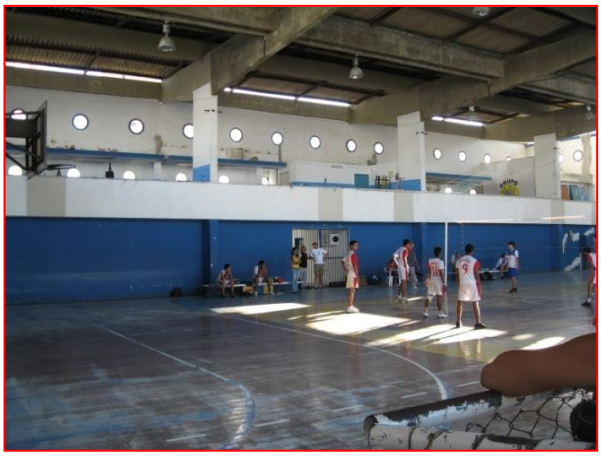
> Ah, os carnavais antigos, os carnavais do Cotinguiba eram animados, era um clube de classe média, era um clube muito animado e teve uma dissidência na diretoria da Associação Atlética; e os sócios da Associação passaram para o Cotinguiba, aí animou mais o clube, então passou a fazer os melhores

[81] Não iremos comentar sobre a trajetória desportiva dos clubes, mas os mesmos tiveram competições memoráveis (o Iate nos esportes aquáticos e o Cotinguiba no futebol).

> carnavais de Aracaju, animadíssimos; um andar era o salão de festas que era de assoalho e embaixo era a garagem das regatas; e nos carnavais era tanta gente, tanta animação que o assoalho balançava, então eles colocavam escoras com medo do assoalho ceder.[82]

Branco com alguns traços azuis e de arquitetura eclética, o clube começou a ser reformado em 2009. Mas, não está fechado, concomitante aos serviços de melhoria, temos competições de escolas, as quais arejam o velho clube. Evaporou o carnaval de clube a partir do fenômeno do *axé music*, em Aracaju. Atualmente, o diretor é Wellington Mangueira, que comenta com tristeza sobre a inexistência dos carnavais de clube:

Fotos da autora (2009)



> Eram os mais lindos, enquanto o pré-caju não veio acabar com os clubes; porque o pré-caju poderia ser feito não as vésperas do carnaval, mas por outros interesses passou a ser feito as vésperas do carnaval e aí, obviamente, a juventude entendeu que aquilo era uma novidade e correu atrás da novidade; e quem não vai atrás do trio elétrico é porque já morreu, como diz aquela velha canção, e os clubes começaram a sofrer; não tiveram condição de se unirem para discutir com o ministério público, com as autoridades políticas que não era o momento legal pra se fazer o pré-caju; e aí acabaram e fizeram esse pré-caju, naquela data com condições fantásticas; o tempo se encarregou de liquidar o Cotinguiba, o Iate, a Atlética e o Vasco, todos que viviam em torno do carnaval.[83]

[82] Depoimento de Murillo Melins. Entrevista concedida a autora. Aracaju, em 10 de agosto de 2008.
[83] Depoimento de Wellington Mangueira. Entrevista concedida a autora. Aracaju, em 07 de agosto de 2008.

Logo após temos, na Av. Beira Mar, a Praça Doutor Inácio Joaquim Barbosa – homenagem ao fundador da cidade –, e nela temos um obelisco em homenagem ao mesmo. Seguindo em direção ao Iate Clube, ergueram uma escultura dos símbolos de Aracaju: arara e cajus, com a inscrição "Ser Feliz Aracaju" em uma parede alta, entre os ícones, com revestimento roxeado. Raramente encontramos alguém sentado na praça, indicando ser um espaço pouco significativo, no sentido de um espaço de sociabilidades públicas, por exemplo. Contudo, o *design* é chamativo para quem vai em direção ao Centro. Interessante notar que a curva possui uma espécie de orientação demarcada para quem vem, principalmente, de outra região, ou seja, é uma espécie de localização: "você estar em Aracaju". Assim, a curva ganha contornos de um reconhecimento quase forçado mediante as cores vivas da escultura, configurando uma arte *kitsch*, a qual tem por finalidade reinventar o mito de cidade relacionada com a natureza. Ressaltamos, ainda, a idealização romântica de Aracaju – terra de frutas e animais – num espaço que foi palco de uma raríssima ação de contestação[84] política de Aracaju, contra o governo do Estado e o poder central. E, além de o monumento escolhido ser

Fonte:http://static.panoramio.com/photos/original/24736049.jpg

Foto da autora (2009).

[84] Em 13 de julho 1924 os Tenentes Augusto Maynard Gomes, João Soarino de Melo e Manuel Messias de Mendonça depuseram o governador Maurício Graccho Cardoso por 21 dias. E fizeram com a colaboração de

indiferente aos principais eventos do Bairro, ele, ainda, está em desacordo com uma das significações da palavra Aracaju, uma vez que o "ara" pode ser referência de "lugar dos cajueiros, tempo dos cajus ou cajueiro dos papagaios." (CABRAL, 1948, p. 22). Portanto, o "ara" está relacionado mais a papagaio do que propriamente arara.

Acervo Iate Clube. 1953.

E, voltando às ruas, ao lado direito da praça – vindo do Centro – temos o Iate Clube de Aracaju, fundado em 1953. Um projeto de arquitetura moderna, arrojado para a época, talvez, tenha significado uma nova etapa para a cidade de Aracaju. Um ícone de modernidade para a metade do século XX, e quase 100 anos de Capital de Sergipe. Logo, podemos considerar, sem equívoco, que o ICAJU foi a construção mais importante para a primeira etapa de urbanização do Bairro. O Iate significou uma transformação da Praia Formosa, pois estava edificando um clube não para seus moradores, mas para iniciar um processo político de segregação residencial, em Aracaju. Podemos afirmar que esse clube foi construído com o intuito de viabilizar uma limpeza dos pobres a beira mar –, principalmente se pensarmos o quanto elevado foi o custo do projeto para a época.

Acervo Iate Clube.

Como o Cotinguiba, o carnaval era motivo de orgulho para os seus sócios. Conflito que tinha como ponto culminante as festas carnavalescas, pois como clubes quase vizinhos, eles se sentiam na obrigação de concorrer na programação para os melhores bailes[85]. Interessante notar que o Iate era conhecido como o clube da elite e o Contiguiba como o clube popular. Ser sócio do Iate da década de 50 até meados de 90 era um luxo para poucos e o Cotinguiba permitia associados de outras camadas sociais.

---

reservistas e voluntários trincheiras na Praia Formosa. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe. Op. cit.*

[85] Tínhamos também o Clube da Atlética, do Sergipe, mas a rivalidade ficava concentrada no Iate e no Contiguiba.

Acervo Iate Clube. Década de 80.

Logo, seus carnavais eram freqüentados pela alta sociedade sergipana. Podemos até dizer que, no passado a elite ficava separada dos pobres pelas paredes do Iate, hoje, se pensarmos no Pré-Caju – festa de prévia carnavalesca aos moldes baianos – ficam separados por cordas nos blocos de trio elétrico, apesar da diversidade, em relação à renda, dos foliões. Abrimos um parêntese para afirmar que, no passado era mais difícil um encontro com o indesejável, mas, não podemos esquecer também dos camarotes *Vips* e das sacadas dos prédios, que se tornam, naquele momento, também uma espécie de divisão social da festa. Hoje, o comodoro Antônio Fernando Franco Sobral, tenta retomar a vida social do clube com festas que relembram os antigos bailes do Clube com *Los Guaranis*, Renato e seus *Blue Caps*, freqüentadas por uma clientela específica[86]. Um dos pontos altos do Clube aconteceu na festa de comemoração dos 55 anos, no dia 30 de agosto de 2008[87], a qual teve cobertura das colunas sociais de vários jornais, dando ênfase aos ilustres presentes.

Vizinho ao Iate entre as suas extremidades têm dois restaurantes, um especializada em comida japonesa e o outro em massas. Ambos frequentados como pontos românticos – não quer dizer que não encontraremos reuniões de jovens para a paquera ou o simples bate-papo. Os dois possuem espaços abertos para a rua, ou seja, se preferir o freqüentador pode observar o movimento da avenida, pois ambos possuem espaços de ambientação externa, cercado apenas com um muro baixo. São espaços de consumo que dão versatilidade ao Bairro, apesar de estarem próximos da zona menos enobrecida. Por exemplo, ao lado contrário dos restaurantes, na Av. Beira Mar, logo após *New Hakata* temos uma quantidade enorme de residências em péssimo estado de conservação, algumas, inclusive, com moradores antigos.

E, antes de seguirmos o percurso, adentramos a Rua Celso Oliva – perpendicular ao Clube – para conversamos com o ex-prefeito de Aracaju Dr. Viana de Assis, morador do

---

[86] *Informiate*. Ano I, nº 3. Dezembro/Janeiro de 2007/2008.

[87] GUIMARÃES, Sacuntala. Noite Glamourosa. *Jornal do Dia*. 03 de setembro de 2008. CORREIA, Suyene. Iate Clube de Aracaju Comemora 55 Anos. *Jornal da Cidade*. 28 de agosto de 2008. FRANCO, Maria. Aniversário do Iate Clube Reúne a sociedade. *Correio de Sergipe*. 07 de setembro de 2008. Ainda Repercute o Sucesso dos 55 anos do Iate Clube. Jornal do Povão. Cidade. 21 de setembro a 10 de outubro de 2008.

Bairro e ex-comodoro do Iate. Além disso, responsável pela primeira construção do Calçadão da Treze, ou seja, pela zona 3, como denominamos aqui. Logo, perguntamos sobre o Calçadão e ele afirmou que, "a construção do Calçadão foi um desafio e também a concretização de um sonho: dá um lugar de lazer aos moradores da Treze de Julho. E tenho orgulho do muro de proteção, o qual impede a invasão das águas[88]". Independente das intenções, o Calçadão possibilitou uma valorização imobiliária da Treze, dando uma configuração paisagística para a área, a qual será amplamente vendida pelas construtoras. Notamos, por exemplo, que os prédios, se concentraram depois da Av. Anízio Azevedo, onde inicia o Calçadão com dois quilômetros de extensão até a ponte da Coroa do Meio. E os dois prédios mais novos que estão antes do Calçadão tiveram dificuldades de venda dos seus apartamentos, inclusive o Alda Teixeira só tem, ainda, pouquíssimos moradores.

Passamos também na Rua Vereador João Calazans, a qual nos leva ao famoso bar do "Galego" (Jaílton Cardoso Veríssimo), que tradicionalmente serve o guaiamu escolhido pelo freguês, e outras comidas regionais. O bar é uma espécie de referência para os moradores e para a cidade, pois a história do bar se confunde com as transformações do Bairro, uma vez que antes de partir para a função de bar, foi uma espécie de estabelecimento comercial com o nome de "Armazém Praiano". Assim, abasteciam de pão e leite os moradores da Praia. Em relação à praia ele comentou: "era uma praia linda, belíssima, mas os esgotos e o mangue acabaram. Era uma praia bastante frequentada, nos dias de domingo era uma festa.[89]"

Na mesma rua, temos o morador mais ilustre da região, no sentido de conhecimento das mudanças da Treze: José Ferreira Lima, com 91 anos e morador da Treze há 56 anos, foi uma espécie de líder para os primeiros moradores, liderando a construção da primeira Igreja do Bairro (São Paulo e São Pedro). E, pelo trabalho realizado foi destaque de uma reportagem[90] exclusiva sobre a sua vida e a sua história de vida no Bairro. E, aproveitamos a sua gentileza para confirmar algumas informações[91]. Por exemplo, que o terreno de Edgar Silveira[92] era realmente o único legalizado e abrangia a Rua Celso Oliva e a Rua Vereador João Calazans, e os outros eram provenientes de invasões. Também lembrou a existência do sítio de Josué Cunha que tinha uma salina e estava situado depois da Av. Anízio Azevedo, e logo depois foi vendido para uma imobiliária. Comentou que as casas, naquela época, eram de

[88] Depoimento do Sr. Viana de Assis. Em entrevista concedida a autora. Aracaju, 16 de dezembro de 2008.
[89] Depoimento do Sr. Jaílson Veríssimo. Em entrevista concedida a autora. Aracaju, 18 de dezembro de 2008.
[90] SANTOS, Osmário. José Ferreira: O Líder da Praia 13 de Julho. Jornal da Cidade. Aracaju, 28 de março de 1993. Caderno B.
[91] Depoimento do Sr. Ferreira de Lima. Em entrevista concedida a autora. Aracaju, 20 de dezembro de 2008.
[92] Dono do primeiro loteamento da Praia Treze de Julho. O processo para a ocupação dos terrenos foi descrito no primeiro capítulo.

palhas. E, afirmou que, infelizmente, a praia já está com 20 anos de poluição e completa com a seguinte constatação: "é muito difícil sanear a Praia, muito trabalho para as autoridades".

Na década de 90 era mais lucrativo pensar numa maquiagem para o início de poluição da Praia do que em um processo de saneamento da área. Principalmente, na revitalização da área em 1998, pois já tínhamos a grande prévia carnavalesca no local, e o "novíssimo" Calçadão garantia a visibilidade do Bairro, possibilitando sedimentar o enobrecimento, na zona 2. O desaparecimento da Praia carrega essa marca da falta de compromisso público do Estado. Talvez, seja lugar comum a observação, mas o impulso público garantiu a renovação imobiliária, originando um *rent gap* (SMITH, 1996) para o local. A troca de moradores foi resultado da definição de um Bairro para novos ricos a procura da comodidade de morar numa centralidade. Na zona 2, intensivamente enobrecida, temos uma procura constante das imobiliárias aos resistentes: "Tanto que já foi gente lá perguntar, lá em casa, na vizinha também, se queria vender pra construir prédio, só que o pessoal lá de casa gosta mais de casa, sabe? Mas a tendência ali, acho que vai ser essa mesmo, nem a vizinha queria nem a gente também; entendeu como é?[93]"

Por isso, é interessante percebermos nas andanças pelo Bairro essas diferenças de tonalidade entre um lugar formatado pelas lembranças antigas (zona 1) e outro a partir da consolidação do embelezamento (zona 2). E, estranhamente quem vive do simulacro de uma praia ou um rio com vegetação são os moradores da zona 2, pois os antigos moradores da zona 1, já sabem que ela não existe mais, e paralelo ao Calçadão tem apenas um escoamento sanitário. A prefeitura[94] tem remediado a fedentina do Bairro com constantes limpezas do Tramandaí, pois para um espaço urbano enobrecido a Treze tem visivelmente problemas, os quais, por enquanto, estão escondidos pelo jardim do Calçadão. Ressaltamos, portanto, que para área 1 a degradação do ambiente é visível apesar de estarem distante dos principais focos de sujeira e para a área 2 parece que dos seus prédios a visão fica obscurecida, não enxergando o lodo bem abaixo de suas sacadas. Diríamos também, que se tivessem preservado a Praia para banho, a Treze, talvez, fosse muito mais privilegiada como ambiente de "qualidade de vida", e por acréscimo seus apartamentos e residências não deixariam de ser alvos de um processo de *gentrification*. Por isso, se passeamos no texto do presente para o passado e do passado para o presente, é com o objetivo de demonstrar que a Praia Formosa

[93] Depoimento do Srª Luzia Inês de Jesus. Em entrevista concedida a autora. Aracaju, 19 de agosto de 2008.

[94] Começa limpeza do Tramandaí. Jornal da Cidade. Cidades. 06 de junho de 2008. Disponível em http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=5208&hoje=2008-07-22%2022:57:35. Acesso em 10 de junho de 2008.

não desapareceu da memória de seus habitantes, e tem sentidos diferentes para os moradores. E, foi essa sobrevida de residências com os primeiros moradores, que nos incitaram a entender o estranhamento deles para com o atual formato da Treze.

Como no depoimento da Srª Édila Maria que destacou o seu sentimento de perda do lugar, repetia-se também a mesma apreensão de um movimento imperceptível, contudo, não menos planejado pelas imobiliárias com a colaboração do Estado, para o afastamento dos antigos moradores. Essa estratégia nada mais é do que uma convenção dos espaços urbanos enobrecidos, os quais tentam manipular a troca dos residentes. Por isso, em cada conversa sobre os banhos proporcionados pela Praia, tivemos sempre a reclamação de que a poluição foi conseqüência dos prédios. Logo, na zona 1 surge um conflito, pois eles não se sentem beneficiados com as transformações do Bairro. Ao contrário, observam os espaços das residências enobrecidas como o motivo principal da decadência da Praia. Se na interpretação dos antigos o ressentimento está relacionado ao desaparecimento da Praia, do lado enobrecido o problema pode ser resumido no anseio de uniformização do Bairro, como espaço urbano privilegiado da elite aracajuana. Assim, temos dois olhares para um mesmo lugar, divididos concretamente por um canal poluído. Fica nítida a percepção de incômodo dos antigos moradores pelo Bairro ter se tornado inviável para os banhos e um espaço para ricos, como, por exemplo, temos no depoimento de Eduardo Santos:

> Acredito que por sorte eu nasci na Av. Beira Mar nº 396, Treze de Julho. Nesse Bairro eu conheci varias pessoas como Seu Galego, D. Arlinda, Dr. Viana de Assis, D. Carmelita, D. Dalva, Frei José. Sinto-me confortável para falar sobre a Treze todas as coisas que aconteceram comigo foi em decorrência do meu envolvimento no Bairro, principalmente Seu José que era pescador. A treze de Julho foi sempre uma invasão, o que você está vendo hoje como bairro elitizado foi proveniente de uma invasão. Dancei os carnavais no Cotinguiba que era um clube de pessoas humildes, mas ficava atrás do Iate esperando as garrafas de coca-cola e até dinheiro que os foliões ricos, depois de bêbados, jogavam para fora do clube. Aqui, a Treze, era uma fonte de alimentação para muitas pessoas, era a fonte de renda de moradores. E, com os prédios, colocaram os esgotos direcionados para a Praia, e aí as pessoas não podiam mais utilizar a Praia como fonte de alimento. E, o Calçadão trouxe muitos benefícios para nós, como local de lazer.[95]

E, para complementar a "paisagem vernacular" (ZUKIN, 2000) das residências da zona 1, temos uma pequena galeria popular. Possui a função como qualquer outro estabelecimento simples. A expressão popular está se referindo a simplicidade do lugar e seus freqüentadores. Temos uma farmácia, um bar e uma loja de pesca. O "Point da Pesca", como é denominado o estabelecimento comercial especializado em pescaria, torna-se uma espécie

[95] Depoimento do Sr. Eduardo Santos. Em entrevista concedida a autora. Aracaju, 15 de janeiro de 2009.

de lembrança da antiga função da Praia. Isso para quem está tentando compreender a configuração socioespacial da Praia Treze de Julho, em suas singularidades. Como a minha percepção do espaço urbano pouco importa, sentei por alguns minutos numa espécie de banco improvisado e, sem ser incomodada, – diferente da zona 2, pois quase todas as vezes fui questionada sobre o motivo de fotografar as galerias e as ruas, mesmo distante dos bens privados – fiquei observando o vai e vem das pessoas naquele espaço. E, notei que as pessoas faziam questão de falar umas com as outras, e os moradores próximos passavam por ali sem estarem arrumados, ou seja, era uma cena comum como em qualquer outro Bairro. Mas, os moradores dos dois novos prédios (Alda Teixeira e o Fernando Sampaio) saiam de seus apartamentos com o automóvel. Se fossem para comprar alguma coisa mais próxima, geralmente, seus empregados faziam esses serviços. E como afirmou Silva (2005) os moradores de prédios se distanciam do convívio público. Contudo, no caso específico da Treze, temos o Calçadão, o qual tem usos diversificados, tanto por moradores antigos e novos. Logo, ele atrai a maioria dos moradores dos prédios a vir para a rua, principalmente dos prédios posicionados a frente do mesmo.

Hoje, uma cena angustiante, da zona 1, para quem viveu os "bons tempos" da Praia, é ver a tentativa de pesca naquele ambiente poluído. Restos de mariscos e peixes sendo disputados por garças e pescadores. Mesmo para quem passa com pressa, é notável a fedentina daquele lamaçal, quando a maré está baixa. Mas, o urbano-pescador, parece não considerar a incoerência de procurar alimentos num quase esgoto. E, para quem vê se sente mais incomodado com o mau cheiro do que com a visão de um "tropeiro" pescador. Naturalizamos a miséria para agüentarmos a experiência urbana. Apesar da tentativa constante dos territórios enobrecidos, cotidianamente vigiados, com o objetivo de afastar a pobreza para a sombra dos guetos. Mas, eles aparecem como seres humanos desfigurados para o lugar, sejam para apenas caminhar e ir traçando um conflito simbólico aos apelos delirantes de uma cultura urbana estética e limpa das misérias.

Agora iremos percorrer as ruas da zona 2, após a Av. Anízio Azevedo, as quais evidenciam os "espaços estriados" (DELEUZE & GUATARI, 1997), construídos mediante uma política de segregação inerente ao enobrecimento. E, adentrando as ruas perpendiculares à Av. Beira Mar temos as incontáveis galerias e alguns cafés, num estilo que lembra Paris, ou seja, abertos para a rua. São frequentados pela elite aracajuana, as quais consideram um local chique e confortável para uma boa conversa. A partir das 17h00min as mesas começam a ficar lotadas e inicia o burburinho de conversas alegres. Os estabelecimentos de cafés são

provenientes de uma noção de requinte, em Aracaju. Não é algo comum encontrado em todos os bairros, ao contrário, eles se concentram na Treze, os quais são acompanhados simbolicamente por todas as qualidades de estar num dos espaços mais valorizados da cidade. Interessante enfatizar que apenas um possui um posicionamento linear com a rua, – o da Galeria *Previtalli* – os outros são separados por uma espécie de mini-muro. Talvez, para dá uma sensação de proteção como também deixar transparente que os aracajuanos ilustres não estão totalmente em contato com a rua, mas apenas dentro de um recinto privado. E, ainda, porque os próprios donos dos estabelecimentos evitam incômodos para os clientes. Por exemplo, não serem importunados por possíveis pedintes. Logo, mesmo os cafés são uma cópia imperfeita do modelo europeu em contato direto com a rua e exposto a visibilidade dos passantes, tão representativos da cultura parisiense. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que não é um espaço totalmente fechado. Nesse sentido, temos um depoimento da arquiteta e professora Ana Farias[96]:

> apesar do indivíduo está em um espaço selecionado, ele tem contato com a rua, porque os cafés tem aquela área lateral; quando estamos sentado na mesa nós vemos quem está passando na rua; o movimento de carro; não ficamos fora da movimentação e do que está acontecendo. Logo, você vê o espaço da rua... Não estou colocando isso como caso fechado, mas, pode ser uma hipótese de discussão do retorno ao espaço da rua, a rua como espaço do inusitado, como espaço de encontro.

Ter acesso a determinados símbolos de conforto, significa possuir um "valor de distinção, valor estatutário, valor de prestígio" (BAUBRILLARD, 1995 p. 167). Por isso, os lugares que passaram por um processo de *gentrification* se relacionam tão bem com a "sociedade do consumo". Nesse sentido, a espacialização das relações contemporâneas passa pelo crivo do mercado, e o ato de comprar absorve valores atrelados a outros esquemas de práticas, e nos sentimos inseridos na mesma se tivermos o dinheiro para demonstrar igual possibilidade de adquirir bens com valores monetários equivalentes. Além disso, segundo Featherstone (1995), "se é possível afirmar o funcionamento de uma 'lógica do capital' derivada da produção, talvez seja possível afirmar também uma 'lógica do consumo', que aponta para os modos socialmente estruturados de usar os bens para demarcar relações sociais" (p. 35). Nesse sentido, as ruas com as galerias de luxo da Treze, já indicam o tipo de consumidor que podemos encontrar nelas. E, é necessário ressaltar a existência de galerias menos sofisticadas, as quais procuram uma centralidade para a cultura do consumo e apostam por consumidores de renda inferior.

[96] Depoimento da Profº Drª Ana Farias/UFS. Em entrevista concedida a autora. Aracaju, 15 de agosto de 2008.

Quando começamos a fazer as observações das galerias, entendemos a propaganda do primeiro número da revista Treze, na qual destacava as seguintes particularidades do Bairro: "Toda cidade tem seu bairro onde o metro quadrado é medido pelo bom gosto e preenchido por lojinhas (ou lojonas) cheias de charme, restaurantes da moda, espaços de culto a beleza.[97]" Na reportagem é destacado o "caos do centro da cidade" e também a falta de opções para os sergipanos que só tinham os S*hoppings Centers*, na década de 90. Logo, a Treze seria aquele lugar especial, intermediário entre o centro e o shopping, ou seja, lojas acolhedoras e compradores selecionados. Evidencia, ainda, as lojas tipo "*maison*" e a sua aparência com a Oscar Freire, em São Paulo, apesar de reconhecer a falta das grandes lojas de marcas nacionais e internacionais, contudo, evidencia que as roupas dos estilistas do mundo *fashion* podem ser encontradas também nessas galerias. A dissimulação do chique tenta a qualquer custo parecer igual aos símbolos de poder das grandes cidades: "Desta maneira, a comutação dos signos, a ordem dos simulacros, não é mais do que um ultimo estágio no futuro das sociedades democráticas." (LIPOVETSKY, 2005, p. 91).

Para a revista, a Treze deve ser o espaço urbano da moda para Aracaju. A quantidade de lojas refinadas definiria o gosto da elite sergipana. Logo, a idéia do Bairro estar situado numa região privilegiada dos ícones contemporâneos de prazer e conforto, simbolizados pelo consumo dos melhores objetos. E, como espaço conectado com a moda, tem uma especial ligação com a dinâmica da novidade, a qual disfarça os círculos de vai e vem descontínuo. A era do consumismo inventa o útil no inútil, fazendo ecos na necessidade de demonstração da atualidade dos objetos, a disposição dos indivíduos ansiosos por um novo destaque personalizado:

> Claro que a moda inova, mas principalmente ela parodia a mudança, faz uma caricatura da inovação programando o ritmo das suas mudanças, acelerando a cadência dos seus ciclos no futuro, identificando o novo com a promoção de *gadgets*, simulando a cada estação a novidade fundamental. (LIPOVETSKY, 2005, p. 129)

Com a intenção de ser o local da moda, a revista segue dando trilhas da imagem ímpar da Treze para a cidade de Aracaju. Cada lojinha é um convite ao consumo que insere os sergipanos num estilo global de comprar. Afinal, a tentativa de imitação torna-se nítida nas comparações acima, sedimentando a idéia de uma "desterritorialização", pois a tendência adotada pelo Bairro pode estar em qualquer parte do mundo, dando vazão a uma uniformidade do bom gosto. Logo, existe nas ruas amontoadas de galerias, um desejo de ser global,

[97] Treze um lugar completo. *Treze Revista do Bairro.* Verão 2005/2006. Ano 0, nº 1.

tentando convencer os ricos de Aracaju que ali, os mesmos podem encontrar um serviço de alta qualidade. Por exemplo, na linha delineada pela revista, a empresária Mara Peixoto afirma que oferece, na sua loja, um trabalho "mais específico e diferenciado" do que se estivesse em um shopping. A marca das ditas lojas finas é possuir detalhes que façam o indivíduo sentir-se diferente dos outros. A roupa impregna no agente a idéia de *status*, uma hierarquia advinda do poder de consumir o melhor. Cabe também afirmar que o "melhor", na maioria das vezes, acompanha o esbanjamento, ultrapassando o limite viável do preço, quando comparamos o tipo de produto comprado e a idéia do produto elaborada pelo mercado, mas isso não tem o menor interesse para os prováveis compradores. A revista também trás um mapa e, para a mesma somente a zona que chamamos de 2 faz parte da Treze, exceção para os prédios públicos.

A revista também descreve sobre o Calçadão como um lugar de "convivência da nossa comunidade". Informa também que o convênio entre a prefeitura e PETROBRÁS, em outubro de 2003, quando a empresa completou 50 anos, é um exemplo do sucesso da parceria do poder público com a iniciativa privada. E, dá a idéia de que o setor empresarial poderia seguir a mesma trilha. Talvez, essa idéia esteja relacionada a uma provável organização do espaço urbano circunscrito pelas galerias, as quais poderiam colaborar com a vigilância e a limpeza. Por exemplo, o G Barbosa[98] fez uma parceria para a manutenção dos jardins da Av. Francisco Porto. Segundo o gerente, os moradores da Treze consideram a loja como "uma extensão de suas despensas. É uma loja da comunidade". Logo, nada mais natural do que fazer uma contrapartida para a mesma. Mas, também sabemos que além de poderem fazer a propaganda de sua loja nos canteiros, eles sabem do retorno financeiro de uma empresa com "responsabilidade social[99]". Como a empresa demonstrou estar preocupada com a comunidade, perguntei se a mesma tinha uma coleta seletiva de lixo no descarte de resíduos e a resposta rápida foi "não". Com certeza é menos visível para um apelo propagandístico e, geralmente, o obrigatório tem menos destaque.

As ruas delineadas no mapa da revista também têm seus momentos de imagens comuns. E, Geralmente, ao meio-dia inicia o descarregamento de mercadorias para algumas lojas. Também vemos vendedores com bicicletas oferecendo doces e salgados para porteiros, vigilantes, vendedoras de lojas, etc. E, fica visível o movimento dos funcionários dentro dos

[98] Informação obtida mediante conversa com o gerente da loja da Av. Francisco Porto.
[99] Não iremos discorrer sobre o conceito. E, o uso que fizemos dele, no momento, foi considerando apenas uma das inúmeras interpretações. E, sabemos também que a responsabilidade social de inúmeras empresas tem obtido resultados positivos.

cafés, pois a partir das 14h00min iniciam a limpeza dos vidros das portas, varrem o chão, etc., expondo as fragilidades da "sociedade do consumo". Pois, os serviços disponíveis possuem salários baixos, abrindo um hiato entre os consumidores e os prestadores desses serviços. Inclusive Sassen (1998) ressalta a conjugação nas cidades mundiais de um serviço qualificado e com rendimentos altos a outro de baixíssima remuneração, num mesmo prédio de ebulição do capitalismo financeiro. São as ressonâncias em pequena escala, mas não menos importante para a compreensão da atual configuração pós-industrial.

Depois desse itinerário por galerias, iremos ao Calçadão para perceber como as espacializações são construídas. Segundo a arquiteta Ana Farias, "houve uma gentrificação do espaço à medida que o calçadão da Treze, no passado, ele tinha as barraquinhas, ele tinha uma freqüência mais popular; e ele depois transforma;[100]". Evidenciamos também que a construção do primeiro Calçadão já indicava uma transformação da área, pois ele inicia o processo de especulação imobiliária, configurando no Bairro uma zona de lazer, o qual indicou de certa forma a restrição para o banho, pois quase toda a extensão de areia foi tomada pelas quadras de jogos. O Calçadão significava os novos remanejamentos para a área, conformando uma área para ser chamariz de investimentos privados. Ele simbolizava uma limpeza contemporânea que daria um contorno diferencial para as novas práticas de sociabilidades, desde a construção da Biblioteca Pública Epifhânio Dórea, o Ginásio de Esporte Constâncio Vieira e o Estádio Estadual Lourival Baptista – intervenções que destruíram a favela Japãozinho, e, como de costume expulsaram os moradores sem indenização, confirmando o tipo de modernização do Brasil.

Resquícios da favela ao lado do Batistão, Dácada de 80.

Fonte:http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=661402.

Mas, também temos que afirmar o "entre-lugar" (BHABHA, 1998) vivenciado pelos aracajuanos quando estão passeando pelo Calçadão. Ele foi central para a estratégia de *Gentrification*, mas proporcionou resultados imprevistos para os agentes imobiliários. Uma vez que, se tornou uma centralidade de variados percursos, ou seja, vemos ali desde autoridades a pobres, os quais transitam pelo mesmo espaço em busca de lazer, esporte,

[100] Depoimento da Profª. Drª Ana Farias. *idem*.

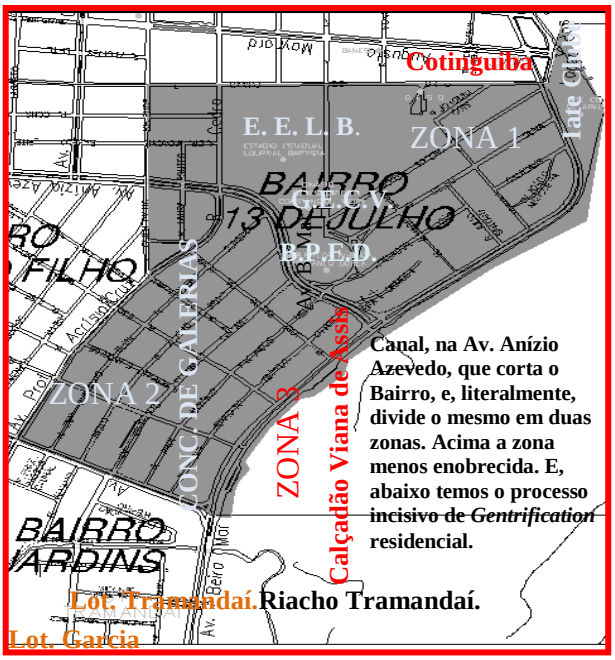
passeio, etc.. Diferentemente das ruas internas do Bairro, o Calçadão não predispõe ao consumo, mas a afinidade de uma conversa ou a uma simples caminhada matinal, ao fim da tarde ou noturna. Essas sociabilidades públicas têm um caráter fundamental para corroer a privatização dos ambientes revitalizados. Logo, temos a impressão de estarmos dentro de outro contexto, diferenciado de uma apreensão visivelmente segregada. Não estamos dizendo que ali não existam os olhares inibidores para algumas pessoas desencaixadas do padrão, contudo, elas entendem a repulsa e continuam indo ao mesmo lugar, porque sabem que só a estranheza possibilita uma subjetivação de reconhecimento, mesmo estando permeado pelas referências de não-legitimidade.

Dessa forma, poderíamos dizer que o Calçadão se sobressai como ícone do enobrecimento, pois alia duas características: 1ª) como uma espécie de invólucro – nesse caso, literalmente – da deformação da paisagem natural pelo escoamento do lixo; 2ª) possibilita variados itinerários, compondo um palimpsesto na arquitetura que tenta ser linear. E, ao observarmos os esgotos perpendiculares percebemos que estamos dentro de um espaço sem mínima higienização, mas considerado um lugar saudável. Logo, o Calçadão possui as incoerências comuns aos projetos urbanísticos de revitalização, os quais deixam os problemas, decorrentes de uma organização urbanística sem compromisso público, escondidos por uma fachada de enobrecimento – a favela do Rato em Recife (LEITE, 2007) e a favela do Pelourinho em Salvador (ARAÚJO, 2007). Nesse sentido, estamos nos referindo a um lugar híbrido mediante a composição de um espaço turístico amplamente absorvido pela cidade como local de lazer de qualquer um. Assim, os conflitos inerentes às políticas de *gentrification* se expõem naquele espaço aparentemente horizontal de deambulações coloridas.

O Calçadão abre-se para a cidade. Ali, podemos encontrar os indivíduos que gostam de andar, correr, observar, encontrar a turma, marcar um “pedaço” (MAGNANI, 2003). Ele conseguiu se inserir num jogo de significações múltiplas para a cidade. Estar nele não é uma aderência sem propósito, ao contrário, vamos andar por ele para nos sentirmos um pouco da Treze ou marcar território, como um transeunte comentou: “o Calçadão não é da Treze, mas de Aracaju”.

3.2 - Zoneamento do Bairro?

Fonte: EMURB.



Fonte: EMURB.

Destaque para o Calçadão Viana de Assis, entre o "mangue" e a Av. Beira Mar. Ao lado temos o mapa estritamente do Bairro Treze de Julho[101], contudo, é comum considerar parte da Av. Augusto Maynard (onde está o Contiguiba) e toda extensão da Av. Beira Mar como Região Treze de Julho. Convém sublinhar que o Calçadão é popularmente conhecido como Treze. E. E. L. B. → Estádio Estadual Lourival Baptista; G. E. C. V. → Ginásio de Esportes Constâncio Vieira; B. P. E. D. → Biblioteca Pública Epiphânio Dórea.

Queremos destacar que para o estudo sociológico não tomamos a demarcação geográfica como uma definição rígida das fronteiras do Bairro. Uma vez que, a Treze ultrapassa as linhas do mapa, configurando uma zona socioespacial construída pelas significações dos agentes em torno de um entendimento do Bairro como espaço privilegiado da elite. Assim, toda a extensão do Cotinguiba até a ponte da Coroa do meio é conhecida como Treze de Julho. Interessante que os indivíduos também não se localizam, na maioria das vezes, como estando na Av. Beira Mar, mas na Treze de Julho. Logo, a Treze, por enquanto, – cujos pontos referenciais de localização são mutáveis – subjuga as linhas imaginárias do mapa. Portanto, foi necessário perceber as dinâmicas diferenciadas de uma configuração

[101] Lei de 873/1982
Toda a área situada dentro do seguinte limite:
- Trecho da rua Campo do Brito na rua Guilhermino Resende até a margem direita do rio Sergipe;
- Trecho da margem direita do rio Sergipe iniciando na rua Campo do Brito até o Riacho Tramandaí;
- Trecho do Riacho Tramandaí iniciando na margem direita do rio Sergipe até a linha imaginária prolongamento da Av. Acrísio Cruz;
- Linha imaginária prolongamento da Av. Acrísio Cruz;
- Toda a Av. Acrísio Cruz;
- Trecho da rua Guilhermino Resende iniciando na Av. Acrísio Cruz até a rua Campo do Brito.
Palácio "Inácio Barbosa", em Aracaju, 1 de Outubro de 1982. Prefeito Heráclito Guimarães Rollemberg.

socioespacial extensa. E, nessas idas e vindas ao Bairro era convidativo vermos trajetórias que conduziam a percepções díspares sobre o sentido de lugar: os antigos moradores admitem o Bairro de elite, mas não se sentem cômodos com essa idéia; os novos moradores procuram o Bairro porque optam pela visibilidade seletiva da Treze; e, os freqüentadores do Calçadão fazem parte de um *mix* entre os posicionamentos anteriores.

Por isso, utilizamos o conceito de Norbert Elias & John Scotson (2000) "estabelecido e *outsiders*" para podermos entender a situação dos antigos moradores com os atuais. Não estamos comparando os moradores da Treze com a comunidade de nome fictício *Winston Parva*, mas fazendo uma aproximação com o sentimento de estranheza e a dificuldade de manter relações de vizinhança com os novos moradores:

> Desse modo, uma olhadela nos casos mais extremos de desigualdade de forças nas figurações estabelecidos-outsiders, nos quais o impacto sobre a estrutura de personalidade dos outsiders mostra-se em todo seu rigor, poderá ajudar-nos a observar, numa perspectiva melhor, as características de personalidade e as experiências dos outsiders nos casos em que o desequilíbrio é menor e em que a pobreza, a deferência e o sentimento de inferioridade são mais moderados. (p. 28)

Também ressaltamos que existe uma disparidade financeira de alguns remanescentes de pescadores e os atuais moradores. São indivíduos que expressam o desconforto de morar em um Bairro de luxo em condições ínfimas de poder. O desequilíbrio, nesses casos, é visível e as tensões são simbolicamente vivenciadas. Logo, apesar da Treze construir uma imagem de Bairro sofisticado, temos, ainda, um significativo número de residências com características diferentes da idéia de afortunados. E, nesse ponto, lembramos, mais uma vez, da diferença entre a zona do Iate até o Posto Petrox e do prédio Mansão Otávio Penalva até um exemplar de casa moderna nas proximidades do retorno para a ponte Coroa do Meio. Uma vez que, o primeiro percurso da Treze e, principalmente, as ruas internas perpendiculares a Av. Beira Mar, temos as casas tradicionais dos antigos moradores; e o segundo trecho, nas ruas internas paralelas aos grandes prédios da avenida, temos as imensas galerias de roupas, cafés, acessórios, academias, lojas de decoração, clínicas, etc. Contudo, sabemos que a tendência do Bairro é ficar cada vez mais elitizado, em virtude das inúmeras propostas ofertadas por imobiliárias aos antigos residentes para a venda de suas casas, mesmo em ruas internas, anteriores ao trecho do calçadão. Evidenciamos, novamente, esse aspecto com o objetivo de sedimentarmos a hipótese da pesquisa, a qual reflete sobre a possibilidade da Treze ser um exemplo de *gentrification* residencial a partir da construção do Calçadão Viana de Assis e a posterior revitalização do mesmo.

Calçadão 10 anos depois. Revitalização e perceptível adensamento da verticalização. Fonte: Cinform. Cidade. 28 de setembro a 04 de outubro de 1998.

Fonte: Jornal da Cidade, Ano XVII, nº 4951, 30 de dezembro de 1988. Construção do Calçadão Viana de Assis. Vemos um prédio em construção e outro ao fundo.

E, se na pesquisa de Elias & Scotson (2000) foi o desenvolvimento de uma área industrial urbana que fomentou as espacializações com graus de poder distintos – os estabelecidos e os forasteiros (*outsiders*) eram trabalhadores –, na Treze vemos o surgimento de um espaço onde as categorias de *status* e poder são referenciados pelos prédios e as finas lojas, numa perspectiva do consumo pós-industrial, gerando um hiato econômico entre os novos e os remanescentes da Praia Formosa. Por isso, destacamos uma incompatibilidade, por enquanto, do trecho da Av. composta pelo Calçadão enobrecido e a área circunscrita da zona 1, com pouquíssimos exemplares arquitetônicos de embelezamento urbano. Enfatizar essa característica sublinha que o Bairro, tem ainda, resquícios de uma vida paralela aos ditames da convivência mediada pelo consumo. E, aqui são os antigos moradores que se sentem como pessoas de "fora" do lugar, ou seja, "*outsiders*" por não estarem enquadrados na perspectiva de residentes endinheirados – imagem vinculada, hoje, ao Bairro:

> Os recém-chegados que se fixaram no loteamento foram vistos como uma ameaça a essa ordem, não porque tivessem qualquer intenção de perturbá-la, mas porque seu comportamento levava os velhos residentes a achar que qualquer contato estreito com eles rebaixaria seu próprio status, que os arrastaria para baixo, para um status inferior em sua própria estima e na do mundo em geral, e que reduziria o prestígio de seu bairro, com todas as possibilidades de orgulho e satisfação que lhe estavam ligadas. (ELIAS & SCOTSON, p. 167).

Na Treze são os recém-chegados que impuseram seus valores. E, chegam a afirmar que o Bairro era reduto da classe alta, a qual vinha veranear na famosa praia Formosa, contudo, a maioria das casas era de palha e tinham por moradores os pescadores das águas

serenas da praia. Talvez, eles enfatizem essa particularidade porque não assumem a característica de invasão do Bairro Além disso, temos também residentes da década de 70 que possuem casas luxuosas e não aceitam a idéia de serem cúmplices da destruição da colônia de pescadores, muito menos ter sido agraciado por loteamentos clandestinos. Mas, foi a partir da década de 90 que o Bairro foi afunilando quanto ao tipo de moradores. A verticalização trouxe uma perspectiva segmentarizada, conduzindo um afastamento progressivo dos indivíduos pobres. E, diríamos também que qualquer investimento público na área 1 – menos enobrecida – pode ser um catalisador para o desenvolvimento de uma espacialização menos contrastante.

Mas, a Treze possui um espaço conveniente para o aparecimento da diversidade. Não podemos esquecer as sociabilidades públicas advindas da zona 3, a qual fomenta uma espécie de vivência urbana permeada pelos símbolos da sociedade pós-industrial, em que o lazer, a brincadeira, a prática esportiva e o divertimento se tornam aspectos essenciais para a vida saudável. Sem querermos discorrer sobre as incongruências dos "novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no *styling* (...)" (JAMESON, 1985, p. 26), onde fica nítida uma sensação do "presente perpétuo", acompanhados do "pastiche" (cópia sem sentido) e da "esquizofrenia" (enfraquecimento da identidade), no qual o sujeito está sem um mapeamento seguro do tempo e do espaço.

Nesse sentido, quando colocamos algumas percepções sobre as sociabilidades públicas na cidade, somos instigados a considerar que as apreensões das mesmas têm um viés diverso de um espaço regulado para as manifestações coletivas, pois, atualmente, vemos as centralidades serem elaboradas mediante usos que não foram programados. Essas aberturas insinuam outro modo de remodelar uma socioespacialização do poder:

> Finalmente, importa reiterar o quanto andar desafia o medo da cidade e as gestões políticas desse medo, impondo, *passo a pssso*, o direito de transgredir fronteiras sociais e simbólicas, acabando com as cidades interditas, os bairros do estigma, as separações <<naturais>>, <<puras>> e <<fixas>>, as abstrações do outro como excluído e marginal, a descoincidência, tantas vezes demonstrada, entre a (in)segurança subjectiva e a (in)segurança objectivamente mediada. (LOPES, 2008, p. 142)

Além disso, contrapomos essas noções com a de autores que vislumbram a apatia e a inexistência de espaços de vivência pública. Por exemplo, segundo Sennett (1975), os espaços urbanos públicos estariam mortos, pelo excesso de intimidade dos comportamentos privados, logo, os espaços urbanos não permitia ser mais um espaço de civilidade. Aqui, o autor deixa entrever a relação estreita entre a vida pública e privada. E, para Bauman (2001), o mesmo

estaria em decadência na cidade moderna, uma vez que a dinâmica da vida urbana está associada a um comportamento com "p minúsculo", ou seja, a uma falta de sentido para as ações coletivas. Assim, os espaços públicos são espaços de passagem efêmeros ou o mundo em miniatura projetado para fazer compras com segurança. Nesse caso, se considerássemos as compras como um mecanismo absorvido por si só, ou seja, uma ação isolada de uma agente sem referentes, a Treze com suas galerias seria um reflexo concreto para as idéias de uma cultura urbana despolitizada. E, servindo-se de conceitos extraídos do livro de Levi-Strauss, "Tristes Trópicos"[102], reforça a idéia desumanizadora dos ambientes urbanos. Transpondo a análise do livro do antropólogo, Bauman (*idem*) afirma que os espaços públicos abertos de determinadas cidades são espaços "êmicos" (vomitar), pois impedem a permanência dos cidadãos e os espaços de consumo representariam os ambientes "fágicos" (devorar), com o objetivo apenas de consumir, uma vez que não estão preocupados com a interação, mas nos objetos oferecidos pelas lojas. Logo, o autor caracteriza os espaços urbanos como espaços que induzem a individualidade e favorecem a procura de espaços homogêneos, pois reduz a possibilidade de negociação com estranhos.

Contudo, os processos de *gentrification* demonstram que a cidade, mesmo inserida na dinâmica do capital tardio como uma mercadoria, tem seus lugares definidos em torno de um "espaço praticado" (CERTEAU, 1997). São espaços preferíveis para o reconhecimento, os quais os indivíduos procuram para expressarem seus estilos. Por isso, o Calçadão da Treze já está inserido numa perspectiva de território de visibilidade para diversos eventos: desde a não violência a cuidados com a saúde. A centralidade foi formatada porque os usos que se fazem do espaço, limitado por 2 km de extensão, são diferentes. Compreendemos, portanto, que mesmo nos espaços enobrecidos temos "lugares cujas fronteiras não se mantiveram tão inflexíveis a ponto de anular as possibilidades públicas de se estabelecer zonas de contato e negociação (...)" (LEITE, 2007, p. 272).

Foto da autora (2008).

Os usos, por exemplo, da única parte com cobertura de madeira do Calçadão são os mais variados. Encontramos no sábado ou no domingo à tarde famílias, vovôs que levam seus netos para passear, com imensas sacolas recheadas de lanche. Mas, em qualquer dia da semana a partir do entardecer é comum

[102] LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa/São Paulo, Ed. 70/Martins Fontes, 1981.

vermos jovens reunidos com violão, bebendo vinho, etc. Às vezes, coincidem de estarem juntos em um sábado à tarde, pequenos grupos com comportamentos diversificados. E, é impossível não enxergar o olhar repressivo de policiais para os indivíduos que não se enquadram numa conduta padronizada do sentar, da gesticulação, etc. Aproximamos várias vezes desses grupos e, em conversas pudemos notar que eles estão ali para serem observados, e principalmente subverterem a aparência de tranqüilidade do Calçadão:

> O Calçadão é seguro, aberto, movimentado, arborizado, ambiente legal. Sempre tomamos vinho aqui. Os guardas não deixavam, e explicavam que o local era familiar e para os turistas, e não queriam que nós incentivássemos os jovens a tomar bebida alcoólica. E, começando com bebida, depois seria a maconha; aí vínhamos com bolsa, sociedade conservadora. Mas, depois relaxaram, só não pode beber próximo ao Mirante. A Treze não é mais familiar. Você não acha que existe uma incoerência para quem está malhando e vendo outros bebendo e comendo.[103]

Interessante notarmos que ao dizer "a Treze não é mais familiar", eles incutiram uma espécie da experiência de *"outsiders"* (ELIAS & SCOTSON, 2000), pois aderiram uma perspectiva de estar "de fora" dos comportamentos presumíveis, contudo, talvez, esse seja o motivo principal de procurarem um espaço de movimentação para demonstrarem suas diferenças – eles não querem e optam por não fazer parte dos "estabelecidos" (*idem*). O significado do "não familiar" está relacionado com os olhares de reprovação de que são alvos. Logo, aceitam o rótulo e, como compensação o espaço fica manchado de atitudes confirmativas, com o intuito de formatar territórios. Como estranhos aos modos padronizados para o Calçadão, eles elaboram um conflito, às vezes, agudo ou quase imperceptível, pois o grau de aversão depende de quem são e o que estão fazendo no Calçadão, gerados pelas sociabilidades públicas contemporâneas. Pois, o que seria familiar? Nesse sentido, temos no "ambiente legal" mais do que um simples lazer, ou seja, é um palco de comunicabilidade negociado ou não, por isso, "a territorialização do espaço público é infinitamente mais sábia ainda, entretecida nas necessidades históricas e radicalizada no processo de reconhecimento." (CERTEAU, 1997, p. 90). Expressar suas diferenças, mesmo sabendo do risco, indica uma ruptura referenciada por um desejo de fazer

Foto da autora (2008).

[103] Depoimento de André (nome fictício). Entrevista concedida a autora. Aracaju, em 18 de setembro de 2008.

parte de um processo de demarcações, no qual o poder está sendo produzido. Por isso, a existência de uma fragmentação a partir das expressões contrárias de significação dos usos socioespaciais:

> Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar maneiras específicas de pertencimento. (LEITE, 2006, p. 82).

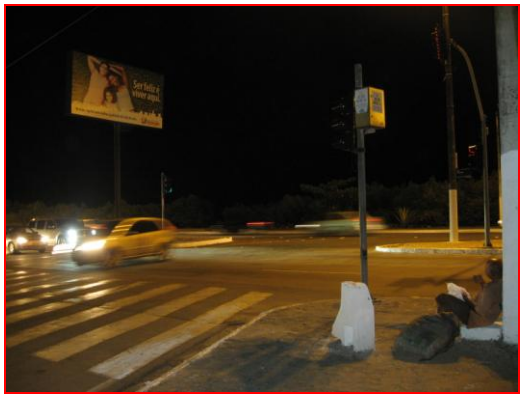
A configuração aparentemente tranqüila do Calçadão esconde também tensões mais duras e, ainda, explosivas para a discreta Aracaju: "Eu fui agredido porque beijei na boca do meu namorado. O policial disse que era para eu ir embora com o meu cliente. Retruquei alto que não era um cliente e ganhei um soco. Depois meus pais vieram me buscar[104]." Foi uma cena noturna, mas novamente temos a seguinte constatação: Por que procuraram um espaço visível para o acariciamento? Talvez, como qualquer casal, consideram o espaço romântico, e escolheram um local que oferecesse também uma segurança. Sabiam que o espaço urbano elitizado raramente deixa de ser vigiado, mas apostaram na livre exposição dos sentimentos. Como resultado veio à agressão do policial, pois está naquele espaço para preservar os valores reconhecidamente normais para os "estabelecidos" (ELIAS & SOCTSON, 2000). Nesse sentido, a rejeição ultrapassa apenas uma visão econômica, uma vez que abomina qualquer tipo de conduta distinta ao esperado, como espaço urbano de prática de esporte e lazer. Nesse sentido, determinados lugares tornam-se palco de uma demonstração proposital de escolhas consideradas, ainda, marginais: "a regulação e negociação daqueles espaços que estão continuamente, *contingencialmente*, se abrindo, retraçando as fronteiras, expondo os limites de qualquer alegação de um signo singular ou autônomo de diferenças – seja ele classe, gênero ou raça." (BHABHA, 1998, p. 301).

Encontrarmos também mendigos no Calçadão, geralmente, eles, não estão pedindo esmolas, porque sabem que as pessoas estão ali, na maioria das vezes, sem dinheiro – vão apenas malhar. Sentam nos bancos ou estão andando, e o impacto visual é inevitável. Principalmente para um lugar que se quer transparecer a "qualidade de vida" aracajuana. Eles são lutadores pela não invisibilidade, pois os guardas pedem para se

[104] Depoimento de Carlos (nome fictício). Entrevista concedida a autora. Aracaju, em 20 de outubro de 2008.

retirarem do espaço dito público. Por isso, quando consideramos o Calçadão como espaço singular de sociabilidades públicas, estamos evidenciando o caráter conflituoso, comum em lugares onde a política de segregação tenta selecionar os tipos de indivíduos, para os quais foi projetada a estrutura física do local. A questão principal é distanciar o máximo possível os poluidores da imagem *clean* dos espaços enobrecidos.

Ser Feliz é viver aqui. Propaganda PMA.
Cruzamento Av. Anísio Azevedo/Beira Mar



Morador de Rua.

Foto: Jorge Henrique. Aracaju é a capital com a melhor qualidade de vida. Jornal da Cidade. Caderno B/Cidades. Ano XXXVII, nº 10716, Aracaju, 06 e 07de abril de 2008.

O Calçadão faz parte dos encartes de propaganda dos prédios da Treze, sejam aqueles que estão situados no Bairro e os do loteamento Tramandaí e Garcia (ver mapa), denominados como fazendo parte da região Treze pelas construtoras, e, aqui, inseridos na zona 2, motivo pelo qual consideramos a extensão da Av. Beira Mar e suas ruas internas até a ponte da Coroa do Meio, como locais importantes para a observação da área enobrecida. Ele se transformou na "menina dos olhos" dos investidores imobiliários. Logo, a vigilância incisiva para a conservação e o afastamento de determinadas pessoas, consideradas impróprias, apresentam características agressivas. Mas, nem por isso o Calçadão deixa de ser um lugar diversificado. As construtoras não conseguiram privatizar o Calçadão. Diferente com o ocorrido na Praça Luciano Barreto, no loteamento Garcia, pois conseguiram afastar os inconvenientes usos da Praça, como afirma um expoente dos diversos "contra-usos" (LEITE, 2007) da mesma:

> Eu era freqüentador assíduo da Praça. Lá encontrávamos emos, homossexuais, patricinhas, mauricinhos com seus carros bombando, esses até praticavam racha, roqueiro, bêbados, drogados, etc. Mas, os moradores dos prédios fizeram um baixo-assinado e, aí, os policiais retiraram todos os grupos. Hoje, é um espaço vazio. Quem freqüenta, agora, são os moradores dos prédios. Riquinhos e seus patins. Agora eu venho para a Treze.

Numa Praça, rodeada de prédios elitizados, com um quadro de inúmeras manifestações identitárias contemporâneas, significa uma visão do caos no meio de uma

provincial platéia. Olhares que ficaram horrorizados com o leque de estilos de jovens a procura do choque de experiências. Uma vez que, a finalidade era a demonstração da diferença, mas não tiveram êxito. A Praça e seu colorido despertaram a fúria dos moradores que estão acima dela, literalmente. Fica a observação de que só temos os depoimentos de como era a Praça, não temos registros iconográficos dos antigos usos. Mas, obtivemos inúmeros depoimentos que confirmaram a privatização da Praça e a higienização dos usos. Na realidade ela foi construída para ser uma extensão dos prédios. A idéia de fazer dela um "pedaço[105]" (MAGNANI, 2003) das tribos urbanas foi uma surpresa inesperada para a construtora. E, os moradores com a colaboração da polícia conseguiram afastar as sociabilidades oblíquas.

E, hoje, ela está lá quase vazia, mas isso é reflexo de uma política dos espaços urbanos altamente seletivos, os quais usam a força, caso seja inevitável, para fazer a "limpeza" dos estigmatizados. São ambientes que possuem erroneamente a qualificação de públicos (LEITE, 2007), pois só são logradouros urbanos. E, como também ressaltou, em entrevista, a arquiteta Ana Farias, o Estado avalia os espaços urbanos mediante a avaliação financeira de seus usuários:

> Mas, geralmente o Estado não age assim, ele implanta infra-estrutura, colocam os benefícios urbanos em áreas valorizadas, porque os serviços públicos de qualidade estão nas áreas centrais; é onde estão às oportunidades, é isso que eu digo: implantaram a Praça Luciano Barreto, e foi uma parceria pública e privada ali dentro do conjunto Garcia, que é o parcelamento de terra mais caro de Aracaju. Ele se compara só com a Treze, na beira-mar. Você viu alguém naquela praça? Não seria bem mais justo colocar uma praça daquelas na Terra Dura? Como essa praça seria? Ia se esgotar de ser utilizada? Mas, fazer essas praças com pneus velhos que fazem nos bairros pobres, com disco que arrebenta, sim; uma praça com aquela qualidade, com pisos, não; dizem que não adianta fazer porque a comunidade não compreende, a comunidade está cansada de ser tratada como cidadão de segunda linha; receber produto de terceira linha; por isso, não usam mesmo e, como fica abandonada, vai ser destruída; É a contradição, mas é a estrutura do próprio Estado, o estado capitalista, a sociedade, baseada na sociedade do projeto das elites.[106]

O Calçadão também teve essa dimensão de valorizar a Treze. O resultado foi à impulsão imobiliária verticalizada no Bairro. E, essa é a principal característica das políticas de *gentrification*, que tem como fundamento otimizar os investimentos privados. Mas, diferente da Praça, ele conseguiu uma inversão dos usos lineares, e sedimentou um traçado

[105] "enquanto a casa é o domínio dos parentes e a rua, o dos estranhos, o *pedaço* evidencia outro plano, o dos "chegados" que, entre a casa e a rua, instaura um espaço de sociabilidade de outra ordem." (p. 86)
[106] Dep. da Profª Drª Ana Farias. *Idem*.

amplo, no sentido de não esvaziamento dos conflitos. A cidade como um todo enxerga aquele espaço como um benefício para a Treze, mas, não deixam de fazê-lo dele um espaço de linhas de fuga (DELEUZE & GUATARI, 2004). Passear, sentar, etc., num local barulhento, com mau-cheiro, essa é uma curiosa opção, mas delineado pelos agentes para ser riscado por suas interferências cotidianas.

Por exemplo, temos no Calçadão, as turmas dos jogadores de futebol ou de vôlei, as quais possuem características de uma comunidade: dividem dias e horários[107], pois são vários grupos, organizados em torno de uma aliança de brincadeira séria. Raramente, mas por motivos justificados, alguém pode deixar de ir, enquanto durar a vontade de participar. São orquestrados por uma fidelidade, na qual "redescobrimos que o individuo não pode existir isolado, mas que ele está ligado, pela cultura, pela comunicação, pelo lazer, e pela moda, a uma comunidade, que pode não ter as mesmas qualidades daquela da idade média, mas que nem por isso deixa de ser uma comunidade." (MAFFESOLI, 1998, p. 114). Coincidiu de no dia do jogo de um desses grupos, a quadra de futebol está reservada para uma aula de aeróbica pública, patrocinada pela II Semana Sergipana de Combate ao Câncer. A maioria dos jogadores veio de bairros distantes, e encontram a quadra ocupada. Claro, não houve nenhum desentendimento, mas o grupo ficou até o final, na expectativa de liberarem a quadra para jogarem. Eles já sedimentaram um convívio e faltaria alguma coisa na vida deles, naquele momento específico, se não realizassem o objetivo do estar junto, mesmo o contato sendo mediado por uma bola. Temos, portanto: "(...)uma responsabilidade bem mais concreta que é a do espaço vivido, do território comum" (p. 86). Conversando com eles, um integrante comentou: "aqui é nosso lugar, nos reunimos nesse dia e nesse horário as 18h00min, para aliviarmos do *stress*; somos todos amigos."

Uma tarde comum na Treze de Julho.

Jogadores (ao fundo) esperando o término do evento.

Fotos da autora (2008).

[107] A concorrência maior é a partir do entardecer até, aproximadamente, 20h00min, pois pela manhã são poucos os indivíduos que praticam algum tipo de esporte coletivo.

Ao olharmos a Treze apenas para a zona 2, teríamos um espaço de consumo segmentado, hierárquico e uniforme, quanto ao preço daqueles que podem pagar. E, viria o questionamento sobre a dimensão global das formas de consumir, as quais se auto-sustentam pelos seus vínculos simbólicos do valor de quem usa aqui ou acolá. Mas, ao direcionarmos as atenções para as particularidades do local, veremos a existência de sociabilidades distintas, as quais não podem ser reduzidas apenas nas operações concretas da troca. Melhor, a Treze, ainda, não é uma Oscar Freire, e, talvez, tenha empecilhos visíveis para isso. Uma vez que, o trânsito de pessoas diferentes de uma categoria pré-definida é facilitado pelo Calçadão e pelo supermercado. Por isso, atrás do depósito do supermercado, na Rua Ananias Azevedo, temos ao fundo vendedores ambulantes, e, perpendicularmente, na Rua Dep. Carvalho Déda, um *trailer*, ainda, na Av. Francisco Porto, na extremidade do estacionamento do mesmo, têm as famosas vendedoras de acarajé, as quais possuem uma clientela mista, residentes em outros bairros.

Fotos da autora (2008).

Além disso, temos galerias aparentemente luxuosas, mas com preços populares, somando a isso as lojas que saíram do Centro e vieram oferecer os serviços na nova centralidade. Logo, o Bairro que ao mesmo tempo tenta impressionar com arrojadas casas comerciais possui também alguns botecos, que dão destaque para uma vida cotidiana plural. Esses ambientes para a reunião de pessoas que apreciam uma conversa "regada" com cerveja sinalizam um costume da população mais antiga, reforçando também a idéia de que os ambientes são "vivos", ou seja, na maioria dos casos, a revitalização é uma "desculpa" para o lucro dos empreendedores imobiliários, os quais apostam na revitalização consumível da burguesia. E, se continuam significa que os espaços urbanos contemporâneos não conseguem, às vezes, impor uma ordenação homogênea. Para um Bairro que tenta ser uma Oscar Freire (Rua de lojas finas de São Paulo), não é de bom tom ter lojas populares próximas e muito menos botequins. Os encontros são inesperados, o espaço torna-se confuso e os olhares múltiplos em

espaços que conseguem ser ao mesmo tempo ponto privilegiado de vendas de mercadorias e Bairro:

> O registro do consumo é para o observador, um dos lugares privilegiados para verificar a "socialidade" dos usuários, o lugar onde se espanam os papéis sociais do bairro (a criança, o homem, a mulher etc.), onde se "massificam" as convenções sobre as quais se entendem as personagens momentaneamente reunidas no mesmo palco. (MAYOL, 1996, p. 53)

Fotos da autora (2008).

Loja com preços acessíveis. Loja com preços elevados.

Nesse sentido, ao elaborarmos um mapeamento de suas sociabilidades compreendemos que mesmo nas ruas recheadas de vitrines e cafés temos um envolvimento de relações permeadas por costumes solidificados, os quais ultrapassam a função mercantil. Como enfatiza Mayol (1996), o "fato de pertencer a um bairro, quando corroborado pela pertença a um meio social específico, vem a ser uma marca que reforça o processo de identificação de um grupo determinado." (p. 84). Logo, para os moradores da zona 1 e da zona 2, o Bairro tem marcas de pertencimento transversalmente opostas. Para os antigos moradores, se faz necessário ressaltar, que ainda conseguem viver lá e não conseguiram um avanço financeiro, – talvez, a tendência será o afastamento progressivo dessas pessoas – eles têm como forma de não se sentirem estranhos, a sua vizinhança de conhecidos. Uma vez que, passaram pelos mesmos processos de mudanças e tem como característica principal o saudosismo pela Praia. Mas, o espaço físico elitizado, para eles, significa apenas a vantagem de uma posterior venda do imóvel. Ao contrário, dos moradores advindos do processo de *gentrification* do Bairro, pois para eles o principal aspecto de fazerem parte da Treze, está relacionado ao tipo de *status* e as comodidades oferecidas: Calçadão, lojas, cafés, etc. Nesse sentido, poderíamos considerar dois tipos de grupos distintos dentro do Bairro, e um terceiro constituído pelos variados usuários do Calçadão, formatando uma "conveniência" de socioespacializações identitárias híbridas, uma vez que a existência de contatos entre um grupo e outro podem provocar intercâmbios discursivos.

Por isso, enfatizamos a dinâmica do Calçadão, pois temos nele os trajetos dos moradores da cidade. É um espaço onde encontramos indivíduos de bairros próximos ou distantes, ou seja, temos representantes de uma dispersão geográfica ligados por um único ponto: o Calçadão. Não iremos afirmar que o Calçadão é um lugar por excelência de sociabilidades públicas. Mas, que possibilita uma apropriação pública principalmente quando algum grupo estiver naquele espaço para evidenciar algum tipo de expressão considerada inadequada para os arraigados costumes da cidade. Sabemos que, "os cidadãos são vistos simbolicamente como ocupando a mesma posição e tendo o mesmo poder, mesmo se suas fontes reais de poder diferem intensamente." (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 206). E, essas diferenças de domínio são visíveis em espaços onde coexistem indivíduos com *status* diferenciados, pois, naquele momento, somos obrigados a conviver com o estranho.

E, mesmo para a principal festa do Bairro, o Pré-Caju, os olhares dos dois lados (Zona 1 e Zona 2) são diferenciados. Novamente os comentários recaem sobre o passado, para os moradores da zona 1, os melhores carnavais eram os clubes, principalmente o Cotinguiba, apesar do Pré-Caju não ser o carnaval da cidade, é denominado pelas pessoas como o substituto do carnaval, num formato que desagrada os antigos foliões – isso não impede a participação dos mesmos na festa. O Pré-Caju significa barulho, sujeira, etc., porque a concentração inicial e os banheiros ficam logo após o Iate Clube. E, para os moradores da zona 2, o espetáculo se torna confortável, pois de suas sacadas assistem os desfiles dos blocos. E, apesar dos inconvenientes da "pipoca[108]", eles podem ficar isolados de certa forma pelas suas grades.

Independente das distintas opiniões. O Pré-Caju é um desses momentos de liberação para a circunspecta Av. Beira Mar. São dias para os foliões brindarem a rua com beijos ousados e danças sensuais. Não é proibido, mas instigado a sua manifestação, pois quanto mais ousado mais chance de ser filmado: "Há na conveniência, no consenso social que finda a identidade de um grupo humano (como o bairro), uma *possibilidade*, certamente tênue mas estrutural, que autoriza o erotismo a tomar lugar no espaço público, (...)" (CERTEAU, 1996, p. 67). E, são nesses dias que o Bairro ganha um significado especial para a cidade. A segregação dos blocos não impede o colorido da festa com inúmeros indivíduos vindos de todos os locais da cidade. E, com uma vantagem para quem não está dentro das cordas, pois

[108] Os participantes da festa que estão fora dos blocos.

acompanham os blocos olhando para os cantores. Dessa forma, o enobrecido espaço toma um formato de uma grande “feira” de divertimento: Bêbados, mendigos, catadores de latas, etc., fazem parte do quadro da festa. Como a Av. Beira Mar tem um canteiro, torna-se impossível o Bloco tomar todo o espaço da mesma. Isso facilita o trânsito da pipoca, pois tem o lado, paralelo aos prédios, para dançar e pular. O inconveniente são os carros da BOPE-PM/SE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Sergipe), paralelamente aos trios, que acompanham a “pipoca”. Comum vermos cacetadas por todos os lados, basta um pula-pula mais agressivo.

Interessante enfatizar que o palco da Ilha *Fm* fica em frente ao cruzamento para a Av. Francisco Porto. É um palco popular e vemos que, “os usos e contra-usos sociais de um espaço subvertem cenários monumentais e enobrecidos” (LEITE, 2007, p. 275). Nesses dias, inexistem os muros de afastamento simbólicos na rua, mas as inertes paredes de madeira separando os prédios da cena de manifestação livre dos quaisquer uns. E, como toda festa carnavalesca, o lugar também se torna palco das liberações das regras. O espaço urbano elitizado não priva os contornos escorregadios dos itinerários forjados na trama dos acontecimentos imprevistos.

Fotos da autora (2008).

Logo, a segmentarização dos espaços urbanos mediado pelas políticas de *gentrification* não significa que eles serão imunes a uma apropriação diversificada. Mesmo porque são espaços que já tinham práticas rotineiramente constituídas. Isso não quer dizer que os usos desses lugares nos dão igualdade de condições, ao contrário, vamos a esses espaços para evidenciar cotidianamente uma aparição pública dos “restos” de poder. Essas deambulações singulares fazem da Treze um “espaço vivido”. E, diria mais, a Treze é uma centralidade pela transparência multifacetada, a qual produz biografias urbanas transitórias ou duráveis, mas que estão marcadamente condicionadas a um sentido do lugar.

4 - Considerações Finais

Estudar o Bairro Treze de Julho nos fez entender como as sociabilidades do espaço urbano estão sendo configuradas na contemporaneidade. A Treze é um exemplo de como os estilos de vida urbanos são entremeados de facetas que excedem uma influência local. Contudo, isso não significa a inexistência de peculiaridades que colaboram para a complexidade das interações sociais urbanas. Dessa forma, mapeamos as suas diagramações próprias mediante uma observação direta, conduzidas pela necessidade de compreender as ações dos agentes nesse espaço urbano. E, as perguntas foram sendo postas de acordo com as idas e vindas ao campo e, cada vez mais instigadas pelas marcas das diferenças dos moradores e usuários não concebidas, antes da imersão das deambulações. Nesse sentido, o Bairro elitizado foi sendo apreendido com ares de um quadro multifacetado e polifônico. Logo, compreendemos o espaço urbano como uma referência fundamental para conhecermos o significado de sermos citadinos. Uma qualidade relacionada aos tipos de sociabilidades que geramos na rua e, conseqüentemente, nos faz enxergarmos o estranho, e, às vezes, confrontarmos e/ou negociarmos com ele. Assim, o espaço urbano, quando não vazio, possui contornos indefinidos, os quais permitem favorecer o questionamento de como são delimitados os seus usos, aparentemente desordenados. Nesse sentido, na rua os trajetos são códigos alinhados a uma noção primária de saber por onde andar e como andar. E, são poucos os espaços urbanos que permitem uma elasticidade na conduta de seus usuários, principalmente em locais enobrecidos.

E, para conseguirmos mapear essa configuração, foi necessário esquematizarmos três áreas. A subdivisão possibilitou visualizarmos melhor os diferentes tipos de sociabilidades. A zona 1 tem, ainda, reminiscente dos moradores antigos, logo é constituída por uma vizinhança de conhecidos, a qual permiti a existência de um convívio menos formal. Contudo, é notável certo desconforto com a imagem de Bairro elitizado, mesmo sabendo da supervalorização de suas casas. E, a nostalgia da Praia Formosa é um assunto entrecortado por mágoas, que sugerem os prédios como responsáveis pela poluição da Praia. A zona 2 – conseqüência de uma política de *gentrification* – é o espaço urbano luxuoso, com prédios e galerias que ostentam o poder de uma camada privilegiada. Temos, nesse contexto, a construção de uma Treze como Bairro de poucos aracajuanos. Morar em um de seus prédios significa uma demarcação de reconhecimento do poder de compra de uma qualidade de vida. E, a zona 3 nos permitiu compreender como espaços enobrecidos configuram sociabilidades imprevistas.

O Calçadão Viana de Assis – 3ª área – foi projetado para ser uma extensão de lazer para os prédios da Avenida Beira Mar como também esconder a poluição do rio pela falta de escoamento sanitário do Bairro. Mas, hoje, ele se tornou um lugar para a população aracajuana. O Calçadão da Treze, como é popularmente conhecido, possibilitou a formação de uma nova centralidade para Aracaju. Nesse sentido, as diversas sociabilidades encontraram no Calçadão um espaço de visibilidade, o qual sedimenta a experiência urbana dos agentes que necessitam demonstrar seus estilos.

Podemos afirmar que a Treze é um desses lugares que foram alvos de um processo de *gentrification* residencial e ao mesmo tempo não deixou de ser um espaço significativo para os aracajuanos. Logo, temos um espaço privilegiado para entendermos as características dessa estratégia lucrativa de investimentos públicos e privados nas cidades. Como demonstramos, em 1989, o Calçadão da Treze possibilitou um ressurgimento, às avessas, da Praia Formosa, ou seja, ao contrário de uma operação de saneamento da Praia, tivemos uma intervenção urbana que escondia os problemas da área e favorecia novos processos de supervalorização de seus terrenos mediante a construção de uma imagem paisagística da Praia inexistente. Além disso, tivemos, ainda, em 1998 a revitalização do Calçadão, o qual intensificou a especulação imobiliária. Contudo, a centralidade do Calçadão, penso que, não estava nos propósitos das construtoras, porque a Treze não se resumiu a uma espacialização de ricos e consumidores, mas também a um lugar de itinerários contrastantes.

Podemos afirmar que a região 3 se sobrepõe a 1 e a 2, no sentido de ser palco de inúmeros discursos. Temos, nessa espacialização um panorama da convivência urbana atual, uma vez que é um lugar de expressão da beleza corporal e também daqueles que estão à parte desse modismo. Logo, produz sentidos para a vivência urbana, os quais também permitem compor códigos urbanos heterogêneos. Dessa forma, a cidade se expressa em um espaço urbano que não foi planejado para ser confuso. Foi a dinâmica dos usuários que o constituíram como territorialidades da diferença. É comum vermos o incômodo que alguns usuários provocam. Apesar de ser um espaço urbano vigiado, temos indivíduos que confrontam visivelmente com as normas rígidas do Calçadão. Por exemplo, os grupos que marcam encontros para tocar um violão ou beber vinho são estranhamente observados, como grupos que violam a definição de espaço para a prática de esportes, e arranham a imagem da Treze, como Bairro extremamente seletivo.

Mas são essas incongruências que potencializam a referência da cidade como protagonista de uma criatividade das diferentes posições individuais. Nesse sentido, podemos

afirmar que, ainda, temos um espaço não homogeneizado por um movimento incisivo de consumo dos lugares. Sem esquecermos as finas lojas e cafés como dispensas dos prédios, temos de fronte, dos mesmos, as inconstantes sociabilidades de agentes que não fazem parte do *status* de moradores ou consumidores da Treze. Mas, vão ao Bairro a procura de um abrigo para a visibilidade de suas preferências. São essas variedades que distorcem a imagem estanque da segregação socioespacial, projetada pelos planejadores do espaço urbano. A afirmação de um estar ali transtorna os idealizadores do espaço *clean*. Afinal, qualquer desajuste de um usuário é sinônimo de ansiedade, uma vez que a propaganda exibe a Treze como espaço "familiar", e, principalmente, o Calçadão. O adjetivo "familiar" quer indicar a presença de pessoas com mesmo patamar de renda e, por conseqüência, igual civilidade.

Por isso, ao estudarmos o Bairro fomos levados a considerá-lo como um exemplo singular de enobrecimento residencial. A particularidade está relacionada, talvez, a ser um dos únicos, até o momento, que conseguiu, no Brasil, articular um processo de revitalização mediante a construção e, posterior, reforma do Calçadão Viana de Assis com a de um movimento de elitização residencial. Logo, tivemos, na "Praia" Treze de Julho, a constatação de que a elite de Aracaju não fica incomodada de pagar um preço altíssimo pela paisagem de um manguezal, uma vez que optaram em não ir em direção as praias como, por exemplo, Atalaia e Coroa do Meio, no período delimitado pela pesquisa. Hoje, temos os condomínios horizontais e, posteriormente, os verticais na praia de Arauna, os quais são, visivelmente, concorrentes dos loteamentos Garcia e Tramandaí, ambos considerados da região Treze.

Portanto, a elite de Aracaju pensou nas comodidades de estarem próximas ao Centro e, ao mesmo tempo, terem comprado a idéia ilusória de morar com uma bela vista do mar, contudo, não pensaram que seu Bairro iria se configurar numa centralidade. As festas, passeatas, etc., realizadas, na Treze, possibilitam transformar o espaço elitizado em lugar de qualquer pessoa, como transeunte. E, isso, faz uma corrosão das marcas de um espaço urbano de extrema segregação. Dessa forma, descobrimos em suas ruas as demarcações de uma espacialização não-linear, e, de confusos desencontros das projeções urbanas de mão única.

5 - Referências Bibliográficas

ABDALA JR., Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo, Editora SENAC, 2002.

ANDRADE, Luciana Teixeira. Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados. *in*: *As Cidades e seus Agentes: práticas e representações.* FRÚGOLI, Heitor Jr.; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs). Belo Horizonte, PUC Minas/Edusp, 2006.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. *in*: FEATHERSTONE**,** Mike (Org)**.** *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo. *in*: FORTUNA, Carlos (Org), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia* , Oeiras, Celta Editora, 2001.

ARANTES, Otília B. F. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *in*: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.

ARAÚJO, Fábio José R. *Permeabilidades e fronteiras sócio-espaciais no Centro Histórico de Salvador*, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, Orientador: Rogério Proença Leite.

BAKTHIN, Mikail. *Speech Genres and Other Late Essays***.** Austin, Texas: University of Texas Press, 1986.

BARREIRA, Irlys Alencar F. *Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. Anál. Social*. [*on line*]. jan. 2007, nº 182. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 de novembro de 2008.

BATALLER, Mª Alba Sargatal. El Estudio de la Gentrificación. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Nº 228, Universidad de Barcelona, 03 de maio de 2000. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/b3w-228. Acesso em: 08 de agosto 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalencia.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. Paris Capital do Século XIX. *in:* FORTUNA, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia* , Oeiras, Celta Editora, 1999.

BHABHA, Homi K.. *O Local da Cultura.* 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. *in*: BOURDIEU, Pierre (Org). *A miséria do Mundo.* 3ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 1999.

BAUDRILLARD, Jean *et. al*. *Semiologia dos objetos.* Petrópolis/RJ, Vozes, 1972. (Novas perspectivas em comunicação-4)

CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju, Livraria Regina, 1948.

CALASANS, José. Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe. *In*: _____.*Aracaju e outros temas sergipanos: Esparsos de José Calazans Brandão da Silva*. Aracaju, FUNDESC, 1992.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. 34, EDUSP, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4ª ed., São Paulo, Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis, Vozes, 1997.

DA MATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe*. 2ª ed. Aracaju, J. Andrade, 1999.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

DELEUZE**,** Gilles & GUATTARI**,** Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro, 34, v. 1, 2004. (Coleção TRANS)

DINIZ, Jose Alexandre Felizola. *Aracaju, Síntese de usa Geografia Urbana.* Aracaju, Tipografia J. Andrade, 1963.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. 2000. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo* . São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FORTES, Bonifácio. *Evolução da Paisagem Humana da Cidade do Aracaju*. Aracaju, Livraria Regina, 1955.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Aracaju: estado & metropolização*. Tese de Doutorado UNESP, Rio Claro, 1998.

FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Global, 2004.

FRÚGOLI, Heitor Jr. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez, 2000.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora, *in*: Fortuna, Carlos (Org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia* , Oeiras, Celta Editora, 2001.

_____. *As Cidades e as Identidades: Narrativas, Patrimônios e Memórias*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Socais, 1997. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_08.htm. Acesso em: 12 de outubro de 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. LTC. RJ, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Oeiras, Celta Editora, 1995.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, EDUSP, 1997.

GUATTARI, Féliz & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo.* Petrópolis, Vozes, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade social na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1994.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 2007.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio***.** Ática, São Paulo, 1996.

KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin.* São Paulo, Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

LACARRIEU, Mônica Beatriz; CARMAN, Maria; GIROLA, Maria Florencia. Procesos de tranformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: ganó el urbanismo escenográfico? *in*: *As Cidades e seus Agentes: práticas e representações.* FRÚGOLI, Heitor Jr.; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs) Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade***:** *lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2ª ed. Campinas/SP, Editora da UNICAMP; São Cristóvão/SE, Editora UFS, 2007.

_____. Margens do Dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. *in*: *As Cidades e seus Agentes: práticas e representações.* FRÚGOLI, Heitor Jr.; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs). Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

_____. Image making. Notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas. _____ (org.). *Cultura e Vida Urbana. Ensaios sobre a cidade.* São Cristóvão, Editora UFS, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa/São Paulo, Ed. 70/Martins Fontes, 1981.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo.* Barueri, S.P., Manole, 2005.

LOPES, João Teixeira. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. *In*: LEITE, Rogério Proença (org.). *Cultura e Vida Urbana. Ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão, Editora UFS, 2008

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. *A Trajetória Urbana de Aracaju: em tempo de interferir*. Aracaju, INEP, 1983.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas.* Rio de Janeiro, Record, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, nº 49, junho, p. 11-29.

MELINS, Murillo. *Aracaju que Vi e Vivi.* 2ª Ed. rev. ampl. Aracaju/SE: Nargraf, 2001.

MELO, Alberto Barreto de. *Namoro e Urbanismo.* Revista de Aracaju. Ano III, nº 3, 1949.

MONTALVÃO, Elias do Rosário. *Qual o Rio que Banha a Cidade?* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 6. Nº 10, 1925.

ORTIZ, Renato. *Reflexões sobre o Carnaval.* São Paulo, Ciência e Cultura, SBPC nº 28, 1976.

PRADO**,** Caio Jr**..** *História Econômica do Brasil.* 43ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1998.

RABELO, Josevânia Nunes. *Sociabilidades públicas na gênese urbana de Aracaju*, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, Orientador: Rogério Proença Leite.

RIBEIRO, Neusa Maria Góis. *Transformações do Espaço Urbano: o Caso de Aracaju.* Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

RUBINO, Silvana. Os Dois Lados da Linha do Trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas, SP. *in*: *As Cidades e seus Agentes: práticas e representações.* FRÚGOLI, Heitor Jr.(Orgs.); ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs) Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

SANTANA, Arnulfo Santos. *Aracaju de Meus Amores.* Aracaju, Prefeitura de Aracaju, Tipografia J. Andrade, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a Democracia: Entre o pré-contratualismo e pós-contratualismo, *in*: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global.* Petrópolis/RJ,Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial.* São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SAVAGE, Mike & WARDE, Alan. *Sociologia Urbana, Capitalismo e modernidade.* Celta editora, Portugal, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. (1999), "Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". *in*: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio.* Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Inaê Elias Magno da. *A Bordo da Nau do Tempo: uma Viagem pela História de Aracaju.* Revista de Aracaju, Aracaju, Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU), Ano LIX, nº 09, 2002.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. *in*: FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de Sociologia*. Oeiras, Celta Editora, 1997.

SMITH, Neil; *The New Urban Frontier; Gentrification and the Revanchist City*; Nova Iorque: Routledge, 1996.

_____. Contornos de uma Política Espacializada: veículos dos sem-teto produção de escala geográfica. *in*: Arantes A., (Org), *O espaço da diferença,* Campinas, Papirus, 2000.

SOUZA, Leopoldo. *Oh! Praia Formosa.* (sem referências).

VILAR, José W. Carvalho. *Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação*. Revista de Aracaju, v. xi, p. 98, 2002.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *in*: ARANTES, Antônio (org.); *O Espaço da diferença*; São Paulo: Papirus Editora, 2000.

_____. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. *in*: ARANTES, Antônio (org.); *O Espaço da diferença*; São Paulo: Papirus Editora, 2000.

Documentos

Ação de contestação de Edgard Melo da Silveira de 30 de janeiro de 1952. Cartório - 5º Ofício Amynthas Garcez Vieira, em 02 de junho de 1951.

Guia de Depósito da Prefeitura Municipal de Aracaju, assinado pelo Procurador da Fazenda do Município de Aracaju Dr. Mario Cabral.

Mandado de Citação de Mário Cabral, Procurador da Fazenda do Município de Aracaju, em 21 de dezembro de 1951, reafirmando a proposta do ofício de nº 226, de 15 de junho de 1951, enviado pela Prefeitura Municipal de Aracaju para Dr. Clóvis Mozart Teixeira Chefe, em Sergipe, do Serviço do Patrimônio da União.

Mandado de Intimação do Juiz Luiz Pereira de Melo em 25 de setembro de 1953.

Ofício de comunicação do Dr. Walter Cardoso - Diretor Geral, para o Exmº Snr. Dr. Aldebrando Franco de Menezes, de 16 de junho de 1951.

Mandado de Citação de Mário Cabral, Procurador da Fazenda do Município de Aracaju, em 21 de dezembro de 1951, reafirmando a proposta do ofício de nº 226, de 15 de junho de 1951, enviado pela Prefeitura Municipal de Aracaju para Dr. Clóvis Mozart Teixeira Chefe, em Sergipe, do Serviço do Patrimônio da União.

Memória Histórica da Indústria Sergipana. Edição *SENAI*, 1986.

Parecer do Serviço do Patrimônio da União assinado pelo Chefe da Delegacia em Sergipe Dr. Clóvis Mozart Teixeira em 28 de dezembro de 1951.

Parecer do Serviço do Patrimônio da União assinado pelo Chefe da Delegacia em Sergipe Dr. Clóvis Mozart Teixeira em 28 de dezembro de 1951.

Requerimento de Fernando Barreto Nunes ao Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 4ª vara da Comarca de Aracaju, em 19 de fevereiro de 1959.

Jornais e Revistas

Ainda Repercute o Sucesso dos 55 anos do Iate Clube. *Jornal do Povão*. Cidade. 21 de setembro a 10 de outubro de 2008.

ALMEIDA, Gomes. Adolescente teve acesso a bebida. *Jornal da Cidade.* Ano XXXII, nº 9484, 10 de fevereiro de 2004.

Aracaju é a capital com a melhor qualidade de vida. Jornal da Cidade. Caderno B/Cidades. Ano XXXVII, nº 10716, Aracaju, 06 e 07de abril de 2008.

ARAÚJO, Antônio Vieira. Radiografia da Cidade (II). *Jornal Gazeta de Sergipe.* Aracaju, 25 de maio de 1971. p. 07.

Árvore de Natal. Disponível em: http://www.agencia.se.gov.br/index.p...33c7795007cd75. Acesso em: 09 de maio de 2007.

Árvore de Natal: Aracaju Iluminada. *Jornal da Cidade.* Ano XXXII, nº 9430, 05 de dezembro de 2003.

Bairro 13 de Julho: uma preciosidade aracajuana. *Cinform Especial*. 13 de Julho: Um Shopping a Céu Aberto. Edição 1370, jul, 2009.

Batistão: 19 milhões para reforma e ampliação. 10 de novembro de 2008. http://www.infonet.com.br/claudionunes/ler.asp?id=79716&titulo=claudionunes. Acesso em 10 de dezembro de 2008.

Belchior, Yara. *Batistão*. 14 de fevereiro de 2009. http://www.infonet.com.br/yarabelchior/ler.asp?id=82710&titulo=Yara_Belchior. Acesso em 16 de fevereiro de 2009.

Bodas de Prata. *O Apóstolo*. Boletim Informativo da Paróquia São Pedro e São Paulo, Aracaju, Maio de 1993, ano III, nº 14.

Calçadão da13 de Julho Melhora o Visual do Bairro. *Jornal da Cidade.* Cidades, Ano XXVII, nº 7862, 26 de setembro de 1998.

Começa limpeza do Tramandaí. Jornal da Cidade. Cidades. 06 de junho de 2008. Disponível em http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=5208&hoje=2008-07-22%2022:57:35. Acesso em 10 de junho de 2008.

CÔRTES, Joana. Pré-caju atraiu mai de meio milhão de foliões. *Cinform.* Ano XXIII, nº 1136,17 a 23 de janeiro de 2005.

CORREIA, Suyene. Iate Clube de Aracaju Comemora 55 Anos. *Jornal da Cidade*. 28 de agosto de 2008.

Déda anuncia novos investimentos. *Jornal do Dia*. 20 de dezembro de 2008. http://www.jornaldodiase.com.br/viz_conteudo.asp?codigo=201220082205918526. Acesso em 30 de dezembro de 2008.

ENERGIPE: árvore de luz já enfeita Aracaju. *Jornal da Cidade*. Ano XXXV, nº 10333, 08 e 09 de dezembro de 2006.

FERNANDES, Laudicéia. Pichações prejudicam mercado imobiliário. *Cinform*. Ano XXII, edição 1110, 19 a 25 de julho de 2004.

FRANCO, Maria. Aniversário do Iate Clube Reúne a sociedade. *Correio de Sergipe*. 07 de setembro de 2008.

Governo repassou para prefeitura quase 1 bilhão e meio em quatro meses. *Jornal de Sergipe.* Ano X nº 3095, 25 e 26 de dezembro de 1988.

Governador e Prefeito Inauguram Calçadão: um local de lazer e uma atração turística. *Jornal da Cidade*. Local, Ano XVII, nº 4952, 31 de dezembro de 1988.

GUIMARÃES, Sacuntala. Noite Glamourosa. *Jornal do Dia*. 03 de setembro de 2008.
Informiate. Ano I, nº 3. Dezembro/Janeiro de 2007/2008.

LINS, Fernando de Carvalho. Dos Cardovínicos ao Pré-caju. *Jornal da Cidade.* Caderno C, Variedades, Ano XXXI, nº 9185, 12 de fevereiro de 2003.

MOHERDAUI, Bel. Morar no Shopping. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, Edição 2059, ano 41, nº 18, 07 de maio de 2008.

MENDONÇA, Valéria. Antiga Praia Formosa, local já foi um bucólico recanto de pescadores. Jornal. Aracaju, Ano XXVII, nº 7748, Caderno B, p. 11, 12 de maio, 1998.

MOURA, Andréa & CORREA, Suyene. Apoteose no último dia do Pré-caju. Jornal da Cidade. Ano XXXII, nº 9483, 08 e 09 de fevereiro.

PMA entrega à população aracajuana o Calçadão da Praia 13 de Julho de cara novíssima. *Cinform*. Ano XV, nº 807, 28 de setembro a 04 de outubro de 1998.

Praias ficarão iguais à de 13 de Julho. *Jornal da Cidade.*Caderno C, Variedades, ano XXVI, nº 7387, 25 de fevereiro de 1997.

Soares, Conceição. Praia Formosa, setenta anos de história. Ano XX, nº 6604, Local, p. 06, 17 de julho de 1994.

SANTOS, Osmário. Galego: Patrimônio da Praia Treze de Julho. *Jornal da Cidade*. Caderno C, Variedades de 05 de abril de 1999.

_____. José Ferreira: O Líder da Praia 13 de Julho. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 28 de março de 1993. Caderno B.

SILVA, Célia. Árvore deixa 13 de Julho mais iluminada. *Jornal da Cidade*. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia_arquivo.php?id=81052. Acesso em: 09 de maio de 2007.

SOUSA, Carla. Árvore da Energipe terá 110 m de altura. Disponível em: http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=68266&titulo=Noticias. Acesso em: 06 de junho de 2007.

Treze um lugar completo. *Treze Revista do Bairro.* Verão 2005/2006. Ano 0, nº 1.

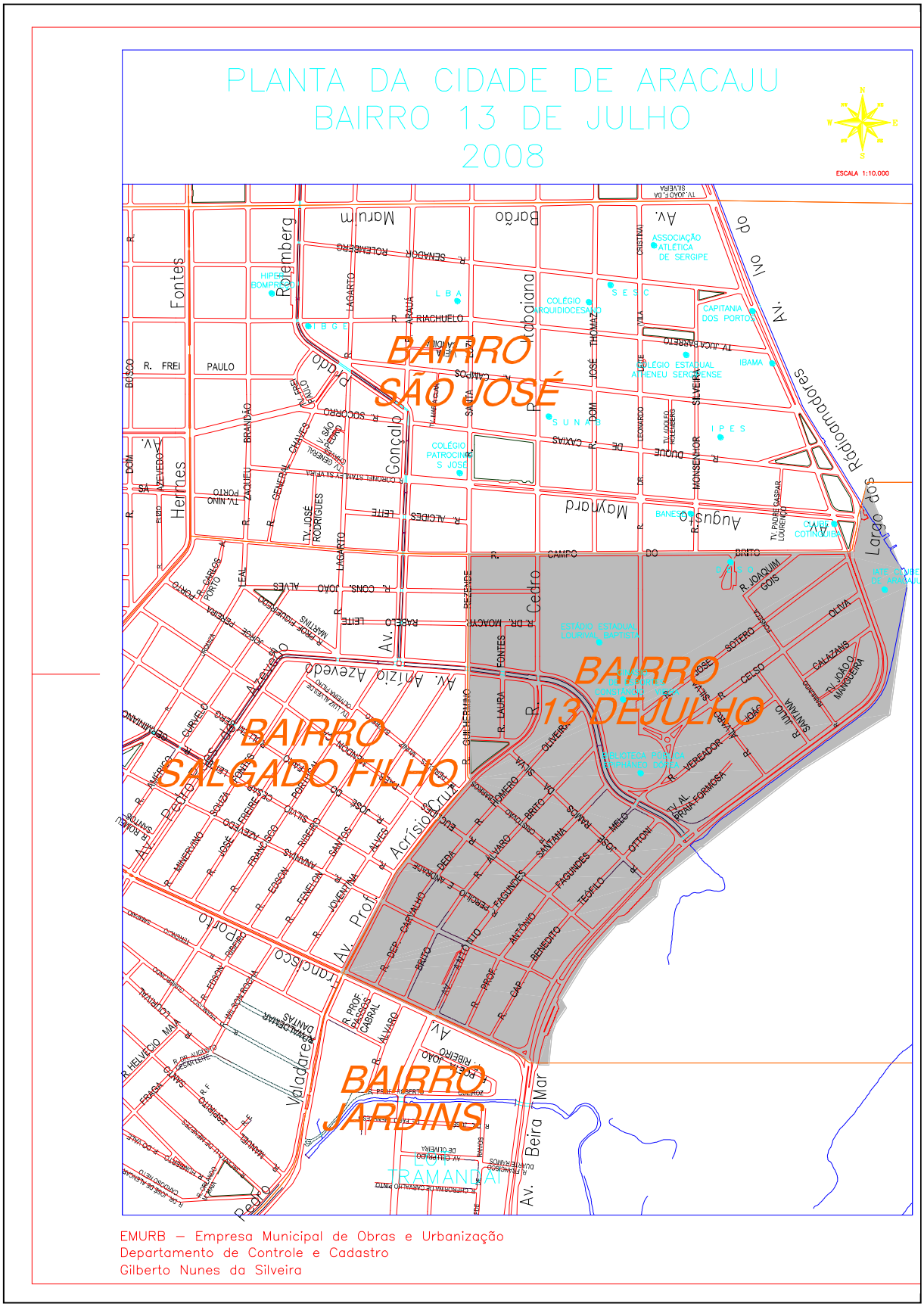
Veja algumas das obras que vão mudar a cidade. *Jornal de Sergipe.* Ano X, nº 3081, 08 e 09 de dezembro de 1988.

Verbetes Aracajuanos. *Gazeta de Sergipe.* Série dicionarizada de nomes, denominações, fatos e informações de Aracaju, cobrindo mais de 120 anos de vida da capital sergipana, 1983.

Viana quer ver Aracaju a cidade mais limpa do NE. *Jornal de Sergipe.* Ano X, nº 3007, 09 de setembro de 1988.

13 de Julho reconquistará balneabilidade. *Jornal da Cidade.* Ano XXVII, nº 7706, 20 de março de 1998.

13 de Julho terá muro de arrimo. *Jornal da Cidade.* Ano XXVII, nº 7745, 08 de maio de 1998.


PLANTA DA CIDADE DE ARACAJU
BAIRRO 13 DE JULHO
2008
ESCALA 1:10.000
BAIRRO SÃO JOSÉ
BAIRRO SALGADO FILHO
BAIRRO 13 DE JULHO
BAIRRO JARDINS
EMURB – Empresa Municipal de Obras e Urbanização
Departamento de Controle e Cadastro
Gilberto Nunes da Silveira

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo